



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FACH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – CURSO DE MESTRADO



ANA MARIA DE OLIVEIRA ESPÍNDOLA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS PARA PROFISSIONAIS DO SUAS

Campo Grande - MS.

2025

ANA MARIA DE OLIVEIRA ESPÍNDOLA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS PARA PROFISSIONAIS
DO SUAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Zaira de Andrade Lopes

Campo Grande, MS.

2025

ANA MARIA DE OLIVEIRA ESPÍNDOLA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS PARA PROFISSIONAIS DO SUAS

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Zaira de Andrade Lopes.

Dissertação aprovada por:

Prof.^a Dr.^a. Zaira de Andrade Lopes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
(Presidente – Orientadora)

Prof.^a. Dr.^a. Josiane Peres Gonçalves
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
(Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Luciane Pinho de Almeida
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB
(Membro Externo – UFMS)

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
(Suplente – UFMS)

*Dedico às trabalhadoras e trabalhadores do
SUAS que em seu agir profissional
transformam desafios em possibilidades.*

AGRADECIMENTOS

Sou agradecida a Deus e ao meu amado Mestre Jesus, que conduzem minha jornada com tanto amor e cuidado. Minha gratidão à espiritualidade amiga que intercede por mim, me protege e animam nesta caminhada terrena.

Agradeço a meu esposo, sinônimo de amor e generosidade, que sempre me apoiou, compreendeu e respeitou minhas ausências. Meu equilíbrio e fortaleza. Te amo!

Gratidão à minha melhor metade! Minha filha, Mariana, que me “suportou” nos momentos de fúria, me consolou nas crises de choro e me motivou nas minhas quase desistências. Com seus recadinhos e figurinhas “motivacionais”, cheias de bom humor e muito amor, sempre deixam meus dias com mais energia. Te amo!

Aos meus pais, Maria Aparecida e Laurentino, agradeço infinitamente pela vida e pelos exemplos. Agradeço também a meus irmãos, Janes (in memoriam) e Carlos, minha cunhada e irmã Elena, pessoas que me inspiram a ser melhor. Aos meus sobrinhos e sobrinhas que amo infinitamente e são minha alegria.

Agradeço à minha sogra e ao meu sogro por torcerem por mim nesta caminhada.

À minha orientadora, Dr^a. Zaira de Andrade Lopes, toda minha gratidão pelas orientações e correções. Com sua imensa generosidade, compartilhou comigo um pouco de sua vasta sabedoria.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Aspectos Psicossociais, Históricos e Culturais na Constituição da Subjetividade (GEPAPHCS) da UFMS, mais conhecido respeitosamente e carinhosamente por GENPSI, por todas as trocas e aprendizados.

A todas as trabalhadoras da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande - SAS, que apesar das exaustivas demandas de atividades, compartilharam de seus saberes para que a pesquisa se tornasse possível.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande - SAS, pela disponibilidade e oportunidade de poder realizar a pesquisa.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMS e a todos os professores por toda a bagagem de conhecimento adquirida que me conduziu ao longo desta jornada.

Agradeço à minha doce e forte amiga, referência de mulher, Camila de Oliveira Pinto, por depositar em mim uma confiança que sempre me faltou, foi minha maior motivadora para ingressar no mestrado.

Gratidão, Vanessa Duarte, colega de assistência social e encontro de mestrado, que se tornou uma amiga. Me recebeu em sua casa, me acolheu com tanto carinho, suas palavras sempre fizeram muita diferença e seu exemplo me motivou.

Gratidão às minhas parceiras e parceiro de turma que se tornaram amizades do mestrado para a vida. Meu carinho mais que especial ao Cleberson (Clebs), companheiro nesta caminhada de mestrado, colega de trabalho e sobretudo meu amigo, esteve sempre pronto a ajudar, respeitando minhas limitações e me motivando para a superação de cada etapa. Quanta admiração e carinho tenho por você. Vanessa Vieira, colega de profissão, mulher forte de sororidade incrível e de genuína generosidade. Ana Paula, com sua alegria e boas energias. Fez esse caminho ser mais leve. A cada gargalhada, nossa parceria ganha novos significados.

Por fim, agradeço a todas e todos que torceram por mim, que em cada gesto e palavras me apoiaram nesta trajetória para chegar até aqui!

“Sou feita de retalhos.

*Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela
minha e que vou costurando na alma.*

*Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me
acrescentam e me fazem ser quem eu sou.*

*Em cada encontro, em cada contato, vou ficando
maior...*

*Em cada retalho, uma vida, uma lição, um
carinho, uma saudade...*

*Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais
completa.*

*E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de
pedaços de outras gentes que vão se tornando
parte da gente também.*

*E a melhor parte é que nunca estaremos prontos,
finalizados...*

*Haverá sempre um retalho novo para adicionar a
alma.*

*Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem
parte da minha vida e que me permitem
engrandecer minha história com os retalhos
deixados em mim. Que eu também possa deixar
pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles
possam ser parte das suas histórias.*

*E que assim, de retalho em retalho, possamos nos
tornar, um dia, um imenso bordado de "nós".*

(Cris Pizziment)

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) dispõe em seu escopo de objetivos que visam auxiliar aquelas/aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade social, por meio das suas funções de inclusão, prevenção, promoção e proteção. Para tanto, estabelece no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o eixo da matricialidade sociofamiliar como um de seus princípios fundamentais, destacando a relevância da família como base essencial para a eficácia dos programas, projetos e serviços. Na assistência social, é constituída uma relação de interdependência entre os dispositivos legais, institucionais e as práticas desenvolvidas por profissionais que executam esta política. As atribuições das/os psicólogas/os e assistentes sociais no SUAS são subsidiadas por um arcabouço teórico, operativo e legal, mas também se fundamentam em discursos e decisões que refletem a adoção de seus valores. Nesse sentido, emerge o questionamento da pesquisa, que indaga: Quais são as representações sociais sobre família para psicólogas, psicólogos e assistentes sociais do SUAS? A pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais de assistentes sociais e psicólogas/os dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Mato Grosso do Sul – MS sobre família. Para este fim, toma-se como base teórica a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Moscovici e colaboradores, tendo como referência o caráter dinâmico das representações sociais e sua função na orientação de práticas sociais. O estudo realizou, ainda, interlocução com autoras e autores que discutem as políticas públicas de assistência social. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que utiliza como instrumento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, organizadas e categorizadas. Utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin, analisados com base nos referenciais teóricos da TRS e demais autores. Os resultados revelaram uma tensão entre a manutenção de representações hegemônicas e a tentativa de ressignificação inclusiva dessas concepções. Por um lado, os profissionais reconhecem a pluralidade dos arranjos familiares e a necessidade de desconstruir modelos normativos. Por outro lado, persistem estigmas e preconceitos que categorizam famílias atendidas como desvios de um padrão idealizado. Os profissionais também atribuem sentidos variados às famílias, mesclando reconhecimento da diversidade e reforço de estereótipos. Aspectos como valores pessoais e religiosos foram identificados como influências significativas, constituindo práticas e representações sobre as famílias. Representações emancipatórias, que valorizam a autonomia e a pluralidade das configurações familiares, contrastam com visões conservadoras e familistas ainda prevalentes. A pesquisa evidenciou que a assistência social opera em um contexto de desigualdades estruturais e que os profissionais enfrentam desafios para equilibrar demandas das famílias e limitações institucionais. Apesar das dificuldades, há esforços crescentes para adotar práticas mais inclusivas e colaborativas, promovendo direitos e justiça social. Conclui-se que a Teoria das Representações Sociais foi uma ferramenta analítica eficaz, oferecendo um entendimento aprofundado das práticas profissionais e dos desafios enfrentados no contexto da assistência social. Contudo, o estudo destaca a necessidade de futuras pesquisas para consolidar práticas mais inclusivas e teoricamente fundamentadas no campo socioassistencial.

Palavras-chave: Representações Sociais; Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social/ SUAS; Família.

ABSTRACT

The National Social Assistance Policy (PNAS) has objectives in its scope that aim to assist those who are in conditions of social vulnerability, through its functions of inclusion, prevention, promotion and protection. To this end, it establishes in the Unified Social Assistance System (SUAS) the axis of socio-family matrix as one of its fundamental principles, highlighting the relevance of the family as an essential basis for the effectiveness of programs, projects and services. In social assistance, a relationship of interdependence is established between the legal and institutional devices and the practices developed by professionals who execute this policy. The duties of psychologists and social workers in the SUAS are supported by a theoretical, operational and legal framework, but are also based on discourses and decisions that reflect the adoption of their values. In this sense, the research question emerges, which asks: What are the social representations about family for psychologists and social workers in the SUAS? The research aimed to analyze the social representations of social workers and psychologists from the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Mato Grosso do Sul, MS, about family. For this purpose, the Theory of Social Representations (TRS), formulated by Moscovici and collaborators, was used as a theoretical basis, taking as reference the dynamic nature of social representations and their function in guiding social practices. The study also conducted dialogue with authors who discuss public social assistance policies. It is characterized as a qualitative research, which uses semi-structured, organized and categorized interviews as a data collection instrument. Using the content analysis proposed by Bardin, the analysis was based on the theoretical frameworks of TRS and other authors. The results revealed a tension between the maintenance of hegemonic representations and the attempt to inclusively resignify these conceptions. On the one hand, professionals recognize the plurality of family arrangements and the need to deconstruct normative models. On the other hand, stigmas and prejudices persist, categorizing families served as deviations from an idealized standard. Professionals also attribute different meanings to families, combining recognition of diversity and reinforcement of stereotypes. Aspects such as personal and religious values were identified as significant influences, constituting practices and representations about families. Emancipatory representations, which value autonomy and the plurality of family configurations, contrast with conservative and family-oriented views that are still prevalent. The research showed that social assistance operates in a context of structural inequalities and that professionals face challenges in balancing family demands and institutional limitations. Despite the difficulties, there are increasing efforts to adopt more inclusive and collaborative practices, promoting rights and social justice. It is concluded that the Theory of Social Representations was an effective analytical tool, offering an in-depth understanding of professional practices and the challenges faced in the context of social assistance. However, the study highlights the need for future research to consolidate more inclusive and theoretically based practices in the social assistance field.

Keywords: Social Representations; Social Assistance; Unified Social Assistance System/SUAS; Family.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Participantes da pesquisa	75
Quadro 2 - Livre associação de palavras	78
Quadro 3 – Categoria e marcas discursivas do eixo temático: Família.....	80
Quadro 4 - Categoria e marcas discursivas do eixo temático: O Fazer Profissional...	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB - Normas Operacionais Básicas

NOB/RH-SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

RS - Representações Sociais

SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TALP - Técnica de Associação Livre de Palavras

TRS - Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
2	COMPREENSÃO DA PESQUISA: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
2.1	CAMINHO TEÓRICO PARA O ENTENDIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	29
2.1.1	Os processos de ancoragem e objetivação na formação de uma representação social	32
2.1.2	Principais abordagens para a teoria das representações sociais – TRS	33
2.1.3	A TRS e o objeto de estudo	38
2.1.4	Tipologia das Representações Sociais	40
2.1.5	Alguns apontamentos sobre a TRS e Assistência Social	42
2.2	INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	44
2.3	ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPO DE CONTRADIÇÕES	47
2.3.1	A implementação da política nacional de assistência social (PNAS) e do sistema único de assistência social (SUAS)	48
2.3.2	Materialização do SUAS: equipamentos e serviços	51
3	PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SUAS: PSICÓLOGAS/OS E ASSISTENTES SOCIAIS	56
3.1	A PSICOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL NO SUAS	56
3.1.1	Perfil e atribuição profissional no SUAS	58
3.1.2	Desafios, mudanças e tendências atuais vivenciados pelas/os profissionais do SUAS ..	61
3.1.3	Formação das/os profissionais do SUAS	64
4	A FAMÍLIA COMO EIXO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR	66
4.1	FAMÍLIA: ALGUNS CONTEXTOS	66
4.2	FAMÍLIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	69
4.2.1	Matricialidade sociofamiliar e familismo	70
4.2.2	A centralidade da assistência social na mulher	74
5	PERCURSOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS	81
5.1	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	81
5.2	INSTRUMENTO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES E DADOS	81
5.3	PARTICIPANTES E CAMPO DE PESQUISA	82

5.4 IDENTIFICAÇÃO DAS/OS PARTICIPANTES	83
5.5 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS.....	84
5.5.1 Associação livre de palavras e categorização	85
5.5.2 Eixo temáticos	87
6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	91
6.1 EIXO TEMÁTICO: FAMÍLIA	91
6.1.1 Categoria: amor	92
6.1.2 Categoria: cuidado/proteção	95
6.1.3 Categoria: configurações	97
6.2 EIXO TEMÁTICO: o FAZER PROFISSIONAL.....	100
6.2.1 Categoria: descompasso teórico-prático	102
6.2.2 Categoria: conflitos de valores	105
6.2.3 Categoria: experiências e práticas	108
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA	130
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TECLE).....	132
ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	136

1 INTRODUÇÃO

A assistência social é constituída historicamente em meio às contradições, ambiguidades e embates políticos, de categorias profissionais e de classes sociais, tendo como desafios questões profundas e complexas da sociedade. Instala-se como política pública, entre multiplicidades e diversidades de configurações e contextos socioeconômicos. O trabalho social com famílias nesse sentido torna-se uma proposta de proteção e garantia de direitos que visa diminuir as contradições e desigualdades sociais expressas na sociedade, sendo sua prática elaborada a partir do princípio da matricialidade sociofamiliar.

A matricialidade sociofamiliar implica em estabelecer uma forma de organização e articulação dos serviços socioassistenciais, que busca um agir mais próximo nas relações entre profissionais e as famílias atendidas, destacando o respeito pelas diferenças culturais, estruturais e necessidades específicas de cada família atendida. Sob esta perspectiva, é essencial que sejam considerados os diversos arranjos familiares contemporâneos, o que exige por parte das/os profissionais da assistência social abordagens específicas e integradas.

Enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e envolvida nos processos dessa política, tenho na poesia em epígrafe uma espécie de “trilha poética” que contrasta com este espaço de realidades vivenciadas. Alguns desses retalhos podem ser relacionados às teorias que, por vezes, não se encaixam nos retalhos e costuras atrelados ao agir no dia a dia das relações entre as/os trabalhadoras/es e esses também não se ajustam como deveriam às demandas das/os usuárias/os. Vê-se, desse modo, uma colcha que exige muito esforço para sua costura. Sob esta inspiração, a colcha de retalhos trata da constituição das relações por meio de costuras que são oportunizadas pelas trajetórias individuais e de grupos, que podem ser construídas com finas costuras, de moldes exclusivos, impecáveis e acabamento único, ou pelo contrário, podem vir a ser uma reforma com remendos, que se utiliza de tecidos ásperos e frios, de alinhavos grosseiros sem nenhum ajuste. A colcha construída sob as mãos da assistência social parece se alternar, mudam os tecidos, os recortes e as costuras, entretanto, os contornos vão seguindo um molde sem grandes alterações em sua estrutura. As profundas marcas e experiências desse cerzir estão nos pontos que entrelaçam as linhas das relações e que vão tomando forma a partir da construção daquilo que cada um desses pedacinhos de retalhos passa a representar para o outro.

Realizo tais reflexões a partir de minha atuação na assistência social, em um espaço de atividades coletivas na Secretaria de Assistência Social, na área de Educação Permanente do SUAS e também na Proteção Social Básica (PSB). A educação permanente no SUAS, em um

contexto mais abrangente, envolve a ideia do desenvolvimento das habilidades cognitivas e técnicas-operativas das/os trabalhadoras/es, instrumentalizando-as na construção de suas identidades, na compreensão dos ambientes em que estão inseridas e formando julgamentos sobre comportamentos, procedimentos e estratégias, além de lidar com a resolução de problemas (Brasil, 2013).

A educação permanente no SUAS, no âmbito do município de Campo Grande, apresenta a utilização de abordagens colaborativas e coletivas que envolvem as metodologias ativas e outras, tais como pesquisa-ação, que se propõe a formar teoricamente profissionais atuantes. As ações em educação permanente e de qualificação profissional visam à discussão e análise do agir profissional em relação às normativas trazidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A experiência vivenciada nas atividades da Proteção Social Básica (PSB) me permitiu uma proximidade ainda maior com o fenômeno de estudo. Mesmo com pouco tempo de atuação direta, foi possível observar na prática muito, ou quase tudo, que os teóricos citados nesta pesquisa demonstram. O posicionamento ainda sem o devido reconhecimento da Assistência Social como política pública fundamental acarreta uma série de questões e desafios a serem superados, entre eles a precarização dos serviços em razão de trabalhadores com remunerações incompatíveis com suas atribuições, vínculos não efetivos e o excesso de demandas.

Em minha atuação profissional, no trabalho direto com as/os assistentes sociais e psicólogos/as, é possível observar e perceber, a partir de suas falas, um grande misto e emaranhado de conceitos, sentimentos e objetivos, demonstrando um distanciamento em relação ao proposto na diretriz matricialidade sociofamiliar no SUAS.

Dentre as problemáticas visualizadas, observo falas carregadas de contornos familistas, que podem ser vistas como dissociadas dos princípios da matricialidade sociofamiliar proposta na PNAS. Os conteúdos familistas na área da assistência social aumentam à medida que o sistema capitalista fortalece os princípios neoliberais do Estado mínimo e da promoção do mercado como regulador central da vida social, afastando a responsabilidade coletiva do Estado em relação à proteção social, ao mesmo tempo em que reforça a narrativa de que são os indivíduos e/ou famílias que devem garantir o bem-estar (Mioto, 2015).

Os discursos dessas/es profissionais indicam sinais de negligência e revelam uma perspectiva que se contrapõe aos princípios fundamentais da assistência social, distanciam-se das prerrogativas dispostas pela PNAS, que buscam a instituição de espaços de construção de valores e ideias, possibilitando a autonomia das famílias.

Ao pensar o conceito de família, é possível relacioná-lo às multiplicidades de concepções que são discutidas em diferentes teorias, no senso comum ou até no discurso normativo religioso, nas quais essas concepções ainda possuem grande influência na maneira de constituir os conceitos de família, que são profundamente arraigados a padrões patriarcais.

Dentro do espaço permeado pelo SUAS e diante desse cenário em que são constituídas variadas maneiras de pensar sobre família, enquanto questionamento da pesquisa, busca-se responder: Quais são as representações sociais de família para psicólogas, psicólogos e assistentes sociais do SUAS?

Para responder a esta questão, é utilizada a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici, fundamentada em sua obra seminal *La Psychanalyse, Son Image, et Son Public* (1961) e posteriormente expandida em *La Société en Formation* (1969). A TRS busca compreender como os indivíduos constroem e compartilham significados em contextos sociais específicos. Moscovici (2010) propõe que as representações sociais sejam formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas pelos membros de determinados grupos sociais.

Com os subsídios da TRS, foi investigado se as representações sociais desempenham um papel central na comunicação e na construção da realidade social compartilhada, buscando reflexo na realidade vivenciada por assistentes sociais e psicólogas/os junto às famílias, na forma como estas/es profissionais percebem, interpretam e respondem às tensões ocasionadas diante dessas variadas concepções de família.

A TRS aponta para a importância de considerar a contextualização sociocultural na formação das representações sociais - saberes práticos e coletivos, processo que é fundamental para o estudo das representações sobre família para as/os profissionais participantes do estudo. Na investigação, atentar-se para os aspectos culturais, históricos e sociais que estabelecem as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre o conceito de família. Tal procedimento implica também em considerar as transformações e permanências ao longo do tempo e de acordo com diferentes contextos, examinar as condições de produção, as intenções e as consequências dessas representações na vida individual e em grupo desses sujeitos.

O objetivo geral deste estudo trata-se de analisar as Representações Sociais (RS) de assistentes sociais e psicólogas/os dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, em Mato Grosso do Sul, sobre família. Para tanto, como objetivos específicos, propôs-se identificar qual é a concepção de família para estes/as profissionais; levantar elementos e sentidos atribuídos sobre famílias e compreender como se constituem os aspectos históricos, sociais e culturais de família para essas/es profissionais.

Considera-se que, ao identificar e compreender essas representações sociais de família, tem-se a possibilidade de ampliar no campo profissional e científico a discussão de conceitos hegemônicos que afetam a efetividade da política de assistência social, assim como na proposta de novas intervenções e de aportes teóricos que visem auxiliar a prática profissional.

Para a organização deste trabalho, foram elaboradas sete divisões em capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório, buscou-se apresentar o tema de pesquisa, descrevendo o objetivo da pesquisa, as razões que motivam a realização desse estudo, o problema a ser investigado, bem como a apresentação das partes que compõem este trabalho.

No segundo capítulo, são apresentados conceitos da psicologia social sob as perspectivas TRS buscando demonstrar a importância da interlocução com a assistência social. Apresenta-se o levantamento de revisão de literatura sobre os estudos direcionados à TRS com relação à assistência social e à família. Aborda-se a constituição da assistência social e o movimento de conceituação enquanto política pública, fazendo referência aos limites de abrangência do seu campo de atuação e como são direcionadas suas práticas no contexto social. São, ainda, apresentados aspectos da concepção ambígua e tipificação dos serviços SUAS.

No terceiro capítulo, são apresentadas as atribuições e funções das/os profissionais do Serviço Social e da Psicologia inseridas/os no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, buscando demonstrar a importância dessas/es profissionais para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. São levantados aspectos inerentes à formação acadêmica e continuada das/os profissionais, a relevância dos processos de qualificação para as/os trabalhadoras/es desta política e para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais. Neste capítulo, também, são consideradas pontuações acerca dos desafios profissionais no âmbito da assistência social.

Os conceitos de família e de matricialidade sociofamiliar são discutidos no quarto capítulo. Apresenta-se a abordagem teórica e de análise de dados que será adotada para a pesquisa. Elabora-se uma reflexão sobre os diversos contextos e padrões sociais de família e a centralidade na figura da mulher neste grupo.

No quinto capítulo, é apresentada a concepção da estrutura da pesquisa, bem como a formulação metodológica da pesquisa. Foi demonstrada a natureza da pesquisa, os instrumentos de coleta, as/os participantes e campo de pesquisa, a identificação das/os participantes e organização dos dados produzidos. Nos utilizamos da técnica da livre associação de palavras como uma ferramenta complementar no contexto da entrevista semiestruturada, com o objetivo de acessar as associações espontâneas que as/os participantes fazem entre palavras e conceitos. Nesse caso, com a temática disparadora “família”. Essa estratégia inicial possibilitou uma

aproximação mais natural com as/os entrevistadas/os, funcionando como um ponto de partida que não apenas facilitou a introdução ao tema, mas também revelou elementos significativos de suas percepções, emoções e implicações sociais relacionadas à família. Na sequência, passamos à categorização e organização dos elementos, etapa fundamental para uma boa análise dos conteúdos.

Procedemos, no sexto capítulo, à discussão dos resultados obtidos por meio da análise de conteúdo, proposta por Bardin, com o apoio dos fundamentos da Teoria das Representações Sociais (TRS). Essa abordagem permitiu a apresentação dos achados da pesquisa, os quais evidenciam as representações sociais sobre as famílias atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) por assistentes sociais, psicólogas e psicólogos. Por fim, no sétimo capítulo, realizamos a conclusão do estudo, expondo nossas considerações finais.

2 COMPREENSÃO DA PESQUISA: A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo, serão apresentados os fundamentos teóricos da pesquisa, buscando demonstrar a importância da interlocução do campo da assistência social com os aspectos epistemológicos da Teoria das Representações Sociais – TRS. Estes conceitos permitem a ampliação do campo de problematização do presente estudo, levando em conta a composição da assistência social.

2.1 CAMINHO TEÓRICO PARA O ENTENDIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O trabalho de Moscovici (2015) sobre Representações Sociais (RS) situa-se num contexto de amplo entendimento das subjetividades dos sujeitos na constituição das suas representações e da elaboração de uma abordagem teórica para a Psicologia Social. Para Moscovici (2010) a Teoria das Representações Sociais (TRS) volta-se para o estudo dos modos pelos quais as pessoas partilham conhecimento e do que está subjacente a esses processos, de como as ideias ganham materialidade e tornam-se práticas sociais e culturais. O que, inicialmente, já se conecta com os desafios postos pela presente pesquisa, visto que o principal objetivo é reconhecer nos sujeitos do estudo quais foram os conceitos elaborados acerca dos elementos formadores das representações de família no espaço da assistência social.

A TRS desenvolvida por Serge Moscovici (2010), entre as décadas de 1950 e 1960. Em seu objetivo inicial de compreender as maneiras sob as quais a psicanálise acessou ao pensamento popular francês. O estudo de Moscovici foi descrito em sua obra intitulada por *La psychanalyse: Son image et son public*, que contou com duas publicações, uma em 1961 e outra em 1976. Ao empreender uma investigação sobre como a psicanálise é compreendida pelo público em geral enquanto um discurso científico, Moscovici (2010) não tinha a intenção de discutir a teoria psicanalítica em si. Seu objetivo era entender como o conhecimento científico é incorporado à consciência dos indivíduos e dos grupos.

Ao examinar como o público em geral assimila o conhecimento científico, adaptando-o a suas representações prévias e formando assim uma representação social da psicanálise, Moscovici (2010) estava investigando cientificamente o senso comum. Para realizar este estudo, Sá (1998) salienta que era necessário analisar as formas culturais de expressão dos grupos, bem como a organização e transformação dessas expressões, além de examinar a função

mediadora dessas representações entre os indivíduos e a sociedade. A TRS, de acordo com Moraes et. al (2018, p. 19): “é uma opção para descrição e explicação dos fenômenos sociais, pois reproduzem pensamentos e comportamentos comuns a um grupo de indivíduos”.

Moscovici (2010) assegura que, por se constituírem em um processo dinâmico e mutável, onde o ser humano é ativo e seus saberes impactam em seu meio social e no modo de pensar em grupos, a TRS é fruto das interações humanas com o meio e da forma com que cada sujeito se visualiza perante este meio social. Nesse sentido, Moraes et al. (2018) destacam que:

É necessário dar voz às nossas ideias primeiras, àquelas que nos constituem como seres psicossociais, guardadas na memória coletiva que nos une por gerações. Para Moscovici, o senso comum o interpreta. Não é possível considerar somente o pensamento científico como legítimo (Moraes et. al, 2018, p. 23).

O ato de representar não é um processo simples, posto que além da imagem, ele carrega sempre um sentido simbólico (Moraes et al., 2018). Entendimento esse sob o qual Jodelet (2009) sinaliza a existência de quatro grandes características fundamentais no ato de representar, sendo elas: a) a RS é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito); b) as RS têm com seu objeto uma relação de simbolização (pode ser substituída) e interdependência (conferindo significações); c) a RS será apresentada como uma forma de saber, forma de conhecimento; d) qualificar esse saber prático se refere à experiência, aos contextos e condições em que ele o é, sobretudo ao fato que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro. Neste caminho apontado por Jodelet (2002), a TRS trata-se da produção dos saberes sociais, centrada na análise da construção e reconstrução dos saberes sociais.

Pereira e Guareschi (2017) consideram que as representações ocorrem nos grupos sociais, mediadas pelas múltiplas linguagens que compõem as relações sociais. As RS, de acordo com Moscovici (2011), são conhecimentos constituídos por meio do senso comum, construídos e divulgados socialmente, com o objetivo de tornar familiar algo - seja um objeto, um fenômeno psicossocial ou mesmo uma teoria - que não é familiar. O que acontece, por exemplo, quando temos um conceito científico novo - que compõe o universo reificado - para ser aceito e compartilhado socialmente, ele precisa se unir a representações já existentes, sendo objetivado e comunicado, e assim torna-se senso comum - universo consensual - mas, no fim, os dois universos são constituintes da cultura. Os universos reificados ou científicos são mundos restritos, de circulação científica, onde os sujeitos sociais são percebidos como elementos de diferentes papéis e de classes com níveis distintos (Oliveira; Werba, 2001). Reforçando tal

conceituação, Arruda (2002) afirma que é neste espaço que a ciência retrata a realidade de modo independente da consciência. Neste universo ocorrem as cristalizações, com seus modelos de linguagem, hierarquização e divisão de áreas de competências.

Complementando a ideia destes dois universos, Jodelet (2012), afirma que é possível observar a origem e influência das representações em determinado grupo social, em um processo dialético entre esses dois universos, onde o descolamento do conhecimento científico possibilita a constituição de um novo saber, que busca compreender as referências, conceitos e informações tanto da experiência objetiva quanto da vivência pessoal. No entanto, em alguns aspectos, esse novo saber pode estar em desacordo ou em contraposição aos conhecimentos atuais. Para Moscovici (2001), as RS devem considerar as minorias, uma vez que tais sujeitos integram ampla camada social e interagem diretamente com as políticas sociais postas em sociedade. Deste modo, as informações existentes sobre família são selecionadas e mantidas por aqueles que tiverem aceitação dos conhecimentos acerca das RS.

Entende-se que a constituição de uma nova representação de família, enquanto fenômeno social, ocorre nos espaços onde os serviços são prestados e modulados pelas condições dos conhecimentos teóricos que embasam os conceitos operativos, bem como, dos conhecimentos específicos trazidos como bagagem conceitual das/os profissionais do serviço social e psicologia enquanto disciplinas científicas. Tais conceitos, segundo Perez et al. (2017), se difundem à ação profissional e às práticas sociais que circulam nesses ambientes, dando tangibilidade a novos e diferentes saberes sobre os grupos familiares atendidos na assistência social.

A sociedade, ao que define Arruda (2002), é vista como um grupo de pessoas aptas, cada uma em suas possibilidades, de falar em nome do grupo pertencente, possuindo a partir de seu cotidiano propriedade, para tanto, denominando-se tal condição de lugar de fala, o que se estabelece nos universos consensuais que se relacionam ao senso comum, onde os indivíduos elaboram as construções sobre o real a partir do meio social pertencente, é neste universo que se manifestam as representações sociais. Diferentemente dos universos reificados, onde são considerados os saberes científicos, de objetividade lógica e rigor metodológico.

Entretanto, os dois universos mencionados por Arruda (2002) se estabelecem em uma relação de reciprocidade dando forma às realidades (Moraes et. al, 2018). Neste sentido, somente pertencer ao senso comum não faz com que um determinado objeto seja considerado como uma RS de um grupo específico, é necessário a compreensão de sua formação, seguindo um trajeto conceitual de pensamento e com a atividade de percepção do grupo em relação ao

objeto. Moscovici (2011), ao desenvolver a teoria sobre as RS, descreve dois mecanismos que envolvem o processo de formação de RS: objetivação e ancoragem.

2.1.1 Os processos de ancoragem e objetivação na formação de uma representação social

A ancoragem é definida por Moscovici (2010), como a integração cognitiva de um objeto no sistema de pensamento preexistente, trata-se da inserção do estranho em um sistema de crenças anteriormente constituído pela pessoa. Os mecanismos de ancoragem têm a função de dar sentido e nome a algum objeto, fornecendo um contexto inteligível, de interpretação e assimilação. Trata-se de um processo dinâmico e que ocorre em situações sociais cotidianas que solicitam ajustes, uma regulação entre o conhecimento social (RS) e seu contexto. Refere-se a uma nova ligação à informação ou ideia de elementos que já existem, as quais são “ancoradas” em conceitos ou ideias preexistentes, as quais já fazem parte do conhecimento de cada sujeito.

No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é reajustado para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia (Moscovici, 2010, p. 61).

Ancorar, para Moscovici (2010), é dar nome e classificar as coisas, pode ser um processo ameaçador, em razão do estranhamento aquilo que não é familiar, não nomeado ou descrito. No sentido de superar tal resistência, Abric (1998) esclarece que o processo inicial é a categorização e/ou rotulação de determinado objeto ou pessoa, funcionando como um sistema de classificação. Para Moscovici (2010), a classificação é o processo pelo qual os sujeitos interpretam e respondem aos eventos sociais, sob a natureza ativa de um pensamento social pelo qual constroem significados compartilhados em suas interações sociais. Neste sentido, o autor complementa que, neste processo, inexistente o sentido de neutralidade, sendo atribuída a cada objeto ou ser uma valoração hierárquica. Assim, para Moscovici (2010, p. 63), “categorizar alguém ou alguma coisa significa um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelece uma relação positiva ou negativa com ele”.

Moscovici (2010), fala ainda sobre a objetivação, sendo ela a transformação de ideias abstratas em algo mais tangível e concreto. Atrela-se a esta objetificação a representação simbólica que, para o autor, trata-se da materialização de conceitos abstratos, tornando as RS mais acessíveis e compartilháveis entre os sujeitos que integram determinado grupo social,

traduzindo conceitos complexos em interpretações mais simplórias, compreensíveis. Ao que se refere a objetivação, ela também é considerada por Moraes et. al (2018) como o processo em que o abstrato se transforma em concreto, tornando as ideias subjetivas em processo cristalizado, objetivo.

Em Jodelet (2002), a objetivação é atribuição de determinado significado concreto a um conceito complexo ou objeto, por parte dos sujeitos, dependendo basicamente dos condicionantes de acessos diferenciados às informações em função da inserção social dos sujeitos e pelos aspectos valorativos dos grupos. Assim, as informações recebidas a respeito de um conceito ou objeto passam por uma organização para que recebam uma imagem e passem a construir um conhecimento do senso comum. Objetivação, para Moscovici (2010), é a união da concepção de não familiaridade com a realidade, transformando-se na verdadeira essência desta. Inicialmente percebida como um domínio puramente intelectual e distante, a observação, aos nossos olhos, manifesta-se como algo físico e de fácil acesso. A objetivação então ocorre quando materializadas mentalmente em conceitos ou informações mais acessíveis, símbolos ou práticas visíveis e concretas.

Isso permite que essas representações sociais sejam comunicadas e compartilhadas entre os membros de um grupo social, tornando-as institucionalizadas e incorporadas nas estruturas e nas normas da sociedade (Moraes et al., 2018). Isso fortalece a influência das representações sociais e contribui para sua estabilidade e resistência a mudanças (Lopes, 2012). Jodelet (2002), destaca que a objetivação não se trata de um processo neutro, e por meio dela que, as representações sociais podem revelar e reforçar relações de poder, desigualdades e estereótipos existentes na sociedade. A forma como os objetos e as práticas são criadas e utilizadas pode perpetuar ou desafiar as relações de dominação e subordinação. Desse modo, para Moscovici (2010), objetivar é desvendar a qualidade normatizada de uma ideia ou ser indefinido, é ainda reproduzir a representação de uma imagem.

Ao definir e nomear alguma coisa ou alguém, é acionado o processo de vinculação das imagens que são associadas às lembranças e memórias, por isso, Moscovici (2010), define esse sistema de núcleo figurativo, sendo ele um complexo de imagens que reproduzem um complexo de ideias. Jodelet (2012) afirma que o núcleo figurativo é um “esquema” (modelo ou imagem) básico resultante do processo de objetivação, tornando concretos os elementos do objeto, e tem por função guiar as percepções e julgamentos associados ao objeto de representação dentro de uma realidade social construída.

2.1.2 Principais abordagens para a teoria das representações sociais – TRS

A TRS não tem como interesse o estudo simplificado de conteúdo, sob a ótica de uma mera descrição, seu propósito é entender o que determinado conteúdo expressa, a dinâmica social que leva à construção desse conteúdo. Para o entendimento da construção das RS e sua relação com as práticas sociais, pode-se considerar três principais correntes de diferentes abordagens desenvolvidas dentro da TRS, surgidas a partir dos pressupostos do que Doise chamou de “a grande teoria”. Segundo o autor, a “grande teoria” é um conjunto de conceitos e princípios gerais que apresentam uma visão sobre o ser humano e a sociedade, porém necessitam de elementos secundários dos processos dos quais trata (Almeida, 2009).

A grande teoria das RS refere-se às proposições originais básicas de Moscovici que, conforme demonstra Sá (1998), inicialmente desdobram-se em três correntes teóricas: a abordagem processual, a abordagem societal e a abordagem estrutural. Posteriormente, soma-se a abordagem dialógica proposta por Marková (2006).

Assegurando uma ampla base descritiva para sua compreensão, a abordagem processual busca entender qual é a origem social da representação, como se constituem as RS em uma determinada sociedade ou grupo social. Jodelet (2009), defende a ideia do entendimento sobre as dinâmicas sociais geradoras das representações, entende que os sujeitos e a sociedade são uma unidade interativa, o sujeito se constitui em um determinado contexto social. Em sua análise acerca da abordagem processual, Sá (1998) explicita a concepção sistematizada da TRS defendida por Denise Jodelet, conferindo configurações mais objetivas à proposição básica teórica, assegurando uma ampla base descritiva. Neste sentido, ela busca suporte nos discursos das pessoas e grupos, comportamentos e práticas sociais, interpretados pelos meios de comunicação, para sua manutenção e transformação enquanto se mantém. São determinados pelas práticas, e não exclusivamente discursivas. As complexas compreensões dos fenômenos são teorizadas a partir das experiências empíricas, com predominância sobre a teoria. Sendo as RS determinadas pelas práticas, não sendo somente discursivas.

Outra abordagem complementar à grande teoria moscoviciana trata-se da estrutural, que tem como representante Jean-Claude Abric. Esta abordagem se caracteriza pela formação cognitivista e de provar experimentalmente ideias dentro da teoria (Moscovici, 2010). Possui interesse em conhecer não apenas o conteúdo das representações, mas também a estrutura ou organização interna de suas formações, considerando a realidade objetiva e não separando o mundo externo e interno do indivíduo.

Entende-se a representação como produto e processos de uma atividade mental, através da qual o indivíduo ou os grupos reconstituem a realidade com a qual ele se confronta e para a

qual ele atribui significado específico, tida como organização significante. A atenção da abordagem estrutural se volta para a coexistência dos componentes cognitivos e sociais, que tornam difíceis as análises das representações sociais, uma vez que o sujeito de sua construção é pensante, mas as operações desse processo cognitivo possuem determinantes elaborados e transmitidos socialmente (Moscovici, 2010). As representações sociais, pela definição de Abric (2000), são estabelecidas por quatro funções, que são elas: função de saber, permite compreender e explicar a realidade; função identitária, concede a elaboração de uma identidade social e pessoal em acordo com o sistema de normas e de valores socialmente e historicamente determinados; função de orientação, onde guiam os comportamentos e as práticas, definindo o que é permitido, tolerável ou inaceitável; e função justificadora, que permite a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos.

A ideia essencial de Abric é de que as representações se organizam a partir de um núcleo central, onde são determinadas sua significação e organização interna. O núcleo central é determinado pela natureza do objeto representado, pelas relações entre grupos e objetos e pelo sistema de valores e normas do grupo. Sendo o núcleo central determinado por condições históricas, ideológicas, sociológicas que envolvem a memória coletiva e como elas exercem referência no grupo (Alves-Mazzotti, 2002). O Núcleo Central, para Abric (2000), possui três funções específicas: a primeira na qual se criam ou transformam os significados das representações, denominada de geradora; a segunda, relacionada a união e unificação dos elementos da representação, é definida como função organizadora e a terceira função é a estabilizadora, trata-se da continuidade da representação se mantendo nos diferentes contextos de espaço e tempo.

A abordagem estrutural, na definição do núcleo central, apresenta os elementos periféricos, compostos por recursos mais acessíveis e concretos (Moscovici, 2010). Para Mazotti (2002, p. 54), os elementos periféricos “constituem a parte operatória da representação, desempenhando um papel essencial no funcionamento e na dinâmica das representações”.

Como representante da terceira abordagem complementar à TRS, a abordagem societal, tem como principal representante Willen Doise, que destaca a importância da comunicação e da troca de informações entre os membros de um grupo social, reconhecendo que as representações são construídas por meio de interações dialógicas e processos de negociação, nos quais diferentes pontos de vista e perspectivas são compartilhados e confrontados (Moraes et al., 2018). Doise enfatizou, ainda, que a influência do contexto social mais amplo na construção das representações, fatores como cultura, história, estrutura social e poder,

desempenham papéis significativos na formação e na evolução das representações coletivas (Moraes et al., 2018).

A articulação da RS, na perspectiva de Doise, é definida por Almeida (2009) como uma concepção mais sociológica, centrando-se na influência que os sistemas de crenças compartilhadas possuem sobre a organização e o funcionamento cognitivo, e destaca a inserção social dos indivíduos como sendo a fonte da variação dessas representações. A abordagem societal propõe a integração de quatro níveis de análise no estudo das RS a seguir definidas:

O primeiro focaliza os processos intraindividuais, analisando o modo como os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. O segundo centra-se nos processos interindividuais e situacionais, buscando nos sistemas de interação os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais. O terceiro refere-se aos processos intergrupais, leva em conta as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e analisa como essas posições modulam os processos do primeiro e do segundo níveis. O quarto, o societal, enfoca os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais, adotando o pressuposto de que as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, dão significação aos comportamentos dos indivíduos e criam as diferenciações sociais, a partir de princípios gerais. Apesar de análises que articulam os vários níveis teóricos serem mais completas e conduzirem a uma melhor descrição do processo conceitualizado em cada um dos quatro níveis, as análises que recorrem às explicações do tipo societal (isto é, posicional e ideológica) ainda permanecem minoritárias em Psicologia Social (Almeida, 2009, p. 724).

Nesta abordagem, a articulação entre estes quatro processos produz a conceituação da representação social. Doise apresentou três hipóteses para validação das pesquisas em representação social, são elas: a) difusão está baseada na diversidade de indivíduos que pertencem ao mesmo grupo estabelecendo relações sociais, se comunicam e mantém a troca de simbologias e crenças, tornando-se comuns em determinados elementos; b) propagação da representação, demonstra as diferenças pessoais e individuais, mantendo diferentes relações, possuem variações no seu posicionamento pessoal, se identifica por meio dos princípios dos indivíduos com as suas variações sociais; e c) propaganda, relaciona as múltiplas ancoragens e relações coletivas, por mais que existe o consenso entre o sujeito para com a representação, também ocorre ancoragens de outras realidades, elas se constroem da relação entre as pessoas do grupo (Almeida; Santos; Trindade, 2000).

No estudo de RS proposto por Doise, tem-se que “os elementos e relações cognitivas que fazem o conteúdo de uma representação trazem a marca de um condicionamento social, que teria operado no processo mesmo de sua formação” (Sá, 1998, p. 76). Ao considerar a TRS e suas abordagens, entende-se que todas as correntes teóricas do campo das representações, ao

que afirma Sá (1998), estabelecem a importância de contar com as práticas sociais de um determinado conjunto social quando da pesquisa de suas representações. Assim, todas colaboram para a compreensão e direcionamento teórico.

A mais recente abordagem à luz da TRS foi elaborada por Ivana Marková (2006), denominada como dialógica, nela é enfatizada a interação social e cultural como um processo dinâmico e complexo das relações entre linguagem, cognição e sujeito. No livro *Dialogicality and Social Representations – The Dynamics of Mind*, publicado em 2003, pela primeira vez, observa-se a aplicação do conceito de dialogicidade ao campo do conhecimento social e à TRS de Moscovici. (Pallú, Larroca, 2006). A dialogicidade é entendida como a capacidade da mente humana de conceber, criar e comunicar realidades sociais, é o fundamento da constituição da mente humana em termos do “Alter” (Marková, 2006, p.15).

Na perspectiva dialógica de Marková (2006), o diálogo é encarado como o centro do desenvolvimento humano, no qual as relações interpessoais orientam a identidade e a compreensão de si mesmo e do mundo. Ao invés de uma visão individualista, ela destaca a natureza interconectada das interações sociais, promovendo uma compreensão mais holística e contextualizada da experiência humana.

Marková (2006) compreende as abordagens dialógicas, primeiramente, como alternativa para o estudo da mente humana em perspectivas estreitas do individualismo e do cognitivismo, os quais dominavam muitas áreas das ciências sociais e humanas, tentando imitar as ciências naturais e ainda, assumindo que os fenômenos sociais deveriam ser tratados como a-históricos e a-culturais. Como segunda tendência desta abordagem, destaca-se a resistência à hegemonia tecnológica que permeou todos os aspectos da existência humana, acentuando-se como uma reação significativa. Essa resistência se manifesta especialmente contra a ênfase desmedida na eficiência no mercado e no dinheiro, bem como na quantificação de fenômenos como satisfação na vida, percepções de injustiça e confiança interpessoal (Marková, 2006).

A perspectiva dialógica de Marková influencia a pesquisa em psicologia social e áreas afins, oferecendo uma visão inovadora sobre como as interações sociais orientam a experiência humana e a sociedade como um todo.

Entende-se que tais perspectivas analisam os fenômenos considerando suas especificidades metodológicas. Compreender tais correntes é importante para entendermos que o campo da TRS é vasto de possibilidades, mas que se unem numa proposta epistemológica comum: entender como o pensamento social comunicado entre os grupos formam práticas, vivências e modos de viver.

Ressalta-se, ainda, que para este estudo parte-se da perspectiva da abordagem processual para os procedimentos de análise dos dados e informações produzidas, o que será abordado com maior profundidade e em articulação ao objetivo proposto para a pesquisa nas próximas seções.

2.1.3 A TRS e o objeto de estudo

Enquanto cerne dessa pesquisa, o estudo de representações sociais sobre famílias possibilita conhecer os sentidos que as/os profissionais, sejam assistentes sociais ou psicólogas/os, atribuem sobre o conceito de família, ainda, como esta concepção se relaciona com as práticas dirigidas a tais grupos a partir de parâmetros propostos pela PNAS e SUAS (Brasil, 2004).

Ao apoiar-se teoricamente na Teoria das Representações Sociais – TRS, a pesquisa busca na abordagem processual, defendida por Denise Jodelet (2009), subsídios para a análise das representações sociais sobre famílias, considerando para sua interpretação a ideia dos três domínios de pertencimento: a esfera da subjetividade, a esfera da intersubjetividade e a esfera da transubjetividade. A pesquisadora tem como objetivo analisar as RS produzidas pelos indivíduos e os grupos localizados em determinados espaços com o sentido de ultrapassar o patamar descritivo representacional, atribuindo modalidades de ação transformadora.

A interconexão entre a subjetividade, a intersubjetividade e a transubjetividade, conceituada por Jodelet (2009), oferece uma estrutura conceitual que pode enriquecer a compreensão das representações sociais sobre a família, situando-as em contextos mais amplos de interação social e cultural. A autora analisa a forma como as pessoas constroem significados compartilhados sobre diferentes temas na sociedade. Ela aborda a natureza dinâmica e multifacetada das representações sociais, destacando como são estabelecidas pelas experiências individuais, contextos sociais e culturais.

Neste modelo, Jodelet (2009) aponta que o foco analítico são exclusivamente os sujeitos concebidos como indivíduos pensantes e não isolados, que afetam e são afetados pelos diferentes aspectos da vida cotidiana em seus contextos sociais de interação e vinculação. Quanto à noção de vinculação, a autora ressalta para dois tipos de processos de importância relativa à natureza dos objetos e dos contextos: um trata da comunicação oral, observando a participação em uma rede de interações com os outros, e o segundo processo considera a inserção nos grupos sociais e culturais que definem a identidade dos sujeitos e as interações sociais.

Ainda em relação aos sujeitos, Denise Jodelet pontua que:

As diversas facetas que qualificam o sujeito não entram em jogo de maneira sistemática na produção das representações sociais e sua importância relativa deve evidentemente ser relacionada ao tipo de objeto representado e à situação na qual se forja a representação. Levar em consideração o nível subjetivo permite compreender uma função importante das representações. As representações, que são sempre de alguém, têm uma função expressiva. Seu estudo permite acessar os significados que os sujeitos, individuais ou coletivos, atribuem a um objeto localizado no seu meio social e material, e examinar como os significados são articulados à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo (Jodelet, 2009, p. 697).

A esfera de intersubjetividade é o espaço onde localizam os planos pessoal e social, já constituídos e de interlocução e representações, onde os significados são compartilhados considerando os interesses comuns e negociados a partir de uma comunicação direta e verbal. Ocorrem nessa esfera a transmissão de informações e trocas de saberes, manifestações de acordos ou divergências, interpretações e ressignificações (Jodelet, 2009). Na terceira esfera, são abarcados elementos que perpassam o nível tanto subjetivo quanto intersubjetivo (Jodelet, 2009). A esfera da transubjetividade é atravessada tanto pelos indivíduos, grupos e contextos sociais de interação (Jodelet, 2009). Sabe-se ainda que:

Na formação das representações sociais, a esfera da transubjetividade se situa diante da intersubjetividade e remete a tudo que é comum aos membros de um mesmo coletivo. Este aspecto comunitário pode ter, efetivamente, várias origens. Ele pode resultar do acesso ao patrimônio de recursos fornecidos, para a interpretação do mundo, pelo aparelho cultural. [...] Ele pode depender do jogo de constrangimentos ou de pressões ligadas seja às condições materiais de existência, seja às imposições da estrutura das relações sociais e de poder, seja aos sistemas de normas e valores, seja ao estado de mentalidades que os historiadores tratam como sistemas de representações que orientam as práticas coletivas e garantem o laço social e a identidade coletiva (Jodelet, 2009, p. 698).

A transubjetividade se difunde pelos meios de comunicação de massa, pelos espaços institucionais, deslocando-se nos meios de interações dos sujeitos (Moraes et al., 2018). Estes conceitos trazidos por Jodelet (2009) são tidos nesta pesquisa como premissas essenciais, posto que se relacionam diretamente ao que objetiva nas compreensões das representações sociais de famílias na assistência social.

Jodelet (2002) conceituou as representações sociais como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, com uma visão prática, favorecendo para a construção de uma realidade comum de um grupo social. Citando, ainda, Moscovici (2005), que corrobora

com este pensamento, ao afirmar que, na TRS, os indivíduos e grupos, “longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, reproduzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam”. Não se pode destituir as representações sociais das vivências experimentadas pelos sujeitos, pois é a partir delas que as concepções representativas se constituem (Jodelet, 2009).

Os conceitos apontados pelos autores apoiam e direcionam a pesquisa para a análise da constituição das representações sociais sobre família e de que, como tais representações estão implicadas nas ações dos sujeitos da pesquisa, uma vez que a questão que guia a investigação advém da tensão posta entre as representações sociais e como estas afetam as ações das assistentes sociais e psicólogos junto às famílias usuárias dos serviços da assistência social.

2.1.4 Tipologia das Representações Sociais

Moscovici oferece uma importante estrutura para compreender como os sujeitos e os grupos constroem significados compartilhados e organizam suas experiências sociais. Apresenta três formas pelas quais uma representação pode tornar-se social, sendo elas: hegemônicas, emancipadas e controversas. Assim, ao identificar as representações, Moscovici (1988) apresenta um modelo que integra os aspectos consensuais e conflitivos das dinâmicas sociais.

As representações hegemônicas são frequentemente invisibilizadas em seu caráter coercitivo devido à sua naturalização no cotidiano, funcionando como um pano de fundo para a manutenção de sistemas de poder e normas culturais. Conforme Jodelet (1989), essas representações hegemônicas reforçam os valores dominantes de uma sociedade, configurando-se como mecanismos que legitimam práticas e instituições.

Segundo Moscovici (2009), as representações sociais hegemônicas, especificamente, refletem um modo de pensar unificado, sustentado por ideologias que promovem coesão social e estabilidade. Elas constroem os significados compartilhados e, ao mesmo tempo, refletem a manutenção de hierarquias sociais e políticas.

Denise Jodelet (1984) complementa que as representações sociais hegemônicas são reproduzidas por meio de processos de ancoragem e objetivação, que reforçam crenças e valores profundamente enraizados no tecido social. Além disso, são continuamente reforçadas por práticas culturais e institucionais, tornando-se elementos centrais da identidade coletiva.

As representações hegemônicas são destacadas por Jovchelovitch (2007) como ferramentas que podem exercer controle social, pois definem o que é legítimo ou aceitável em

um determinado contexto, sendo frequentemente associadas a grupos dominantes e às suas ideologias.

As representações sociais hegemônicas são centrais para a organização das práticas e valores em uma sociedade. Embora promovam estabilidade e coesão, também podem limitar a diversidade e perpetuar desigualdades. Assim, compreendê-las é essencial para analisar as dinâmicas sociais e os processos de transformação cultural.

Por outro lado, as representações emancipadas destacam a capacidade dos grupos sociais de reinterpretar e ressignificar ideias e símbolos em contextos específicos. Esses processos refletem a natureza dinâmica e interativa das representações, que não são estáticas, mas formadas por intercâmbios simbólicos e culturais. De acordo com Jovchelovitch (2007), as representações emancipadas demonstram como o conhecimento é apropriado e transformado de maneira criativa pelos grupos, permitindo-lhes estabelecer conexões entre diferentes formas de saber e realidades sociais. Essa abordagem revela o papel das representações na mediação entre a individualidade e a coletividade, destacando sua relevância para a construção da identidade social.

As representações sociais emancipadas surgem em cenários de diversidade cultural ou em grupos que estão em busca de autonomia em relação às estruturas dominantes. De acordo com Moscovici (2009), elas funcionam como expressões de criatividade social, permitindo a articulação de novas narrativas que não se restringem aos valores impostos pelas representações hegemônicas.

As representações controversas, por sua vez, assumem um papel central em situações de conflito social e disputas ideológicas. Moscovici (1988) enfatiza que essas representações surgem em contextos de oposição entre grupos, sendo, portanto, marcadas por sua natureza polarizadora. Tal perspectiva é complementada por Doise (1992), que argumenta que as representações controversas não apenas refletem os conflitos sociais, mas também os alimentam, ao articular interesses e valores divergentes. Essas representações tornam-se arenas discursivas em que diferentes grupos buscam estabelecer suas visões como legítimas, contribuindo para processos de mudança social e transformação das estruturas de poder.

As representações sociais controversas são um reflexo da complexidade e do dinamismo da sociedade. Elas expressam os conflitos e tensões entre diferentes visões de mundo, permitindo a mediação entre passado e futuro, entre tradição e inovação, funcionando como espaços de negociação e transformação social.

Estes conceitos nos permitiram uma caracterização com maior efetividade nos achados de nossa pesquisa e ainda possibilitará a distinção de novas e diferentes representações sociais.

2.1.5 Alguns apontamentos sobre a TRS e Assistência Social

Procurando integrar à presente pesquisa aportes apurados por meio de levantamento de produções científicas que dialogam para a construção de conhecimentos e articulam saberes relacionados à TRS, a assistência social e família sob contornos do eixo da matricialidade sociofamiliar estabelecido na PNAS, foi realizada revisão de literatura, utilizando-se do banco de dados do Portal de Periódicos Capes no mês de março do ano de 2023. A escolha pelo Portal de Periódicos da Capes é feita por ser considerada uma biblioteca virtual que reúne artigos de reconhecimento notório no campo científico e disponibilizados publicamente. Para a busca, foram utilizados como descritores: Representação Social, Teoria das Representações Sociais, Sistema Único de Assistência Social, SUAS, Política Nacional de Assistência Social, PNAS, Família, Matricialidade Familiar, e os termos booleanos not SUS e not Saúde. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos científicos publicados a partir do ano de 2005, justificado este período por considerar o marco legal de publicação da PNAS e artigos em língua portuguesa do Brasil.

Como resultado, obteve-se a quantidade de nove artigos, que foram lidos na íntegra e organizados em três eixos temáticos: regulamentação, processos de trabalho e operacionalização. As publicações que tratam dos processos de trabalho tiveram quatro artigos e as publicações que se referem aos processos de trabalho e operacionalização obtiveram maior número de artigos, cinco publicações.

Convém destacar a publicação de Pereira e Guareschi (2016), que apresentam os resultados da pesquisa realizada em 2013 com o objetivo de demonstrar a existência de uma dimensão relacional entre profissionais de psicologia que atuam no CRAS e usuárias/os dos serviços. A pesquisa tinha como orientação compreender quais eram e como se apresentavam as RS desses profissionais sobre as/os usuárias/os. Os autores apuraram que as RS que sustentam algumas práticas profissionais mostram-se contraditórias, por vezes culpabilizatórias em outras ético-políticas.

Em outro resultado encontrado na revisão de literatura, Scopinho e Rossi (2017) realizaram uma pesquisa sobre os serviços prestados pelos equipamentos da assistência social. As autoras analisaram as RS de trabalhadoras/es sobre a política de assistência social e sobre o trabalho que realizam em um serviço de acolhimento institucional para crianças e jovens. Utilizaram o levantamento documental e a realização de entrevistas semiestruturadas para responder, entre outras questões, quais RS as trabalhadoras/es construíram sobre elas e sobre

os dispositivos legais que as regulam. As RS das trabalhadoras/es sobre o trabalho se fundam em sentimentos fraternais, sobretudo no amor, existindo uma confusão entre aquilo que é público e o que deveria ser ou permanecer privado. As autoras concluem ressaltando a importância do compromisso ético-político neste campo do direito social, zelando pelos preceitos institucionais e valorizando as relações de afeto.

Como último destaque entre os resultados, as autoras Lauermann et al. (2020) fazem reflexões a partir das interpretações das falas das/os usuáries/as que auxiliam no pensar e questionar alguns posicionamentos das/os profissionais. As autoras possuem como objetivo de pesquisa analisar, a partir da TRS, como os/as usuáries/as de um CRAS compreendem as visitas domiciliares realizadas pelas/os profissionais das unidades. O que se questiona neste estudo, a partir das representações sobre as práticas das visitas domiciliares, são como têm sido desenvolvidas e o que estas visitas significam às famílias e à sociedade. As autoras apontam para a necessidade de que sejam reconhecidos os processos representacionais para que reflitam na elaboração de políticas públicas e indicam a necessidade de mais estudos sobre o objeto de estudo.

Mesmo tomando como questões a assistência social, TRS e usuáries/as do SUAS, não se identifica nenhum estudo citado e/ou pesquisado que tenha como objeto principal a representação social de assistentes sociais e psicólogas/os sobre as famílias usuárias dos serviços do CRAS, ou ainda sobre a temática de família.

Ao buscar referências para a pesquisa em produções que se utilizaram da TRS como base teórica, que tenham como campo de conhecimento o SUAS e que se vinculam ao atendimento sociofamiliar/famílias, observou-se que os estudos sobre este viés temático ainda são poucos diante da relevância social desta política. As publicações, em grande parte, questionam a formulação e execução paradoxal da assistência social, os sentidos dicotômicos de emancipação e de culpabilização das/os usuáries/os e a manutenção de estigmas e preconceitos, trazendo como direcionamento emblemático as questões da figura da mulher ao contexto familiar para esta política, o que demonstra espaço para o aprofundamento dessa temática.

Entre os resultados, nenhum tem como objeto principal a representação social de família, porém se atém aos sujeitos inseridos ao contexto socioassistencial. Dessa forma, entende-se que é preciso fomentar a produção no campo da TRS, uma vez que sua aplicabilidade no campo da assistência social brasileira promove a reflexão das realidades dos grupos e ainda como importante marco conceitual que pode balizar intervenções e metodologias que visem as transformações sociais e subjetivas que os indivíduos e famílias requerem.

2.2 INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

As pesquisadoras Gonçalves e Bock (2009) apontam para uma perspectiva crítica da psicologia social que toma a relação indivíduo e sociedade como base, bem como a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais como objeto. No âmbito da psicologia, as autoras discutem que o estudo dos fenômenos sociais está compreendido em sua dimensão subjetiva, buscando interpretações a partir das análises das subjetividades sob um processo de construção e modificação no decorrer da inserção e atuação social dos sujeitos ao mesmo tempo que são constituídos os fenômenos sociais.

As questões das políticas públicas são discutidas por Chaves (2012), trazendo uma abordagem que trata de compreender, na concepção ético-política, a relação das políticas públicas com o projeto de desenvolvimento econômico-social e a articulação da psicologia social com estas questões e seus desdobramentos.

Neste sentido, Chaves (2012) chama a atenção para a confusão entre política pública e gestão de governo, bem como, sobre as questões desafiadoras relacionadas à falta de reconhecimento dos fatores subjacentes estruturais e das circunstâncias objetivas do sistema capitalista que contribuem para as disparidades sociais, à conexão entre políticas públicas que buscam compensar problemas de forma superficial, negligenciando as verdadeiras necessidades da sociedade, e à fragmentação das lutas sociais, que tendem a se concentrar em política públicas específicas, muitas vezes perdendo de vista o princípio de abordagem universal, pois se centralizam exclusivamente na promoção das diferenças já estabelecidas socialmente.

A autora reflete também sobre o viés da articulação e atuação da psicologia social na política pública, teoria e prática, indivíduo e sociedade, universal, particular e singular e igualdade e desigualdade. Chaves (2012) afirma que neste espaço a psicologia social contribui teórica e metodologicamente, fazendo a interface com outras áreas do saber, auxiliando em um processo dialógico e de reflexão com a pretensão do apoio à transformação social.

Pensar no que a Psicologia Social tem a dizer sobre políticas públicas exige refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade e sobre a universalidade, a participação e a singularidade. Problematisando alguns princípios da constituição da modernidade que foram transformados em ideologia e depois foram esquecidos ou simplificados é possível revelar algumas contradições dos fenômenos na busca de sua essência. Nesse meandro, é importante ter cuidado para que a igualdade formal não esteja a serviço da desigualdade material e da dominação. [...] Políticas públicas “específicas” já são de contrassenso à própria destinação do que seria política pública. Os atendidos

pelas políticas já foram privados, já houve um alheamento, portanto, estabelecer a denúncia das questões estruturais do capitalismo é fundamental (Chaves, 2012, p. 8).

Analisando o contexto de problematização das políticas públicas e dos modos como as mesmas performam as pobreza, Curado (2012) menciona críticas sofridas pela psicologia social referentes às sinalizações de posicionamentos literários reducionistas ao campo individual nos estudos sobre a pobreza e os pobres. A autora sugere que entender como as políticas públicas influenciam as situações de pobreza possibilita a criação de diversas abordagens que podem coexistir com as atuais. Ela também destaca que a pesquisa em psicologia social sobre a pobreza traz contribuições significativas ao questionar e tornar mais flexíveis as concepções tradicionais de pobreza e como ela é gerenciada socialmente. Isso abre espaço, segundo a autora, para a coexistência de diferentes perspectivas em relação à pobreza, enfatizando as conexões, as mediações, as práticas e os aspectos não tão visíveis das várias formas de pobreza nas políticas públicas.

Observa-se que, mesmo sob concepções teóricas distintas, as autoras reafirmam a importância da psicologia social crítica como meio de apoio para a efetividade de ações propositivas e renovadoras no âmbito das políticas públicas.

No sentido de considerar a articulação entre a Teoria das Representações Sociais e as políticas públicas, é fundamental que se leve em conta o estudo sobre o indivíduo, naquilo que ele é influenciado socialmente, pela sua inserção e participação em grupos sociais, instituições e comunidades, assim como por costumes, normas, valores e representações historicamente determinadas.

Na perspectiva de Moscovici (1984), por sua vez, o que distinguiria a psicologia social de outros campos de conhecimento seria a adoção de um “olhar psicossocial”, entendido como uma maneira específica de interpretar os fenômenos da realidade. Para o autor, a psicologia geral se legitimou no estudo das relações binárias entre um sujeito individual (o organismo) e um objeto (aspectos do ambiente ou estímulos), enquanto a sociologia se apropriou das relações entre um sujeito coletivo (grupo, classe, estrato, Estado) e um objeto (interesses, instituições, outros grupos etc.). Ao seu turno, a psicologia social seria caracterizada por empregar um olhar ternário, capaz de incluir o sujeito, o objeto e o outro em seus esquemas interpretativos (Moscovici, 1984). Nessa perspectiva, tanto o sujeito quanto o objeto são instâncias sociais, já que dependem da relação com o outro para serem constituídos (Sousa; Chaves, 2023, p. 284).

Assim, busca-se na TRS a compreensão dos sujeitos históricos enquanto construtores de sua realidade, que agem em seus contextos sociais e são atingidos pelas alterações e

modelações constituídas e transformadas. Segundo Jodelet (1984), as representações sociais são definidas como sendo “uma forma de saber específico de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. “De modo mais amplo, designa uma forma de pensamento social”.

Tal noção permite que as representações sociais sejam uma forma de saber socialmente elaborado e partilhado que busca compreender e explicar ideias e fatos, constituindo-se como um elemento prático, seus processos e conteúdos estão diretamente relacionados às condições dos espaços e tempo que são constituídos. Motivando, no âmbito desta pesquisa, relacionar os conceitos da TRS e os fenômenos da assistência social (Jodelet, 1984, p.9).

Ao abordar as representações nas políticas públicas e as contribuições da psicologia social neste âmbito, Lopes (2012) enfatiza a importância de analisar as representações sociais presentes nas políticas públicas, pois essas representações têm um impacto significativo na forma como as questões são percebidas e tratadas pela sociedade, sugerindo a análise crítica como instrumento fundamental para promover a compreensão abrangente e eficaz das políticas públicas.

Nesta interação entre a psicologia social, os conceitos teóricos da TRS e as políticas públicas, Lopes (2012) chama a atenção para aspectos da subjetividade dos sujeitos.

O ser humano, como ser social de relações sociais, é compreendido como um ser em permanente movimento, um constante vir a ser. Transforma-se constantemente. Para tanto, o conjunto teórico e a produção de conhecimento não devem conter conceitos e concepções paralisadas, limitadas e estagnadas. Necessário se faz a busca de novas propostas, novas formas de captar e intervir nas ações humanas. Nesse contexto, as políticas públicas se enunciam como elementos mediadores que organizam e reorganizam a vida social, alterando os efeitos das desigualdades sociais. Aí se estabelece o campo no qual a Psicologia Social deve desempenhar seu papel e as suas ações de intervenção, e sobretudo, de “reelaboração” de suas teorias, evidenciando a máxima teoria-prática, na qual a prática permite rever a teoria e esta permite alterar a prática (Lopes, 2012, p. 162).

Deste modo, como Lopes (2012) indica, entende-se que a TRS tem o propósito de revelar como os indivíduos desenvolvem seu entendimento sobre o mundo ao seu redor e como esse entendimento influencia suas ações, formas de comunicação e até mesmo suas posturas em relação aos elementos do ambiente social que as cercam. A autora dispõe que: “As ações e os procedimentos resultantes da aplicação das políticas públicas devem estar presentes, de modo sistemático e planejado, na agenda de discussões e atribuições que envolvem as práticas de profissionais da Psicologia Social” (Lopes, 2012, p. 161).

Na próxima subseção será abordada a assistência social como campo de contradições e tensões, onde emerge com propósitos de constituição do bem-estar social, entretanto observa-se que seus desenhos são preenchidos com referências de manutenção de um sistema político de exclusão e manutenção das vulnerabilidades sociais.

2.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPO DE CONTRADIÇÕES

O processo histórico-político nacional da assistência social é envolto em processos de insuficiência governamental para geração de produção e crescimento do país. No final da década de 1970, como é abordado por Sposati et al. (2014), observa-se um contexto no qual os movimentos questionadores da pobreza, desemprego e violências surgem por meio de organizações que recuperam espaço do pós-golpe de 1964. Movimentos sociais urbanos e rurais formados por trabalhadoras/es, sindicatos, intelectuais e uma parcela da igreja, sendo então que: “O social torna-se campo de reivindicação coletiva onde os segmentos espoliados se manifestam e exigem um novo direcionamento das políticas sociais” (Sposati et. al., 2014, p. 32). As autoras advertem ao fato de que as implementações de tais políticas não implicam em avanços de direitos, apontam para uma continuidade nos padrões populistas, onde o Estado exerce uma força de manutenção alienante e subalternizada, de mesmo modo inferindo à sociedade uma condição de acesso a privilégios e não se constituindo como direitos (Sposati et al., 2014).

Menicucci e Gomes (2018) discutem que, a partir da reforma institucional e seu impacto nas políticas sociais, com a instalação do governo militar em 1964, pode-se observar durante esse período uma aparente expansão das políticas sociais, com a implementação de reformas e programas voltados para áreas como educação, saúde e previdência social. No entanto, as autoras destacam que essa expansão foi marcada por profundas desigualdades e iniquidades. As políticas sociais eram direcionadas principalmente para os estratos mais privilegiados da sociedade, enquanto os grupos mais vulneráveis eram negligenciados, resultando em uma distribuição desigual dos benefícios dessas políticas. Além disso, as autoras ressaltam que as políticas sociais desse período também foram utilizadas como instrumento de controle político e social, visando a manutenção do regime autoritário. Isso se refletiu na censura de informações e no uso das políticas sociais para promover a coesão social e o apoio ao governo militar. Demonstra-se que as políticas sociais no período do regime militar, apesar de aparentemente amplas, foram marcadas por desigualdades e serviram a fins políticos autoritários, em vez de promoverem o bem-estar e a justiça social (Menicucci; Gomes, 2018).

Sposati et al. (2014) levam em consideração o fato de que no Brasil se tem ao mesmo tempo condições de um país subdesenvolvido e industrializado, estabelecido por um sistema capitalista de intensa concentração de renda, tendo o Estado a atribuição de enfrentar tais contradições sociais, criando mecanismos para a superação das desigualdades sociais. As ações governamentais são introduzidas sob contornos populistas, numa relação de subalternidade, reiterando o assistencialismo como mecanismo de subordinação, mantendo o trabalhador/a na condição de favorecido e não usuário de direitos. Sposati et al. (2014), pontuam que, quando se trata dos conflitos entre capital e trabalho, o assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com a face de inclusão, pela benevolência do Estado frente à “carência dos indivíduos”.

Neste sentido, o avanço das políticas sociais demonstra ser o resultado de lutas impostas pela população do que respostas do Estado em oposição às injustiças sociais. Entendendo que a busca pela garantia de direitos e cidadania são em suas gêneses iniciativas da população e que o aparato governamental reitera a perspectiva da condição de benevolência e subordinação. O Estado, por esse prisma, intervém de modo a assegurar condições mínimas de subsistência à população, visando redução de tensões e mantendo a estabilidade e dominação pelo poder. Paradoxalmente, para a população, também, trata-se de um meio concreto de acesso a bens e serviços, articulação e resistência nesses espaços (Sposati, 2014).

A questão da assistência social e de como ela pode ser vista de forma idealizada e irreal por parte da sociedade é abordada por Mota (2010). A autora esclarece que as políticas de seguridade social adquirem um papel crucial na ligação entre a produção econômica e a manutenção da sociedade, sobretudo porque são percebidas como um meio para mitigar os riscos e vulnerabilidades associados ao trabalho. No entanto, é a ênfase na cidadania que coloca essas políticas em destaque, conferindo-lhes, no âmbito jurídico e político, a aparência de serem uma esfera independente da atividade produtiva. Por essa razão, elas se tornam um instrumento ideológico fundamental (Mota, 2010, p. 15).

A autora pondera que a assistência social muitas vezes é romantizada e vista como a solução para todos os problemas sociais, criando um fetiche em torno dela e como essa visão idealizada pode levar às expectativas irrealistas em relação à assistência social, ressaltando a importância de uma compreensão mais crítica e objetiva desse campo, considerando suas limitações e desafios (Mota, 2010).

2.3.1 A implementação da política nacional de assistência social (PNAS) e do sistema único de assistência social (SUAS)

As características construídas historicamente em torno das políticas públicas no Brasil são de escassa eficácia social e de submissão aos interesses econômicos dominantes, evidenciando uma incapacidade de influenciar o cenário de desigualdade e pobreza que prevalece na sociedade brasileira. No âmbito da assistência social, a situação se agrava ainda mais, pois tem um histórico baseado por décadas em práticas como o favoritismo, o clientelismo, o apadrinhamento e o autoritarismo, que estabeleceram um modelo antiquado de relações enraizado na cultura política do Brasil, sendo relegada a uma posição secundária e periférica no conjunto das políticas públicas (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012, p. 55).

A Constituição Federal (CF) de 1988 avança nessa discussão, ao incorporar a assistência social juntamente com a saúde e previdência social ao nível de políticas públicas, formando o sistema de seguridade social no Brasil. Oferecendo proteção e atendimento à população que dela necessite sem a obrigatoriedade de contribuição (Brasil, 2004).

A assistência social, a partir de então, passa a ser pensada de modo a garantir direitos sob a responsabilidade do Estado. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) inaugura um caráter de integração entre o econômico e o social, designando ao Estado a centralidade na universalização e garantia de direitos, bem como, o acesso a serviços sociais e abertura ao controle social (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012, p. 56).

Neste processo de constituição da assistência social enquanto instrumento normativo, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS é fundamentada sobre princípios democráticos que buscam assegurar a participação ativa da sociedade na formulação e execução das políticas sociais. Esses princípios refletem a importância da construção coletiva, da transparência e do respeito aos direitos individuais e coletivos. Em seus princípios, a PNAS (2004), também, reconhece a sociedade como protagonista na definição das políticas sociais, garantindo espaços de diálogo e deliberação. A participação ativa dos cidadãos e das cidadãs, por meio de suas organizações e representantes, contribui para a construção de políticas mais inclusivas e efetivas, que atendam às necessidades reais da população (Brasil, 2004).

Entretanto, conforme abordam Couto, Yazbek e Raichelis (2012), entre a CF (1988) e a aprovação da LOAS (1993) existe o espaço temporal de cinco anos, e desta para a aprovação da primeira PNAS (1998) mais cinco anos, demonstrando uma lentidão no processo de implantação, sendo atribuído, segundo as autoras, pela conjuntura adversa e paradoxal, de incompatibilidades econômicas e de investimentos sociais. As autoras argumentam que:

Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão

da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente esta política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social (Couto; Yazbek; Raichelis, 2012, p. 56).

No ano seguinte à de instalação da PNAS (2004), é implantado do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que possui por fundamentação ser um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, organizando e regulando as ações socioassistenciais em todo o território nacional (Brasil, 2005).

A implementação do SUAS, além dos preceitos constitucionais, dá continuidade aos postulados pela LOAS de 1993, que preza por uma constituição ética e transformadora, onde as dimensões coletivas e as desigualdades sociais são consideradas. Assim, o SUAS objetiva, segundo proposto na PNAS (2004) a partir de um sistema de gestão descentralizada e participativa, oportuniza a inclusão social por meio de princípios da universalização dos direitos socioassistenciais, promovendo a equidade social, priorizando o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e reduzindo as desigualdades. Busca fortalecer a participação social, envolvendo a sociedade na formulação, implementação e controle social das políticas sociais, inserindo as/os usuárias/os, trabalhadoras/es e sociedade civil na dimensão de mandatário, usuário e fiscalizador da política (Brasil, 2004).

A PNAS (2004) e o SUAS (2005), como um novo modelo de gestão, apresentam duas perspectivas distintas, conforme defendido por Lajús (2010). Para a autora, de um lado, representam a oportunidade de concretizar o que a LOAS propõe, ou seja, uma administração descentralizada com liderança única em cada esfera governamental. Isso visa assegurar a efetivação dos direitos de cidadania e a promoção da inclusão social. Por outro lado, enfrentam dois desafios significativos: em primeiro lugar, a necessidade de romper com a cultura do assistencialismo e do clientelismo, que se baseiam em relações de favorecimento. Em segundo lugar, devem se opor às reformas do Estado que venham a favorecer antigas práticas políticas. Esse tipo de reforma tem como objetivo principal reduzir a responsabilidade do Estado em relação às políticas públicas, priorizando o mercado e, conseqüentemente, o processo de acumulação de capital (Lajús, 2010).

Com o SUAS (2005), a assistência social deve ser prestada de forma padronizada em todo o território nacional. Isso significa desenvolver ações assistenciais alinhadas e em consonância aos dispositivos legais da política, evitando, dessa forma, desvios, ações divergentes, sobrepostas, pontuais, segmentadas, assistemáticas e indefinições de

competências. Ao definir e normatizar os padrões de serviços, atendimento, indicadores e avaliações de resultados, o SUAS (2005) estabelece eixos estruturantes e subsistemas descritos: matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, financiamento, controle social, desafio da participação popular, cidadão e usuário, a política de recursos humanos e a informação, monitoramento e avaliação (Brasil, 2004).

Para a presente pesquisa, são direcionados esforços na análise a partir do eixo da matricialidade sociofamiliar, que terá seus conceitos, propósitos e relevância apresentados no capítulo quatro deste estudo, haja vista ser elemento fundamental e de contextualização para este estudo. Para que a importância desse eixo estruturante do SUAS (2005) possa ser refletido de modo acentuado, faz-se necessário o conhecimento prévio dos serviços, equipamentos e equipes que operam o SUAS, assim, no próximo tópico, busca-se explicitar esta composição.

2.3.2 Materialização do SUAS: equipamentos e serviços

O processo de construção da política de Assistência Social, como dever do Estado e direito do cidadão, vem sendo estabelecido e regulamentado desde a fundamentação da primeira versão da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; texto fundante da Política Nacional de Assistência Social -PNAS de 1998, e as Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98.

A NOB (1998) tem por finalidade disciplinar a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, com a LOAS (1993) e as legislações complementares a ela aplicáveis. Em seu conteúdo são estabelecidos: o caráter do SUAS; as funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira; os níveis de gestão do SUAS; as instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; o financiamento do SUAS e as regras de transição (NOB, 2004, p. 85).

Como instrumentos operativos na assistência social regulamentadas, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/RH-SUAS (2006) consolida os principais eixos para a gestão do trabalho na área da assistência social, bem como a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que implementa a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que visa ampliar a proteção social e promover o bem-estar das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, tendo como principais funções:

- a) Proteção Social Básica: tem como objetivo fornecer proteção social básica para a população em situação de vulnerabilidade e risco social. Isso é feito por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que visam prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- b) Proteção Social Especial: oferece proteção social especial a indivíduos e famílias em situações de maior vulnerabilidade e risco social. Essa proteção é direcionada a grupos específicos, como pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de violência ou exploração, pessoas com deficiência, idosos em situação de abandono, entre outros;
- c) Promoção da Inclusão Social: A política de Assistência Social busca promover a inclusão social dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Isso é feito por meio do acesso a serviços e benefícios que visam garantir a sobrevivência, a autonomia, a integração na vida comunitária e a ampliação das oportunidades de desenvolvimento pessoal e social;
- d) Articulação com Outras Políticas Sociais: A política de Assistência Social atua de forma articulada com outras políticas sociais, como saúde, educação, habitação, trabalho, entre outras. Essa articulação é fundamental para garantir uma proteção social mais ampla e integrada, que aborde as diversas dimensões das necessidades dos cidadãos em situação de vulnerabilidade;
- e) Participação Social: A política de Assistência Social valoriza a participação social como um princípio fundamental. Ela busca envolver os cidadãos, usuários dos serviços e benefícios, organizações da sociedade civil e outros atores na definição, implementação e avaliação das políticas e programas sociais, garantindo a construção coletiva das soluções e o exercício da cidadania (NOB/SUAS, 2004).

No SUAS (2005), os serviços, programas, projetos e benefícios são organizados tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. As ações são desenvolvidas nos territórios mais vulneráveis e têm a família como foco principal de atenção. A organização das atividades obedece ao nível de complexidade dos serviços, sendo elas Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE (Brasil, 2009).

Na PSE, são desenvolvidos serviços especializados para atendimento e proteção imediata a pessoas e famílias vitimizadas e em situação de violação de direitos. A PSE prevê dois níveis de complexidade: os serviços de média complexidade, organizados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, que são equipamentos que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; e os serviços de alta complexidade, que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário (Brasil, 2009).

Para o presente estudo, o enfoque é direcionado à dimensão da Proteção Social Básica - PSB, onde tem sua operação realizada por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando o território em acordo ao porte do município, com uma rede de serviços, benefícios eventuais, benefícios de prestação continuada e serviços e projetos de capacitação e inserção produtiva (NOB/SUAS, 2004).

Os CRAS são equipamentos da assistência social responsáveis pelo referenciamento e desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da PSB do SUAS (2005), atuando diretamente nos territórios de abrangência. Os serviços ofertados pelos CRAS são de caráter preventivo, protetivo e proativo. O SUAS (2005) prevê a importância de que estas unidades devam ser instaladas em territórios considerados de risco e vulnerabilidade, garantindo às famílias acesso com maior facilidade. Os serviços ofertados pela PSB podem ou não ser desenvolvidos nos CRAS, para tanto devem existir condições estruturais e de recursos humanos, em acordo com o estabelecido na NOB-RH/SUAS-2006 (Brasil, 2016).

O CRAS é definido como:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (Brasil, 2009, p.9).

Em consonância com a definição do escopo do CRAS, os serviços oferecidos neste equipamento têm como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de risco e promover o acesso a direitos sociais. Assim, estas unidades desempenham função fundamental para a promoção da cidadania e garantia de direitos, atendendo às demandas das famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2009).

Ressalta-se, no entanto, que tais serviços devem ser organizados de acordo com a realidade constituída em cada território atendido pela assistência social, em atendimento à gestão descentralizada do SUAS (2005). Devem ser formalizados pelas equipes técnicas e apoiadas pelas/os demais trabalhadoras/es e agentes envolvidos, instrumentos próprios, que possibilitem uma postura de trabalho crítico da realidade onde estão inseridos. As/Os profissionais devem construir, juntamente com as famílias e indivíduos usuários dos serviços, condições geradoras de possibilidades de intervenções e que estabeleçam um planejamento

continuado que permita avaliações e alterações visando construir referências de futuro (Brasil, 2009).

Enquanto equipamento da rede socioassistencial de PSB, os CRAS, se distinguem das outras unidades da assistência social, pois possuem a função exclusiva de oferta pública do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com ações voltadas para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de atendimentos individuais, familiares e em grupo. Essas atividades visam promover a convivência familiar e comunitária saudável (Brasil, 2012).

Uma vez que os serviços são desenvolvidos no atendimento e acompanhamento das famílias de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, no sentido de assegurar direitos e melhorias na qualidade de vida das/os usuárias/os. O PAIF foi elaborado a partir do reconhecimento das vulnerabilidades e riscos sociais dos indivíduos e famílias, riscos entendidos para além das dimensões econômicas, que necessitam de processos de intervenção que atuem sob aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e do convívio familiar (Brasil, 2012).

O PAIF é descrito como:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (Brasil, 2009).

Os usuários do PAIF são famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidades sociais, sem acesso aos serviços públicos com vínculos familiares e sociais, possuindo ainda como foco as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais ou que atendam aos critérios deste programa, mas que ainda aguardam adesão, famílias com pessoa idosa ou deficiente onde ocorram situação de vulnerabilidade, risco social e famílias em situação vulnerável em razão de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros, ainda famílias inseridas nos serviços socioassistenciais. Os usuários possuem acesso ao PAIF por meio da procura espontânea ao CRAS, pela busca ativa das equipes e pelo encaminhamento de outras políticas públicas (Brasil, 2009).

Todos os serviços socioassistenciais oferecidos pelos equipamentos da PSB em seus territórios devem ser referenciados e articulados pelas equipes do PAIF mantidas nos CRAS, tratam em especial dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, serviços em domicílio para pessoa idosa ou com deficiência, entre outros (Brasil, 2009).

O atendimento realizado a estas famílias possui princípios de respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Segundo a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, que trata da tipificação nacional de serviços socioassistenciais, o serviço do PAIF: “Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares” (Brasil, 2009).

Chegando ao fim dessa seção, compreende-se aspectos formativos da assistência social no Brasil, seus meandros paradoxais de constituição e implantação e, ainda, apresentou-se como se organizam os níveis de proteção social e os atores que fazem parte desses níveis. No próximo capítulo pretende-se avançar, discorrendo sobre as normas e as técnicas para a atuação das equipes profissionais de nível superior, assistentes sociais e psicólogas/os, na política de assistência social, em especial nas ações direcionadas às famílias atendidas pelo SUAS.

3 PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SUAS: PSICÓLOGAS/OS E ASSISTENTES SOCIAIS

Este capítulo é dedicado às análises sobre as profissões e profissionais do Serviço Social e da Psicologia que compõem as equipes que atuam no SUAS. Destina-se a analisar aspectos relativos aos trabalhos desenvolvidos, finalidades, objetivos, perfil e funções das/os profissionais do SUAS, bem como desafios, tendências e mudanças vivenciadas e formação. Questões estas que são altamente relevantes para a dialogicidade pretendida nesta pesquisa, apresentando nos subcapítulos abaixo compreensões teóricas que contribuíram para sustentar o objetivo da pesquisa.

3.1 A PSICOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL NO SUAS

No âmbito dos objetivos do SUAS, tem-se o que Bonfim e Parrão (2019) citaram por vigilância socioassistencial, a qual, de acordo com a norma legal, deve servir para garantir a efetivação de direitos. Complementando tal proposição, Morgan (2021, p. 18) adverte que, para a possibilidade de efetivação dos objetivos do SUAS, é preciso:

[...] além da ética, o conhecimento e o saber profissional necessários à construção dessas novas estratégias, que possibilitem o enfrentamento concreto das desigualdades sociais, entendendo-se que toda conduta profissional tem implicações práticas e pode apresentar distintas soluções.

Construiu-se então uma relação de interdependência entre as teorias atreladas ao SUAS e as ações práticas desenvolvidas por suas e seus profissionais, para que se possa efetivar os objetivos relativos a este sistema, por meio do conhecimento posto em prática, os quais devem considerar as dimensões das desigualdades sociais existentes em todo o país (Schott, 2017). Proposta essa que, de acordo com Cruz, Guareschi e Bastistelli (2019), distancia-se da fragmentação adotada pelo modelo anterior de assistência social no Brasil, o qual foi marcado pela desarticulação das suas ações, com diversos programas e projetos sem uma coordenação efetiva. Por isso, a proposta do SUAS trouxe consigo um teor de resposta para a necessidade de superação das fragilidades do sistema anterior, dispondo de uma abordagem integrada e eficiente ao atendimento das distintas demandas sociais (Yazbek; Raichellis, 2018).

Para dispor de uma interdisciplinaridade mais ampla, o SUAS passou a contar com a participação de profissionais de campos científico-pedagógicos distintos, dentre estes, têm-se

aqueles (as) do Serviço Social, da Psicologia, da Pedagogia, da Educação, do Direito, dentre outros (Faustino, 2014). Pereira e Guareschi (2016) destacam que a interdisciplinaridade de tais profissionais atuantes no SUAS observa justamente as distintas áreas das vulnerabilidades sociais que afetam as famílias brasileiras, as quais precisam ser acolhidas e trabalhadas sob diferentes perspectivas. Dispõe-se então de um sistema protetivo social mais amplo, o qual forneça dentro do SUAS o amparo necessário para que cada família tenha as suas vulnerabilidades geridas, trabalhadas e revertidas de forma eficiente (Bonfim; Parrão, 2019).

Do estudo promovido por Bezerra et al. (2019), pode-se entender que o SUAS conta diretamente com a intercomunicação das/os suas/seus profissionais, para que o trabalho socioassistencial com as famílias ocorra de forma semelhante. Nesse sentido, entende-se que o atendimento do SUAS não deve ocorrer de forma diferenciada, mas sim de modo unificado, dispondo dos serviços que as famílias vierem a necessitar, fornecendo assim um amparo para que suas vulnerabilidades possam ser reduzidas e melhoradas (Yazbek; Raichellis, 2018). Faustino (2014) destaca que, se o SUAS tem como objetivo a inclusão social, esta política irá adotar um viés de cuidado interdisciplinar, uma vez que a inclusão eficiente ocorre quando todas as questões de vulnerabilidades das famílias são trabalhadas em prol de melhorias.

Sobre o rompimento com a política anterior e o compromisso de superação das vulnerabilidades sociais, Faustino (2014, p. 185) destaca que:

[...] a Política de Assistência Social é uma realidade, no cenário brasileiro, em constante movimento, ainda há a luta dos diferentes atores sociais comprometidos com a Política para romper com seu histórico tradicional, já que fora configurada durante um longo período como filantropia, caridade, benemerência e utilizada como uma prática clientelista, paternalista no curso da história deste país; pois suas ações se reduzem a ações paliativas, fragmentadas, focalistas, seu público-alvo, que hoje é considerado cidadão de direito, anteriormente fora configurado por clichês de “inapto”, “marginal”, “necessitado”, “indigente”, entre outros termos.

Todas/os as/os profissionais que atuam no SUAS possuem alta relevância na concretização dos objetivos desta política, contribuindo assim para implementar e efetivar as políticas sociais no Brasil (Pereira; Guareschi, 2016). Pereira e Guareschi (2017) informam que é justamente as ações desenvolvidas por estes profissionais que irão transformar as políticas sociais em práticas efetivas, dispondo assim de condições para que os sujeitos e as famílias possam superar as suas vulnerabilidades, alcançando maior autonomia e participação cidadã em sociedade. Segundo Miron e Guareschi (2017), a política do SUAS impõe aos seus profissionais um compromisso social de alto teor de responsabilidade, dado os desafios de suas

ações, integralizadas com as políticas sociais, para efetivar melhorias em questões de vulnerabilidades sociais que, no Brasil, são históricas.

No caminho da construção de ações que promovam materialização das finalidades ligadas ao SUAS, Bezerra et al. (2019) mencionam ser importante que as/os profissionais do SUAS busquem pela integralização dos seus conhecimentos, dialogando aproximadamente com as políticas sociais vigentes, empenhando-se em prol da busca pela elaboração de novas políticas socioassistenciais necessárias, atentando-se sempre para as peculiaridades de cada região. Faustino (2014) cita que o espaço territorial implica em distintas vulnerabilidades para os sujeitos e famílias, as quais podem ser diferentes em cada localidade do país. Por isso, apesar de o SUAS possuir uma unidade de integralização das suas ações e serviços, é importante que se dê atenção para tais peculiaridades, de modo a se atender com maior eficiência as vulnerabilidades existentes (Miron; Guareschi, 2017).

Gonçalves (2010) menciona que a subjetividade dos sujeitos e das/os profissionais que integram o SUAS infere diretamente sobre as ações e serviços disponibilizados para a população e para as famílias. Requer-se então destas/es profissionais um perfil proativo, o qual deve dispor de capacidades específicas para que as ações e serviços do SUAS disponham da eficiência almejada, distanciando-se da baixa eficácia do assistencialismo oferecido pela política anterior, fragmentado e ineficaz (Pereira; Guareschi, 2016). Iamamoto (2009) destaca que, na contemporaneidade, espera-se do serviço social um posicionamento mais inclinado para as vulnerabilidades sociais. Gonçalves (2010) cita que, nessa perspectiva, a Psicologia atua como fundamental suporte de acolhimento dos sujeitos e da família.

3.1.1 Perfil e atribuição profissional no SUAS

O SUAS é composto por um corpo de profissionais especializadas/os em campos distintos do conhecimento, os quais dispõem da interdisciplinaridade necessária para atender aos objetivos da nova política de assistência social no Brasil (Bezerra et al., 2019). Faustino (2014) menciona que, cada profissional que integra o SUAS possui formação distinta e atribuições relevantes para contribuir dentro das ações e serviços disponibilizados para a população. Guareschi, Cruz e Battistelli (2019) citam que dentre as/os profissionais do SUAS, ganha notoriedade a atuação das/os assistentes sociais e psicólogas/os, que possuem participação de alta relevância na busca pela satisfação dos interesses ligados à assistência social. De acordo com Bruschi e Guareschi (2003), a psicologia social foi inserida no âmbito do SUAS, sob novas perspectivas de abrangência e trabalho das vulnerabilidades sociais

existentes. Criou-se então um campo de interação entre o acolhimento assistencial e o atendimento psicológico dos sujeitos (Guareschi; Cruz; Battistelli, 2019).

Morgan (2011) ao descrever os serviços da assistência social, confere às/aos assistentes sociais não apenas a identificação e superação das vulnerabilidades identificadas, mas também a necessidade de se dispor de ações e serviços capazes de prevenir situações de risco, promovendo a autonomia, o desenvolvimento das capacidades e talentos para a convivência social e o protagonismo das/os usuárias/os (Morgan, 2021). Aspectos estes que, para Guareschi, Cruz e Battistelli (2019), são essenciais para a promoção de uma inclusão social mais justa. Sobre a relevância do comprometimento destas/es profissionais, Couto e Martinelli (2009, p. 103) mencionam que:

É absolutamente necessário que os Assistentes Sociais assumam, de maneira propositiva, criativa e competente, as tarefas impostas hoje pelo SUAS, da mesma forma que é absolutamente essencial compreenderem que a proteção social só será exequível, quando garantida no âmbito da Seguridade Social, o que impõe ao Assistente Social não só efetivar o acesso à Assistência Social como política pública, mas reafirmar sua efetividade no conjunto das demais políticas sociais.

Sob a leitura do entendimento acima, compreende-se que a função das/dos assistentes sociais no SUAS deve ser ampla, preocupando-se em grande parte com a reafirmação da efetividade de suas ações no conjunto das demais políticas sociais existentes (Couto; Martinelli, 2009). Para Bezerra et al. (2019), rompeu-se com a negação do assistencialismo anteriormente imposto no Brasil, para dispor de uma emergente necessidade de assistência social contemporânea, tendo por enfoque a busca da satisfação da eficiência no acolhimento das vulnerabilidades sociais, na disposição de ações e serviços capazes de reverter-las e na promoção de autonomia para a inclusão social dos sujeitos. É sob tal perspectiva que o trabalho das/os profissionais da Assistência Social ganha função singular dentro do SUAS (Morgan, 2021).

Dialogando diretamente com a assistência social, a psicologia passou a compor a equipe multidisciplinar do SUAS (Guareschi; Cruz; Battistelli, 2019). Galeano et al. (2021) mencionam que a inserção de psicólogas/os no SUAS teve por finalidade a abrangência de situações inferidas por vulnerabilidades sociais, identificando-as e trabalhando-as na busca pela promoção de consciência autônoma para que os sujeitos possam interagir em sociedade com base no determinismo das suas ações, na busca por melhorias. Segundo Miron e Guareschi (2017), a psicologia passou a assumir um compromisso social dentro do SUAS, sob a

perspectiva de um Estado em “movimento”, o qual busca superar problemas históricos e promover maior igualdade social no país.

Para Ribeiro e Guzzo (2014, p. 93), no SUAS, as/os psicólogas/os assumem função inovadora mais atada ao trabalho das questões psicossociais, ou seja, “a inserção do psicólogo no SUAS representa um avanço na busca pela deselitização e compromisso social da profissão”. Deu-se acesso para que a população usuária possua o acolhimento psicológico dentro do SUAS. (Flor; Goto, 2015). Guareschi (2014) menciona que delineou para a Psicologia um novo campo de atuação, distanciando-se da individualização do acolhimento de problemas psicossociais, para observar condições psíquicas que possam estar presentes tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Ribeiro e Goto (2014) tecem importante observação sobre a participação das/dos profissionais da Psicologia no SUAS, mencionando que se trata de uma experiência clínica ampliada, aplicada sobre uma função interventiva de crise, ou seja, a função destas/es profissionais passou a ser direcionada ao campo da intervenção de problemas psicossociais emergentes. Para Oliveira e Kahhale (2020, p. 123):

O psicólogo deve atuar de modo interdisciplinar; integrado com o contexto local; identificando os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos; partindo do diálogo entre saber popular e saber científico; favorecendo os espaços de participação social. O profissional deve manter-se em processo de formação profissional; priorizar os atendimentos de maior vulnerabilidade psicossocial; ampliar o espaço das atuações para além do setting convencional.

A psicologia no SUAS tem então a função basilar de estabelecer um diálogo interventivo eficiente para contornar problemas psicossociais que devem ser sanados para que se possa promover maior inclusão social dos sujeitos mais vulnerabilizados na sociedade brasileira (Cruz; Guareschi, 2017). Cordeiro e Curado (2017) explanam que é preciso considerar que a participação destas/es profissionais no campo da Assistência Social é um processo recente, o qual encontra em expansão no Brasil, o que revela o grau de importância de se conduzir a atuação destes profissionais de forma estratégica. Pereira e Guareschi (2017) mencionam que, no SUAS, as/os psicólogas/os devem possuir uma visão ampla sobre o campo de atuação, considerando as ramificações dos desdobramentos das vulnerabilidades sociais existentes. De igual forma, Guareschi, Cruz e Battistelli (2019) indicam que tanto as/os psicólogas/os quanto as/os assistentes sociais devem dispor de uma maior atenção para os possíveis desafios,

tendências e mudanças que fazem presentes na contemporaneidade da assistência social no Brasil.

3.1.2 Desafios, mudanças e tendências atuais vivenciados pelas/os profissionais do SUAS

Compreender os desafios, tendências e mudanças no cenário atual que são ou que podem vir a ser vivenciadas pelas/os profissionais do SUAS é um ponto relevante para as pretensões desta pesquisa. Em primeiro momento, é preciso considerar que o SUAS é uma política recente, a qual promove mudanças significativas em relação à política de assistencialismo anterior, dispondo de uma perspectiva mais abrangente na questão do acolhimento das questões sociais (Bezerra et al., 2019). Algumas críticas são direcionadas ao SUAS e seus objetivos, sendo a principal delas a desvinculação da responsabilidade do Estado para com as desigualdades sociais e atribuição desta responsabilidade aos sujeitos e famílias (Cruz; Guareschi, 2017).

Yazbek e Raichellis (2018) destacam que o SUAS é permeado por tensões, avanços e retrocessos que, direta e indiretamente, produzem desafios, tendências e mudanças para a atuação das/os profissionais que integram a assistência social contemporânea. Do estudo das autoras, é possível extrair entendimento que evidencia que:

As reflexões desenvolvidas atestam que a crise política que se instaurou com o golpe de Estado tem levado à desconstrução das bases que estruturam o SUAS como sistema público de responsabilidade estatal, que inaugurou, não sem contradições, um novo paradigma de gestão e de financiamento de serviços e benefícios socioassistenciais, que vinha se firmando em meio às marchas e contramarchas dos direitos sociais na cena contemporânea, que a partir do governo ilegítimo de Michel Temer e do novo ciclo de contrarreformas neoliberais só avançam e ganham hegemonia. Ressurgem tendências históricas, não superadas, da assistência social como o lugar destinado às ações dirigidas aos “pobres” – dispositivo que estigmatiza e discrimina os estratos subalternizados e provoca uma cisão entre pobres e trabalhadores. A retorno da assistência social como moeda de troca política entre dominantes e dominados retoma seu longo caminho no país “cordial” da sociabilidade do favor, agora transmutada na sociabilidade do grande capital que toma de assalto o fundo público e desconstrói décadas de luta pela constituição da esfera pública no Brasil (Yazbek; Raichellis, 2018, p. 13-14).

As transições políticas acentuadas a partir dos anos de 1990 até os momentos atuais afetam e atribuem ao SUAS desafios singulares, os quais transitam entre os efeitos do neoliberalismo e da democratização social de direitos (Yazbek; Raichellis, 2018). Num viés político neoliberal, o SUAS sofre com desafios que reduzem o teor dos investimentos, o que poda a atuação das/os profissionais (Couto; Martinelli, 2009). Morgan (2021, p. 21) menciona

que as políticas neoliberais “afetam a produção e o trabalho, marcados pelo modo de acumulação flexível e o neoliberalismo”. Couto e Martinelli (2009) demarcam que a influência de políticas neoliberais na assistência social brasileira foi intensificada desde a década de 1980, transitando entre políticas sociais e neoliberais entre as mudanças de governos. Tiveram-se aqui períodos de volatilidade que marcaram o SUAS desde o seu nascedouro, até os dias atuais (Yazbek; Raichellis, 2018).

Morgan (2021) menciona que o neoliberalismo reduz o potencial da assistência social do SUAS, adotando um viés menos expressivo na disposição de recursos que promovam maior capacidade de acolhimento dentro dos programas. Para as/os profissionais, tal cenário produz desafios que giram em torno da limitação de recursos, dos prejuízos das ações e serviços, da limitação do número de sujeitos e famílias atendidas e outros (Yazbek; Raichellis, 2018). Couto e Martinelli (2009) destacam que tais desafios caminham na contramão das finalidades atreladas ao SUAS e, conseqüentemente, ao desempenho das funções das/os suas e seus profissionais, com destaque para as/os assistentes sociais e psicólogas/os.

Do contrário, políticas sociais de maior teor democrático no social incentivam as ações e serviços do SUAS, dispondo de maior potencial de acolhimento dos sujeitos e famílias, de melhor condição de desenvolvimento das ações e serviços, favorecendo assim a satisfação das finalidades socioassistenciais contemporâneas no Brasil (Moraes, 2020). O autor aqui mencionado destaca que:

[...] os processos de intensificação do trabalho, de fragmentação das políticas, de precarização da estrutura de trabalho e da rede socioassistencial, as interferências político-partidárias sobre o trabalho profissional, recorrentes em pequenos municípios, como manobras na conquista de votos, a polivalência das atividades encaminhadas e demandadas aos profissionais de Serviço Social, aliadas à falta de clareza do papel do/a assistente social no interior dos serviços. Além disso, a burocratização das atividades, a incompetência dos gestores das políticas municipais de saúde, articuladas a equipes profissionais desmotivadas e descompromissadas, dentre outros elementos que interferem no trabalho do assistente social na área da saúde, mas que não necessariamente estão restritos a esse campo de atuação, constituindo a realidade do trabalho de forma ampliada na sociedade do capital (Moraes, 2020, p. 153).

Os aspectos mencionados acima constituem-se em grandes desafios contemporâneos para a atuação das/os profissionais do SUAS (Moraes, 2020). O enfrentamento desses desafios deve considerar as causas e as dimensões de repercussões dos mesmos, o que, para Couto (2015), procede à necessidade de conhecimento mais profundo sobre tais questões.

Para articular os desafios com enfoque na superação dos mesmos, é preciso ter conhecimento acerca de possíveis tendências e mudanças contemporâneas que podem favorecer a atuação de assistentes sociais e psicólogos/os no SUAS, assim como das/os demais profissionais (Moraes, 2020). Couto (2015) cita que o abandono da centralização da política socioassistencial e a adoção da gestão desta política é uma tendência que pode trazer inúmeros benefícios para a superação dos desafios do SUAS, mas, requer a integralização com as organizações governamentais. A mesma autora, porém, tece crítica parcial a esta despolitização, no sentido da perspectiva das/os profissionais, destacam que:

Tratar o campo da política social como campo gerencial, destituído do seu caráter classista, tem se reverberado em um terreno propício à despolitização. E assim sendo, destituído de contradições, apenas deve cumprir o papel de amortecedor, aliviando em parte os sofrimentos impostos aos trabalhadores (Couto, 2015, p. 674).

As tendências históricas são citadas por Yazbek e Raichellis (2018) como novas emergências que podem tanto beneficiar quanto prejudicar a atuação das/os profissionais do SUAS. Para as autoras, os prejuízos decorrem da concepção da Assistência Social enquanto moeda de troca para mascarar a responsabilidade do Estado diante das desigualdades sociais existentes, enquanto os benefícios podem ser extraídos da nova atuação do Serviço Social e da Psicologia com enfoque na reversão de problemas socioassistenciais históricos (Yazbek; Raichellis, 2018). Sobre o distanciamento do Estado da sua responsabilização social, Pereira e Guareschi (2017, p. 7) mencionam que:

[...] ao contrário da ideia de ausência do Estado como prega o neoliberalismo, contemporaneamente se revela fundamental a presença do Estado nas áreas de interesse da ordem burguesa, como acontece na coação da família. Na defesa do mercado, é clara a intervenção do Estado, embora não se assuma que essa é sua única prioridade, pois aparece travestida de preocupações com justiça e segurança.

Tem-se então um cenário que carece de maior intervenção do Estado diante da prática de uma política que promove o distanciamento estatal, sendo essa uma tendência neoliberal que atribui às famílias e aos sujeitos o estigma das suas próprias vulnerabilidades sociais (Pereira; Guareschi, 2017). Couto e Martinelli (2009) mencionam que, enquanto a lógica constitucional traz a tendência de centralização do Estado na promoção da justiça social, a política do assistencialismo no Brasil sempre promoveu o distanciamento do Estado desta responsabilidade.

Para Salgado (2019), a formação e a capacitação das/os profissionais do SUAS são uma questão de alta relevância para a satisfação das finalidades das atuais políticas sociais, uma vez que, dada a complexidade das vulnerabilidades existentes, o conhecimento é fator determinante para que as ações e serviços do SUAS sejam ofertados de forma eficiente.

3.1.3 Formação das/os profissionais do SUAS

Diante da ampla complexidade de casos atendidos pelo SUAS e dos desafios existentes, abre-se margem ao diálogo dedicado à formação das/os profissionais que integram a equipe multidisciplinar do SUAS. Guareschi (2014) menciona que a aquisição de conhecimentos atualizados é um fator indispensável para profissionais que atuam no SUAS, principalmente assistentes sociais e psicólogas/os. Raichelis (2010, p. 753) destaca que:

O trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético-político que confere direção social ao trabalho profissional.

O mesmo entendimento estabelecido pela autora acima citada aplica-se para a formação das/os psicólogas/os que atuam no SUAS, uma vez que é justamente o conhecimento destas/es profissionais que irá conduzir e validar as ações e serviços do SUAS diante das complexas vulnerabilidades atendidas (Raichelis, 2010). Salgado (2019) defende a formação permanente ou continuada das/os profissionais do SUAS como uma medida essencial para o êxito das ações e serviços dos programas socioassistenciais contemporâneos. O referido autor destaca que a educação permanente “compreende a construção de espaços de trabalho que possibilitem saberes, sentidos e significados, visando fortalecer a política de Assistência Social e seus operadores, em uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial” (Salgado, 2019, p. 11).

Moraes (2020) fala sobre a precarização da formação profissional de assistentes sociais e psicólogas/os para chamar atenção para a necessidade de fomentação de políticas e iniciativas que atentem para esta questão, promovendo melhorias na formação de base e motivando maior adesão na formação permanente. Todavia, Pereira e Guareschi (2017) destacam que “para além da formação teórica e acadêmica, as posturas éticas e políticas – ou as representações sociais compartilhadas pelas/os profissionais – acabam sendo decisivas na condução das políticas públicas”. Deve-se haver então a intercomunicação entre a formação permanente das/os

profissionais do SUAS, com suas respectivas posturas éticas e políticas, incluindo ainda as suas representações sociais, e a troca entre as representações destes profissionais (Pereira; Guareschi, 2017).

Cordeiro e Curado (2017, p. 3) trazem no estudo por eles produzidos uma crítica extraída da percepção das/os próprias/os profissionais de Psicologia que atuam no SUAS, mencionando que “uma das críticas que ouvimos com frequência de nossas (os) entrevistadas (os) é que os cursos de graduação em Psicologia, em geral, oferecem uma formação que praticamente desconsidera a possibilidade de atuação no campo das políticas sociais”. Diante do avanço das perspectivas da participação psicológica no campo do SUAS, a formação destas/es profissionais não apresentou as evoluções necessárias, o que justifica a adesão deles por uma formação permanente, de modo a se elevar o nível de qualidade das respectivas funções desempenhadas no SUAS (Pereira; Guareschi, 2017).

Oliveira e Kahhale (2020, p. 123) destacam que “há uma falta de formação profissional que permita a verificação das especificidades de cada atuação”. Para suprir esta lacuna na formação de base, as autoras defendem que “o profissional deve manter-se em processo de formação profissional; priorizar os atendimentos de maior vulnerabilidade psicossocial; ampliar o espaço das atuações para além do convencional” (Oliveira; Kahhale, 2020, p. 123). Galeano et al. (2021) citam que a formação permanente é essencial aos profissionais do SUAS, principalmente para as/os psicólogas/os, tendo em vista que amplia os conhecimentos e as capacidades de ações individuais e coletivas, mais aproximadas das necessidades sociais existentes.

Considerando as reflexões levantadas neste capítulo acerca dos significados atribuídos à formação e à práxis profissional das/os assistentes sociais e psicólogas/os no campo da assistência social, é possível adentrar às proposições relativas às famílias usuárias do SUAS, com maior robustez de entendimentos que exige o propósito principal da pesquisa.

4 A FAMÍLIA COMO EIXO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

Neste capítulo, são direcionados esforços no sentido de demonstrar os conceitos de família implicados na assistência social e como estes se imbricam à constituição das ações apresentadas a partir da concepção de matricialidade sociofamiliar enquanto eixo de atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo deste capítulo é contextualizar a concepção e conceitos da categoria família na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no SUAS, utilizando-se ainda das perspectivas conceituais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 (CF1988), de modo a promover reflexões acerca das estruturas sociais que constituem e emergem representações sociais junto às equipes de psicólogas e assistentes sociais que operacionalizam a assistência social.

4.1 FAMÍLIA: ALGUNS CONTEXTOS

No próprio texto normativo da CF de 1988, em seu art. 226, tem-se que a família é “a base da sociedade” (Brasil, 1988). Como exemplo da relevância que a atual Constituição Federal de 1988 dá ao conceito de família, temos o Art. 205, que a estabelece como pilar da formação social dos sujeitos que as integram. É preciso recorrer ao texto legal do art. 205, da própria CF 1988, que traz a menção de que a educação, na formação social dos sujeitos, conta diretamente com a participação da “família” (Brasil, 1988).

A reformulação da norma constitucional brasileira, resultando de um momento político marcado pela redemocratização brasileira, trouxe significativos impactos para o conceito de família (Menicucci; Gomes, 2018), distanciando-se da rigidez heterogênea e abrindo margem para uma multiplicidade de constituição familiar (Campos, 2015).

Nesse sentido, observam-se, ainda, ocorrências de alterações no que se refere aos conceitos e processos inerentes às famílias, uma vez inseridas em um movimento dialético de transformação social e econômica, de alterações culturais e tecnológicas e mudança de costumes (Campos, 2015). Busca-se compreender esta fluidez tendo por base o entendimento de Moscovici (2012), o qual aponta que as representações sociais se caracterizam como sistemas de valores, ideias e práticas, com a dupla função de possibilitar às pessoas a se orientar e controlar o mundo material e social, bem como viabilizar a comunicação, nomeação e classificação de vários aspectos do mundo individual e social, em um processo dinâmico. O autor ainda afirma que “as representações sociais circulam, cruzam-se e se cristalizam

incessantemente através da fala, de um gesto, de um encontro, em nosso universo cotidiano” (Moscovici, 2012, p. 54).

Os cenários anteriormente tidos como dimensões clássicas para discussões sobre famílias, tais como sexualidade, procriação e convivência, já não se sustentam nestes novos tempos, pois, como mencionado por Menicucci e Gomes (2018), a vigência da CF 1988 abriu margem para novas possibilidades de constituição familiar, distanciando-se tais cenários. Nessa perspectiva, cabe dizer que, com base na PNAS (2004), existem relações de família quando um conjunto de pessoas se encontram unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, superando a referência de tempo e de lugar para a compreensão conceitual de família (Brasil, 2004). Percebe-se que o conceito de família é dinâmico, orientado pelas relações sociais e, além da superação dos cenários mencionados por Menicucci e Gomes (2018), houve ainda a superação do fator consanguinidade.

Atualmente, a estrutura de famílias nuclear ditas como “tradicionais” ainda está presente e prevalece sobre outras formas de constituição familiar. No entanto, ao longo do tempo, a sociedade viu o surgimento de diversas configurações familiares, e essas variantes em relação ao formato nuclear expandiram-se, sendo reconhecidas pela sociedade. Esse reconhecimento não implica necessariamente aceitação irrestrita dos modelos diversos existentes, mas indica que a sociedade está ciente da existência desses modelos, que estão presentes em vários contextos. Isto reforça que reconhecer a existência não significa aceitação dos modelos diversos existentes de famílias, mas que a sociedade sabe que os modelos existem e estão presentes em diversos tipos de contextos (Oliveira, 2009).

Referindo-se a esta questão do reconhecimento de família de fato e de direito, muito se vincula ao ordenamento jurídico sobre família. Santos (2017) considera em sua pesquisa que a CF (1988) e o Código Civil (2002) trouxeram grandes transformações no âmbito familiar, mas a sociedade, as pessoas, se relacionam de forma dinâmica, trazendo novos direitos, novas famílias que ainda não são protegidas por normas.

Ocorre na contemporaneidade o que Sarti (2003) entende como uma perda do sentido da tradição e valorização da individualidade que ganha grande importância social. Aspectos da vida familiar, como o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, que antes eram determinados a partir de papéis preestabelecidos, atualmente são vivenciados com vistas à afirmação da individualidade.

Compreendendo a família como uma instituição social dinâmica, que se transforma ao longo do tempo em resposta às mudanças culturais, econômicas e sociais, diversos autores da Psicologia Social têm se dedicado ao estudo das configurações familiares e de suas implicações

para os indivíduos e para a sociedade. No que se refere aos arranjos familiares, torna-se fundamental para a pesquisa a identificação e a análise das principais configurações existentes. Dentre essas, destacam-se:

- a) **Família Patriarcal:** é uma configuração familiar marcada pela centralização da autoridade na figura masculina, geralmente representada pelo pai ou pelo chefe de família. Esse modelo tem raízes históricas profundas e se consolida em diversas sociedades como uma estrutura hierárquica, na qual os papéis de gênero são rigidamente definidos. De acordo com Jodelet (2002), a família patriarcal está intimamente ligada a processos de socialização que naturalizam a autoridade masculina e a submissão feminina, perpetuando assim desigualdades de gênero. Esse modelo é sustentado por normas culturais e jurídicas que historicamente concederam privilégios aos homens, estabelecendo um padrão de organização familiar baseado na obediência e na posição.
- b) **Família Nuclear:** composta por um casal e seus filhos biológicos ou adotivos. Durante muito tempo, esse modelo foi considerado o padrão tradicional de organização familiar. Berger e Luckmann (1985) apontam que a família nuclear desempenha um papel central na socialização primária das crianças, sendo responsável por transmitir valores e normas culturais.
- c) **Família Extensa:** inclui, além dos pais e filhos, outros parentes próximos, como avós, tios e primos, que compartilham o mesmo ambiente doméstico ou mantêm laços estreitos de convivência. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família extensa é definida como: “Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de profundidade e afetividade” (BRASIL, 1990).
- d) **Família Monoparental:** caracterizada pela presença de apenas um dos genitores na criação dos filhos, seja por divórcio, viuvez ou opção pessoal. Segundo Moscovici (2007), essa configuração desafia normas tradicionais de parentalidade e exige a reformulação das representações sociais sobre a função materna e paterna.
- e) **Família Recasada ou Reconstituída:** esse modelo se forma a partir de novas uniões conjugais, envolvendo filhos de relacionamentos anteriores. Segundo Jodelet (2002), a dinâmica da família recasada requer adaptações psicológicas e sociais, pois envolve a negociação de papéis e a construção de novas relações afetivas.

- f) **Família Homoafetiva:** composta por casais do mesmo sexo, com ou sem filhos. Para Grossi (2003), essa configuração desafia padrões hegemônicos de família e contribui para a ampliação do conceito de parentalidade, demonstrando que o cuidado e o afeto são mais determinantes do que a estrutura tradicional.
- g) **Família Unipessoal:** refere-se a indivíduos que vivem sozinhos, por escolha ou circunstância. De acordo com Giddens (2002), o crescimento desse modelo reflete mudanças socioculturais, como o aumento da autonomia individual e das trajetórias de vida independentes.

4.2 FAMÍLIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao considerar a família e suas implicações na política de assistência social, esta seção tem como propósito apresentar o conceito de família formulado no âmbito da PNAS, estudar a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e suas implicações enquanto prática social por meio de ações desenvolvidas por assistentes sociais e psicólogas/os nos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS nos atendimentos sociofamiliares. Parte-se de uma reflexão dos conceitos operativos que se articulam às práticas constituídas de profundas subjetividades sob os conceitos da TRS.

A partir da leitura do texto do PNAS (2004), entende-se que a definição de família é extremamente ampla e complexa, e sua abrangência para o campo das investigações científicas são as mais variadas, por isso, a delimitação conceitual e discussão para este estudo estará contida no que se refere aos aportes produzidos no campo da assistência social em articulação com os subsídios da Teoria das Representações Sociais - TRS (Brasil, 2004).

Conforme a PNAS (2004), os espaços da política de assistência social configuram-se, por um lado, como campo de atuação do Estado democrático e, por outro, de tensões vindas das crises econômicas, do mundo de trabalho e relação de subordinação e poder, o que determina transformações nas esferas privadas e públicas que disparam impactos nas formas de composição e ação das famílias (Brasil, 2004). Os processos de exclusão e privação de direitos geram sobre as famílias fragilidades e contradições, e neste sentido, as ações da assistência social buscam agir na proteção primária, provendo cuidado aos membros das famílias que dela necessitem (Campos, 2015).

Como uma de suas diretrizes, a PNAS (2004) tem a família como base central para a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetivando assegurar que as ações no âmbito da assistência social garantam para esses grupos a convivência

familiar e comunitária (Brasil, 2004). A família, mesmo desempenhando papel fundamental na socialização de seus membros, é uma unidade onde podem surgir conflitos e nem sempre funciona como um ambiente de proteção e cuidado (Teixeira, 2009). Segundo a PNAS:

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente, os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social (Brasil, 2004, p. 41).

Ainda considerando os pressupostos da PNAS (2004), as vulnerabilidades e a pobreza não estão relacionadas somente aos fatores da conjuntura econômica, mas também, aos arranjos e ciclo de vida das famílias (Brasil, 2004). Portanto, a condição de vida de cada sujeito não é um processo individual, mas caracteriza-se pela concepção familiar. Dado o grau de vulnerabilidade evolutivo, aumenta a exigência das famílias de desenvolverem complexas estratégias de relação entre seus membros para sobrevivência (Brasil, 2004).

Identifica-se, ainda, a tensão existente no intercâmbio entre o que é entendido como proteção e responsabilização, o que se torna paradoxal na assistência social sobre o trabalho com famílias, pois, ao mesmo tempo que a política possui por princípio proteger e emancipar os sujeitos é carregada de elementos de responsabilização e culpabilização do núcleo familiar sobre sua condição (Brasil, 2004).

4.2.1 Matricialidade sociofamiliar e familismo

A matricialidade sociofamiliar, enquanto um dos eixos estruturantes do SUAS, tem como objetivo central enfatizar e fortalecer as famílias como pilares fundamentais para a proteção e a promoção social, levando em consideração sua integralidade, singularidade e complexidade (Perez et al., 2015). A abordagem adotada no SUAS e apresentada PNAS, demarca o reconhecimento das famílias como sujeitos de direitos, com participação ativa nos processos de lidar com questões familiares, sociais e comunitárias, além de envolvimento na criação de estratégias para combater desigualdades e vulnerabilidades sociais (Brasil, 2004). Parte-se do pressuposto de que as ações e intervenções de caráter socioassistencial devem considerar a família como uma unidade sistemática interdependente, com dinâmicas internas singulares, vínculos afetivos e determinadas representações sociais (Campos, 2015).

De acordo com Teixeira (2009), a matricialidade sociofamiliar representa uma mudança de paradigma, passando de uma abordagem centrada no indivíduo para uma visão mais abrangente, holística, que considera o contexto familiar e as relações sociais envolvidas. Essa abordagem, conforme indicam Perez et al. (2015), reconhece que as demandas e dificuldades enfrentadas pelos indivíduos estão intrinsecamente ligadas à dinâmica e às condições de vida de suas famílias. Por outro lado, não deixa de lado o reconhecimento pela existência de desigualdades sociais latentes, as quais influenciam nas representações sociais das famílias e, de tal forma, devem ser acolhidas nas perspectivas da matricialidade sociofamiliar (Cronemberger; Teixeira, 2014).

Neste contexto, destaca-se a importância do trabalho social com as famílias, que engloba o acolhimento, a escuta qualificada, a análise das demandas e a elaboração conjunta de um plano de acompanhamento e intervenção (Perez et al., 2015). Além disso, a matricialidade sociofamiliar também possui uma abordagem preventiva, buscando identificar precocemente situações de risco e vulnerabilidade, de forma a intervir de maneira oportuna e evitar agravamentos (Teixeira, 2009). Nesse sentido, são implementadas ações de promoção e prevenção, visando fortalecer os vínculos familiares, promover o desenvolvimento humano, a educação, a saúde, a cultura, o lazer e outros aspectos relevantes para a qualidade de vida das famílias (Brasil, 2004).

Nas concepções de Marques (2014), a família deve ser a base das políticas sociais, ultrapassando a ideia tradicional e nuclear de família, abrangendo todas as possibilidades representativas de constituição familiar. Tem-se então a matricialidade sociofamiliar como um modelo de busca pela compreensão da interrelação entre os sujeitos que integram o núcleo da família e o ajustamento das políticas públicas sociais, havendo necessidade por uma abordagem mais contextualizada e flexível, de modo que as diversidades familiares sejam atendidas pelos efeitos destas políticas (Teixeira, 2009).

As transformações de ordem econômica e social relacionadas à organização das famílias, resultaram em mudanças desses grupos, que podem ser evidenciadas pela variedade de arranjos familiares, além dos processos de empobrecimento e deslocamento territorial pela falta de acesso à moradia e atendimentos básicos (Menicucci; Gomes, 2018). A partir desses arranjos familiares, busca-se problematizar questões de entendimento e relações contraditórias na família para a política de assistência social (Teixeira, 2009). Por um lado, a matricialidade sociofamiliar que a política de assistência social sustenta, procura dar um papel significativo à família, ao mesmo tempo que se observa a isenção do Estado, pelo menos até o momento em que as famílias sejam levadas pelas circunstâncias sociais e econômicas ao condicionamento

normatizado pelas próprias fundamentações legais para intervenção estatal (Cronemberger; Teixeira, 2014).

Reconhecido por seus estudos e contribuições importantes na análise e classificação dos diferentes tipos de bem-estar social Esping-Andersen, em sua obra seminal intitulada “As Três Economias Políticas do Welfare State” (*The Three Worlds of Welfare Capitalism*), publicada em 1990, realiza uma classificação e se baseia nas diferentes abordagens adotadas pelos distintos países em relação à proteção social, e à distribuição de recursos (Esping-Andersen, 1990). Foi por meio desta obra que o termo familismo passou a ser empregado e introduzido aos debates relacionados à família e política social no Brasil (Esping-Andersen, 1990). O Estado de bem-estar social é narrado na própria CF 1988, em seu preâmbulo que, mesmo sem força normativa, apresenta a finalidade do Estado Democrático de Direito instituído no Brasil (Brasil 1988). Na Constituição vigente, o Estado de bem-estar social pode ser alcançado quando todos os direitos e garantias forem preservados, quando o acesso e o usufruto por todos os indivíduos ocorrer de forma igualitária e equitativa (Brasil, 1988).

Esping-Andersen (1990) classifica os sistemas de bem-estar em três categorias principais: a primeira, regime liberal, onde o Estado de bem-estar social é mínimo, com ênfase na individualidade e na livre iniciativa, a proteção social é mais limitada, e as pessoas geralmente dependem mais do mercado e de soluções privadas do que do Estado para suas necessidades. A segunda categoria é designada como regime conservador, há um maior papel desempenhado pela família e pela tradição, o apoio estatal é frequentemente fornecido com base no princípio da seletividade, destinado a manter a estrutura tradicional da família e a incentivar a responsabilidade individual. A terceira trata-se do regime social democrata, neste o estado de bem-estar social é mais abrangente e universal, o foco é na igualdade social, e o Estado é visto como o principal provedor de proteção social, com serviços e benefícios acessíveis a todas/os as/os cidadãs/os. Para Esping-Anderson (1990), o familismo se faz presente na medida em que o sistema de proteção social confere às famílias o dever de assumir a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros.

Responsabilização essa que, historicamente, resta negligenciada pelo próprio Estado, sendo atribuída de forma irresponsável a sujeitos que, diretamente, foram vulnerabilizados pela sociedade (Silva; Teixeira, 2020). Os autores aqui mencionados indicam ainda que:

A teoria neoliberal é uma das expressões da Ideologia da Nova Direita, que se soma ao neoconservadorismo na vida social, cultural e política. O neoliberalismo como doutrina econômica com implicações políticas defende o livre mercado, as privatizações, liberalização comercial, desregulamentação

do Estado, ou Estado Mínimo, enquanto o neoconservadorismo defende a retomada de valores tradicionais como família tradicional, propriedade privada, hierarquia, bons costumes, patriotismos, meritocracia e outros. Ambos ganham ascensão com o novo modelo de acumulação ao tempo que são essenciais na criação de condições para expansão desse modelo econômico, gerando as condições de sua legitimidade social, ancorado na necessidade de mudança e de resposta efetiva às crises (Silva; Teixeira, 2020, p. 7).

Os defensores desse tipo de sistema propõem uma proteção social mínima que funcione organizada em redes, proteção social: rede social espontânea, situada no âmbito doméstico, envolve a família, amigos e vizinhos; rede sociocomunitária, está no espaço comunitário, grupo religioso, dentre vários; rede de serviços privados, composta pelo mercado, oferta serviços a serem comprados por quem necessitar; rede de movimentos sociais, une todas as demais e ainda os serviços públicos institucionais de proteção social (Silva; Teixeira, 2020).

Ao que concluem Silva e Teixeira (2020) acerca do familismo no âmbito da política de assistência social:

Embora a política tenha avançado no âmbito dos serviços socioassistenciais propondo uma execução que oportunize a independência dos membros da família no cuidado de seus integrantes, perde-se o viés desfamiliarizante – tendência de criar políticas para as famílias, oferecendo suporte no exercício das funções protetivas, diminuindo-as como responsabilidades exclusivas das famílias e tornando os seus membros mais autônomos e independentes desses cuidados e assistência - quando a limita o acesso através do perfil de usuários, quando condiciona a oferta dos serviços a uma carga horária que em seu fim reforça a sobrecarga de trabalho dos responsáveis familiar, perde-se ainda quando a política pública é impactada pela redução e/ou o corte orçamentário que repercute nos serviços de proteção social e por consequência na família, que tem seu papel cada vez mais destacado, em meio a insuficiência do Estado e a própria construção da política assentada na centralidade na família, perspectiva adotada pelos governos de centro-direita e extrema-direita, com suas políticas de austeridade fiscal neoliberal (Silva; Teixeira, 2020, p. 17).

Nesse contexto, a assistência social segue permeada de interesses contraditórios que interferem diretamente em suas dinâmicas e resultados, ecoando aos seus usuários as consequências advindas dessas condições (Raichelis et al., 2019). Sposati (2014), ao explicitar os contornos contraditórios e ambíguos aderentes a esta política pública, entende as mulheres, enquanto representantes destas famílias, como detentoras do papel central em todos os aspectos na execução da assistência social, sendo elas as protagonistas do SUAS nas mais complexas diversidades. Lopes (2009) entende o núcleo familiar por uma representação contemporânea atrelada, em sua maioria, ao gênero feminino enquanto figura de alicerce, tem-se neste núcleo questões singulares que precisam ser alvo de políticas públicas sociais.

De acordo com Lopes (2009), a violência doméstica, por exemplo, é uma questão que precisa ser alvo das políticas públicas sociais no âmbito da família, a qual atinge justamente a figura feminina, central no alicerce de inúmeros núcleos familiares. Para além disso, tem-se ainda no âmbito da representação social da família contemporânea, sob a premissa da simbologia feminina, as exclusões sociais de gênero, as quais cerceiam e limitam as dimensões de acesso e usufruto de inúmeros direitos e garantias por tais famílias (Nascimento; Nascimento; Rocha, 2019). A estudiosa hooks (2019) aponta que a mulher, na prática, transgrediu da margem ao centro do núcleo familiar, da representação no escopo da família, mas, na sociedade, tal processo não é visto, uma vez que tal representação não é alocada no centro das políticas sociais.

Compreender a construção de políticas sociais familistas com enfoque na representatividade nuclear da mulher é mais que uma condição política, é uma necessidade imposta aos sistemas político e social, uma vez que a representação social da família perpassa, em muito, pela transgressão da história feminina (Nascimento; Nascimento; Rocha, 2019). Carneiro (2016) menciona que, nas representações femininas, a presença do machismo, do sexismo, do racismo e outros tipos de subsunções da imagem da mulher produz problemas que interferem na elaboração de políticas públicas. No interior familiar, tais problemas são elementos descredibilizadores da elaboração de políticas sociais que se dediquem à atual representatividade da mulher no núcleo das mais distintas famílias (Raichelis et al., 2019). Para a continuidade dessas ponderações, no tópico que se segue, busca-se abordar a posição e característica de ser mulher para a assistência social.

4.2.2 A centralidade da assistência social na mulher

Nesta seção, são apresentadas a dimensão conceitual do feminino e a centralidade da mulher na família e no contexto da assistência social. A análise que se faz está alicerçada nos estudos de gênero e suas interseccionalidades com raça e classe, que apontam que o espaço do cuidar e da proteção na sociedade ainda é representado como atribuição do feminino. Neste sentido, serão observados aspectos que ressaltam a presença das mulheres negras enquanto usuárias dos serviços socioassistenciais levando em conta a maneira como diferentes formas de opressão e discriminação se entrelaçam e se manifestam na vida dessas mulheres, considerando, ainda, como estas interseccionalidades influenciam nas suas experiências de acesso aos serviços socioassistenciais e suas interações sociais.

Procurando, assim, entender como esta dinâmica reflete na assistência social e se relaciona na constituição das representações sociais construídas nestes espaços e suas implicações no agir profissional. Para a investigação e análise das Representações Sociais de famílias no SUAS, compreender as diferentes questões sociais que cercam a representação da mulher no núcleo familiar é fundamental, principalmente em relação à participação da mulher na assistência social.

O simbolismo e as percepções a partir do papel do feminino dentro da assistência social, exercem grande significância, uma vez que são atribuídos a ele diversos papéis, que se alternam em acordo às demandas e variações de relações familiares (Martinelli, 2017). O eixo central da assistência social que compõe esta pesquisa, trata-se da matricialidade sociofamiliar no SUAS e busca-se problematizar suas tensões e contradições junto às famílias, bem como, suas interferências para a constituição das representações sociais para as/os assistentes sociais e psicólogas/os sobre famílias neste contexto. Para tal, é preciso saber quem são as mulheres que estão no eixo central das famílias, as quais são acolhidas pelo SUAS.

Compreende-se então esta mulher como um símbolo de luta, de busca pela superação de estigmas que limitaram as suas representações sociais (hooks, 2019). Sob as concepções feministas de hooks (2018), na nova representação feminina contemporânea busca-se por políticas atraentes, as quais, de fato, compreendam as dimensões subjetivas da mulher no seio social, nas mais distintas camadas político-sociais, como a família. Dito isso, é importante considerar que a construção destas políticas deve contar com a participação direta destas mulheres, uma participação singular que possa dotar as políticas públicas de subjetividades valiosas para aproximar a realidade política da realidade social-familiar vivenciada por inúmeras mulheres (Nascimento; Nascimento; Rocha, 2019).

Deve-se então prezar pela reflexão dos aspectos que possam gerar responsabilização e/ou culpabilização das mulheres nas relações de afetos, nos cuidados e na operação dos serviços ofertados pela proteção social por meio desta política. Nesta perspectiva, a inserção da mulher na assistência social deve ser considerada uma estratégia do Estado, no sentido de focalizar os programas, projetos e ações sociais que deveriam ser universais, em acordo com a própria normatização da política de assistência social (Carloto; Mariano, 2010). Rezende (2021) informa que existe uma tendência na política de assistência social de criar serviços que buscam influenciar os comportamentos morais, transformar valores e culturas, e colocar toda a responsabilidade pelo bem-estar dos indivíduos exclusivamente nas mãos da família.

Os modelos interventivos postos pela assistência social direcionam-se para o reforço da ideia de culpabilização e fracasso em torno da família, ignorando o fato de que elas têm uma

identidade coletiva e estão inseridas em um processo de produção e reprodução que contribui para o aumento da desigualdade social, econômica, geracional e de gênero, sem proporcionar as condições necessárias para sua superação (Pereira; Guareschi, 2016). A autora Duque-Arrazola (2006) tece críticas sobre a construção de políticas sociais que invalidam, na prática, as singularidades da figura feminina, sob fortes influências patriarcais. Na íntegra das palavras emitidas em sua obra, a autora destaca que:

Apreender o lugar das mulheres nas políticas sociais públicas, em particular nos programas de assistência social, requer situá-las no contexto das mudanças por que passa o capitalismo contemporâneo, tardio ou da maturidade (Mandel, 1982) desde os anos de 1970, ocasião em que se modifica o padrão de acumulação dominante para enfrentar a crise estrutural do capital na forma da reestruturação produtiva e a reforma do Estado. Processos que, além do caráter de classe, tomam, também, um caráter sexuado ou generizado, posto que atingem diferente e desigualmente a mulheres e homens, segundo sua classe social, raça, etnia e geração, em cada sociedade concreta. Consequentemente, são processos que reproduzem a ordem patriarcal de gênero, a divisão social e sexuada hierárquica do trabalho, a exploração, a discriminação e a subordinação e opressão de gênero, entre outras (Duque-Arrazola, 2006, p. 81).

Os conflitos mencionados pela autora acima são destacados na obra de Pereira (2016) como frutos de um sistema que, mesmo reestruturado, manteve as origens patriarcais postas, o que interfere para depreciar a participação da mulher em sociedade, sob uma fachada de falsa abordagem social das políticas públicas destinadas a elas e às famílias. Em razão da condição de formulação dos referenciais legais da assistência social, como a própria Lei Orgânica da Assistência Social (LOA), de 1993, a centralidade e condicionalidade de benefícios e serviços sociais, teoricamente, fazem com que as mulheres se tornem as representantes do núcleo familiar para esta política. Mantém-se na teoria tal abordagem, enquanto a prática está distanciada da satisfação desta pretensão, pois, mesmo com a participação das mulheres na assistência social, suas singularidades podem ser vencidas pelos moldes legais patriarcais incutidos nestas políticas (Carloto; Mariano, 2010).

Tal cenário reflete na invisibilidade masculina demarcada pelo foco na mulher, porém, problematizando-as dentre as mazelas familiares, fazendo com que elas sejam as protagonistas das políticas sociais no Brasil, mas em condição de agentes que contribuíram para os problemas ora encontrados no núcleo familiar (Mioto, 2015). As discussões sobre as questões sobre relações e padrões de gênero na assistência social são consideradas por Carmona (2019) como avanços no sentido da desnaturalização das desigualdades. A autora afirma que, de modo transversal, há de se visualizar a representação da mulher que lidera e chefia suas famílias sob

a ótica da feminilização da pobreza, além da ampla vulnerabilidade ao qual tais mulheres estão expostas, aos ciclos de violência, as desigualdades de gênero e outros problemas de natureza histórica (Carmona, 2019; Lopes, 2009).

Cabe ponderar acerca da performatividade de gênero e sexualidade no espaço ocupado pelos sujeitos desta pesquisa, uma vez que a diminuição das desigualdades de gênero é um dos propósitos desta política que reconhece as mulheres como agentes da proteção social, principalmente no contexto familiar (Carmona, 2019). Segundo Narvaz e Koller (2006), a família é constituída por meio de diferentes normas e perspectivas sócio-históricas, uma dessas formas foi definida como patriarcal, onde a figura masculina configura-se como centro dessa organização. As novas perspectivas trazidas pela CF de 1988 e que impulsionaram transformações das relações sociais da família patriarcal para uma noção mais ampla de família precisam ser revistas diante dos contraditórios existentes na construção das políticas sociais (Carloto; Mariano, 2010).

Um dos pontos discutidos é o da determinação evolutiva que cabe ao patriarcado. Os contornos da modernidade adequam este modelo a novas estruturas que se ampliam além de um âmbito familiar e passam a submeter-se ao poder público por força de uma estrutura capitalista. Ressalta-se que, na estrutura patriarcal, não é a figura do pai que detém todo o poder autoritário, mas sim a figura masculina, regida pelos princípios da subordinação das mulheres aos homens e dos jovens subordinados aos homens mais velhos, estabelecendo a supremacia masculina e delimitando os papéis sociais inerentes a cada “sexo” (Narvaz; Koller, 2006). As autoras aqui indicadas mencionam ainda que:

O patriarcado moderno vigente alterou sua configuração, mas manteve as premissas do pensamento patriarcal tradicional. O pensamento patriarcal tradicional envolve as proposições que tomam o poder do pai na família como origem e modelo de todas as relações de poder e autoridade, o que parece ter vigido nas épocas da idade média até o século XVII (Narvaz; Koller, 2006, p. 50).

Agrega-se ao patriarcado moderno uma perpetuação das influências machistas e estruturais produzidas pelo passado, fortificadas por políticas culturais e sociais que ainda contribuem para vencer o real simbolismo da figura feminina em sociedade (hooks, 2019). Tal compreensão é a base que subsidia algumas correntes feministas que apontam o patriarcado como facilitador das formas de opressão, violência e desigualdade do gênero feminino, reforçado pelo sistema capitalista, que impulsiona formas discriminatórias a partir da relação de poder desigual entre homens e mulheres, nas suas variadas formas de expressão (hooks,

2019). Assim, no atual cenário da família, tais representações continuam a ser assimétricas, fortalecidas pela manutenção de políticas que desconsideram a participação das mulheres como agentes necessários na sua elaboração (Nascimento; Nascimento; Rocha, 2019).

Segundo as pesquisadoras Narvaz e Koller (2006), o Brasil reproduz o modelo patriarcal desde o processo de colonização, também, passando por ciclos de alterações sociais, mantém características de dominação advindas do patriarcado tradicional e eurocentrado. As autoras afirmam, também, que a atual posição da mulher na família e em toda a sociedade, desde o período da colonização, ainda é impactada pelo modelo patriarcal que foi base restrita da formação e organização social (Narvaz; Koller, 2006). Para romper com tais políticas, hooks (2018) sustenta o argumento de que a ampliação da participação da mulher na elaboração destas políticas é um meio necessário, uma vez que elas possuem lugar de fala sobre suas subjetividades, singularidades e outros aspectos relevantes para que tais políticas produzam os efeitos delas esperados na prática social.

As mulheres vêm conquistando alguns avanços legais de direitos, a exemplo do direito ao voto, ao trabalho e muitos outros adquiridos ao longo dos anos (Mioto, 2015). Foi a partir do ano de 1988 que a tutela de tais direitos por mulheres ganhou maior teor de proteção, reconhecendo a igualdade equitativa como medida que deve ser materializada por políticas públicas sociais, de modo a reduzir as desigualdades de gênero existentes (Brasil, 1988). Levando em consideração o questionamento de se realmente na sociedade brasileira constam difundidos conceitos de respeito, igualdade e equidade – assim como previstos na CF 1988 –, Carmona (2019) cita que, observando questões de lutas dos movimentos sociais que encontrariam a posição legal, tem-se um cenário de ampla intolerância de toda forma e níveis.

Considerando imersos na agenda das questões dos feminismos, ao que se interseccionam à assistência social, os conceitos trazidos da TRS, favorecem para o entendimento dos sujeitos como indivíduos não isolados ou fragmentados, que afetam e são afetados pelos grupos, constituindo suas representações a partir da composição dos diferentes outros que se articulam em determinadas formações e necessariamente reconhecem nessas interações as dimensões de afeto, sentido, significado e valor na produção de novos conhecimentos (Moscovici, 2005). Jodelet (2009) destaca que os reflexos dos padrões constituídos na subjetividade da mulher negra, ao verificar a necessidade de seu ajuste à sociedade hegemônica como um determinante, se trata de uma das vastas dimensões da violência.

Carneiro (2003), ao discutir questões relativas à dimensão dos movimentos feministas no que se refere às mulheres negras inseridas nestes contextos, contribui mencionando que tais

lutas são frutos de um árduo período de sucumbência e, ao mesmo tempo, constituem força motriz para se alterar na contemporaneidade traços retrógrados que ainda permaneçam nas políticas sociais. O movimento feminista, ao alinhar-se a outros movimentos populares nos processos de lutas populares e democratização de direitos, ganha força e se destaca nas conquistas e avanços nas políticas e direitos (hooks, 2018). Neste momento de aquisições emblemáticas que são desfeitas, no interior do movimento feminista a concepção idealizadora de mulher “universal”, onde não existia espaço de evidência à mulher negra e pobre, esforço este denominado de “enegrecer o feminismo” (hooks, 2019).

Os elementos dificultadores – como os aspectos limitantes da representação feminina, a exemplo da cor/raça, da condição socioeconômica, do gênero e outros – influenciam no reconhecimento das configurações internas, não evidenciando a representatividade de todas as mulheres em suas vastas diversidades, sobretudo, quando é realizada uma comparação em contorno de gêneros, o que aloca a mulher negra como subalterna (hooks, 2018). Esta luta, de contexto estrutural da sociedade, pode ser evidenciada no mercado de trabalho que reflete claramente esta distinção de gênero e raça, com a diferenciação do trabalho entre homens e mulheres e, por sua vez, entre mulheres brancas e mulheres negras (Campos, 2015). Esta hierarquização social é denominada por Carneiro (2003) como efeito da “branquitude”, que, entre outros aspectos, define a mulher negra a partir de padrões de beleza e comportamento.

Neste contexto estrutural da sociedade posto pela autora, têm-se as construções de representações sociais de família na assistência social, a partir da mulher enquanto figura privativa de família, no conteúdo de mãe, esposa, cuidadora e responsável por este núcleo (Carneiro, 2003). Ao refletir sobre o pensamento de Ratts e Rios (2010), o qual afirma que Lélia Gonzalez reafirmou o pensamento de Carneiro (2003), apresentando um discurso bastante similar ao que se refere principalmente ao biopoder e controle do Estado, entende-se que Leila dialogou com diversas disciplinas do conhecimento, refletindo sabiamente no quanto a questão da liberdade e suas contradições possui relação com os movimentos feministas e suas contradições internas, com ênfase aos movimentos latino-americanos, que demarcam a exclusão das mulheres negras e indígenas.

De modo especial, as questões da linguagem e suas influências e desdobramentos socioculturais enquanto ferramenta de manutenção do poder materializam elementos preconceituosos (Ratts; Rios, 2010). Particularmente sobre o Brasil, ela discute o mito da democracia social, enquanto ideologia de dominação, e a produção a partir da violência invisível produzida na subjetividade da mulher negra, a partir de um discurso de posicionamento estrutural de classes, onde a mulher negra é objetivada em um posicionamento

interseccional de raça, gênero e classe, em uma triangulação que a define em categorias de exploração doméstica e/ou sexual (Ratts; Rios, 2010). Estas ponderações são caras à pesquisa, uma vez que esta mulher pobre, negra e estigmatizada é a figura preponderante na representação social de família atendida pela assistência social (hooks, 2018).

Ela é inserida nos serviços socioassistenciais a partir de sua demanda, não somente enquanto sujeito universal de direitos, mas enquanto mulher, mãe, chefe de família, cuidadora e responsável legal deste núcleo (Ratts; Rios, 2010). Neste prisma, a mulher sofre objetivações que direcionam para construções de representações sociais de família constituídas nos espaços da assistência social (Carloto; Mariano, 2010). Ao contrário do que as políticas sociais contemporâneas demandam, as quais trazem a necessidade emergencial de se olhar para o ímpeto das subjetividades multifatoriais experienciadas por mulheres distintas, brancas, indígenas, negras, transexuais e outras (hooks, 2018). Encontra-se então diante de um cenário dúbio, entre a manutenção do modelo patriarcal nas concepções políticas sociais e a realidade emergencial que exige a desconstrução desta manutenção (hooks, 2019).

Ao se ponderar as pontuações realizadas neste capítulo, nota-se que a emancipação da família a partir da centralidade na figura da mulher vai para além de uma questão financeira e produtiva. Como as vulnerabilidades e riscos que surgem em uma sociedade machista sobre a condição feminina, as políticas públicas, com ênfase na política de assistência social, devem ser projetadas no sentido de prevenir e subsidiar meios de proteção e autonomia para estas mulheres.

5 PERCURSOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS

Quanto à natureza da pesquisa, adotou-se o método qualitativo, considerando que a pesquisa leva em conta o discurso dos sujeitos como principal ferramenta para a compreensão dos fenômenos e obtenção das informações pertinentes e necessárias ao alcance de seus objetivos, bem como demonstram alinhamento às perspectivas da TRS, que enfatiza a importância do conhecimento do senso comum de modo representacional. (Moscovici, 2007)

Na pesquisa qualitativa, o objetivo é entender um fenômeno em profundidade, suas relações, os processos de formação e desenvolvimento de um objeto ou fenômeno. Igualmente, Minayo (2022) evidencia a pesquisa qualitativa como uma abordagem essencial para a compreensão dos fenômenos sociais e humanos complexos, destacando a importância de verificar as experiências, as narrativas e os significados atribuídos pelas pessoas aos eventos e situações.

Ao considerar os objetivos da pesquisa, caracteriza-se também, como uma pesquisa explicativa, que Gil (2021) define como um tipo de pesquisa que explica o porquê das coisas, o que contribui diretamente com os estudos, uma vez que a busca em dar respostas acerca de quais são as representações sociais sobre família para psicólogas/os e assistentes sociais do SUAS que exercem suas atividades profissionais no CRAS.

5.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa respeitou os procedimentos éticos definidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, aprovada no parecer nº 6.091.221. Todas/os participantes foram consultadas/as sobre sua disponibilidade e interesse em participar do estudo por meio de anuência no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I).

A seguir, serão abordados procedimentos sobre a organização dos dados e análise das informações encontradas.

5.2 INSTRUMENTO DE COLETA DAS INFORMAÇÕES E DADOS

Para a produção de informações consistentes e apropriadas ao alcance dos objetivos da pesquisa, foi necessário estabelecer procedimentos de coleta de dados com base em instrumentos e procedimentos adequados para este fim. Considera-se, no que se refere a TRS a afirmação de Sá (1998, p. 68) “[...] Na condução da pesquisa, estaremos nos ocupando

explicitamente de uma modalidade de saber gerado através da comunicação na vida cotidiana, com a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas”.

Assim, foram desenvolvidas entrevistas individuais, organizadas a partir de um roteiro semiestruturado (apêndice A), com os seguintes eixos: I) Ficha de Autoconhecimento; II) Livre Associação de Palavras; III) Identificação e Representações da Realidade do/a Entrevistado/a; IV) Representações Sociais – Família; V) Representações Sociais – Processo de Formação Profissional.

Na TRS, Moscovici (2010) atribui o ato de representar como o meio de fazer presente as coisas ausentes, em um processo comunicativo, no qual as falas de cada sujeito são partilhadas significados por meio de seus entendimentos. Desse modo, para que a pesquisa alcance o objetivo de analisar as Representações Sociais de assistentes sociais e psicólogas/os sobre as famílias, deve existir a interação entre a pesquisadora e os/as sujeitos/as da pesquisa, propiciando a obtenção de informações que respondam às finalidades determinadas. (Minayo, 2016)

Segundo Minayo (2009), o roteiro semiestruturado combina perguntas fechadas e abertas, possibilitando a entrevistadora discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada em uma estrutura rígida, bem como, fornecem uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas não-estruturadas.

A entrevista semiestruturada destaca a relevância da presença do pesquisador (a) e, como técnica, proporciona aos entrevistados (as) liberdade e espontaneidade para descrever os fenômenos sociais e explicitar suas compreensões acerca deles. (Treviños, 1992)

5.3 PARTICIPANTES E CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com profissionais que atuam nas equipes técnicas da proteção social básica (PSB) do SUAS, das áreas do serviço social e da psicologia do quadro de trabalhadoras/es em exercício no estado de Mato Grosso do Sul. Ainda, como critério de inclusão, as/os participantes tratam-se de trabalhadoras/es que possuem vínculo empregatício como servidoras/es com um ano ou mais de exercício profissional em Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Esta delimitação é considerada no sentido de assegurar uma experiência mínima para a apropriação dos conteúdos, processos, serviços e ações na assistência social.

O convite para a participação na pesquisa foi realizado diretamente pela pesquisadora às/aos profissionais que desenvolvem a atividade direta com famílias, por meio de uma seleção aleatória, cabendo à/ao profissional a liberdade de aceitação ou recusa.

A princípio, foi realizada uma conversa informal com as/os possíveis participantes, tendo como finalidade verificar a disponibilidade para a colaboração com a pesquisa para então prosseguir com o envio dos convites e agendamento das datas e horários.

O local para a realização foi em uma sala, com ambiente adequado que garantisse a privacidade da/o entrevistada/o e sem interferência de demais pessoas.

5.4 IDENTIFICAÇÃO DAS/OS PARTICIPANTES

As/Os participantes foram orientadas/os a se autodenominarem de modo que se sentissem mais à vontade para serem chamadas/os durante a entrevista e que serviria também, como registro de sua identificação para a pesquisa.

No quadro 1 apresenta-se o perfil do grupo participante:

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

Nome	Rebecca	Isis	MG	Frida	Eliane	Felicitá
Idade	36	29	34	42	44	45
Gênero	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Raça / etnia	Parda	Parda	Branco	Branca	Parda	Branca
Religião	Nenhuma	Cristã protestante	Espírita	Espírita	Católica	Católica
Graduação	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Serviço social	Serviço social	Serviço social
Pós graduação	Saúde mental e neuropsicologia	Emprego e renda	Saúde do idoso e psicanálise	Gestão em políticas públicas	Vigilância socioassistencial	Políticas públicas
Tempo de trabalho na profissão	12 anos	6 anos	7 anos	13 anos	11 anos	13 anos
Tempo de trabalho na assistência social	7 anos	2 anos	7 anos	14 anos	20 anos	13 anos

Fonte: Formulário de auto identificação, (2024).

O grupo de participantes foi composto por uma quantidade equivalente de profissionais das áreas de psicologia e serviço social. Todas/os as/os profissionais possuem formação em nível de pós-graduação, com especializações voltadas para suas respectivas áreas de atuação. No que diz respeito ao tempo de exercício profissional e à experiência específica na assistência social, observa-se uma proximidade entre esses períodos.

Adicionalmente, os dados relativos ao tempo de atuação na profissão em comparação ao tempo dedicado à assistência social revelam que algumas/uns das/os entrevistadas/os já estavam inseridos no campo da assistência social antes de concluírem sua formação acadêmica.

5.5 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS PRODUZIDOS

Para a organização dos dados coletados nas entrevistas, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, de Laurence Bardin (2011), que propõe a organização dos elementos do discurso do grupo de participantes em categorias para serem analisadas por meio da TRS. Franco (2003) aponta que esta técnica é capaz de explicitar efeitos que direcionam comportamentos e ações distintas, condições históricas e sociais enquanto realidades mutáveis que orientam crenças, ideias e representações sociais elaboradas e transmitidas por discursos e mensagens no contexto de uma coletividade.

A técnica defendida por Bardin (2011) possibilita organizar os conteúdos das entrevistas e desenvolver por meio de três processos ou etapas: pré-análise, exploração do material e a categorização. Nessa última, estabelece as categorias, como uma operação de classificação dos elementos dos discursos com critérios definidos.

Os dados analisados são interpretados com base na TRS. Esta análise destaca-se pela sistematização capaz de identificar a complexidade e compreensão concreta da realidade pesquisada, considerando as funções das representações, conteúdos, estrutura e principalmente seus processos constitutivos.

Franco (2003) destaca a importância da categorização apropriada para garantir que todas as partes relevantes do conteúdo sejam consideradas e analisadas adequadamente, o que é essencial para a validade e a profundidade da pesquisa qualitativa.

Após a realização das entrevistas, passamos a avaliar todo o material coletado e organizá-lo. Foram analisadas quais informações são consideradas como elementos relevantes para responder à questão da pesquisa.

Nessa etapa, foram realizadas diversas leituras do material com o propósito de captar as ideias centrais e os significados. A partir dessa compreensão, demos início à organização do material e sua estruturação.

Posteriormente, na etapa de seleção das unidades de análise, que se trata do momento de codificar os dados, partindo da definição dos eixos temáticos, categorias e marcas discursivas, foi um momento de idas e vindas, de alterações de definições e estratégias, que pudessem atender aos propósitos de responder às questões da presente pesquisa, que se tratam de:

- 1 - Identificar os elementos que são ancoradores das RS;
- 2 - Identificar os sentidos e que significados esses sentidos constroem, ou sejam, objetivam nas RS;
- 3- Apresentar as RS e sua tipologia e caracterização.

No próximo tópico, será apresentada a metodologia empregada para conduzir a etapa inicial das entrevistas.

5.5.1 Associação livre de palavras e categorização

Utilizando como mais uma ferramenta inserida no contexto da entrevista semiestruturada, a associação livre de palavras foi utilizada para acessar as associações espontâneas que as/os entrevistadas/os fazem entre palavra e conceitos, tendo como elemento disparador a temática família.

Levando em conta o contexto histórico, Coutinho e Do Bú (2017, p. 221) consideram que nas pesquisas sobre Representações Sociais a TALP – Técnica de Associação Livre de Palavras - é indicada pelo uso de uma variedade de instrumentos que possibilitem destacar diferentes aspectos, que podem ser tanto quantitativos quanto qualitativos, do objeto de estudo. A técnica se apresenta como um instrumento de pesquisa baseado em um repertório conceitual para investigações abertas, permitindo identificar universos semânticos em resposta a diferentes estímulos, destacando os universos comuns de palavras. O instrumento se organiza a partir da evocação das respostas geradas por estímulos indutores, as quais devem ser previamente definidas de acordo com o objeto representacional, levando em conta também as características da amostra ou das/os participantes da pesquisa que serão entrevistadas/os.

Assim, tomando como inspiração a técnica da associação livre de palavras, como uma estratégia inicial de aproximação com os/as participantes, realizamos um jogo inicial com

palavra evocadora, que favoreceu a introdução ao assunto ao mesmo tempo que revela aspectos importantes de suas percepções, crenças e emoções sobre família.

Após as apresentações iniciais e o preenchimento das informações de identificação, foi realizada a explicação da dinâmica da atividade e apresentada pela pesquisadora a palavra disparadora: família. O intuito era de que as/os participantes respondessem rapidamente com as cinco primeiras palavras ou conceitos que lhes viessem à mente em resposta à palavra evocada, posteriormente que elencassem em ordem de prioridade, entre as cinco palavras citadas, as duas que considerassem de maior significância e/ou importância. A ideia é que essa resposta seja intuitiva e não filtrada por um pensamento consciente ou deliberado. Foi possível observar que as/os entrevistadas/os, em sua maioria, necessitam de alguns instantes para emitir as respostas.

As palavras associadas são analisadas para identificar padrões, temas e conexões que possam revelar os significados atribuídos ao conceito em questão.

Entendemos que a contribuição da TALP nesta pesquisa foi um instrumento de introdução ao tema, aproximando a/o entrevistada/o ao conteúdo e buscando uma descontração neste momento inicial de contato com a pesquisadora.

Quadro 2 – Livre associação de palavras

ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS		
NOME	CINCO PALAVRAS	DUAS PALAVRAS
FRIDA	1. Proteção 2. Vínculos 3. Cuidado 4. Responsabilidade 5. Afeto	1. Proteção 2. Vínculo
ISIS	1. Amor 2. Empatia 3. Respeito 4. Dualidade 5. Serviço	1. Amor 2. Serviço
REBECCA	1. Amor 2. Saudade 3. Companheirismo 4. Diálogo 5. Suporte	1. Amor 2. Suporte
MG	1. Proteção 2. Afeto 3. Parceria 4. Cuidado 5. Amor	1. Proteção 2. Amor
ELIANE	6 Amor 7 União 8 Diálogo 9 Compreensão 10 Perdão	1. Diálogo 2. Amor
FELICITÁ	1. Apoio	1. Afeto

	2. Segurança 3. Afeto 4. Responsabilidade 5. Cooperação	2. Responsabilidade
--	--	---------------------

Fonte: dados da pesquisa, (2024).

Entre as/os participantes, a palavra com maior número de evocações foi "amor", mencionada quatro vezes, seguida por "afeto", mencionada três vezes. As palavras "responsabilidade", "cuidado", "proteção" e "diálogo" foram evocadas duas vezes cada, enquanto as demais surgiram apenas uma vez.

Conforme identificado no roteiro de entrevistas, embora todos as/os participantes sejam profissionais com experiência e vivência na assistência social, ao aplicar a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) com a palavra indutora "família", as evocações destacam um caráter predominantemente individual e de cunho privado. Não foram relacionadas evocações que remetessem a aspectos profissionais ou à concepção de família no contexto da assistência social voltada à garantia de direitos, conforme previsto na legislação, nas normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e nos instrumentos que orientam as ações profissionais cotidianas.

Mesmo palavras como "proteção", "vínculo", "cuidado", "empatia", "respeito" e "segurança", quando evocadas, revelaram-se conectadas a dimensões emocionais de caráter pessoal e particular, conforme evidenciado nas gravações e transcrições das entrevistas.

A técnica de livre associação de palavras oferece contribuições significativas para a fase de análise de conteúdos, auxiliando na compreensão dos sentidos atribuídos pelas/os participantes às categorias.

5.5.2 Eixo temáticos

Entende-se que a organização dos elementos para compor as categorias é de fundamental importância, pois permite transformar dados obtidos com as entrevistas em informações significativas e sistematizadas. Como esclarece Bardin (2011), a categorização é um processo de organizar elementos de um conjunto por meio de sua separação e posterior agrupamento de acordo com semelhanças, seguindo critérios previamente estabelecidos.

Os elementos comuns são observados nos discursos das/os participantes, elementos que atribúissem significados relevantes dentro de cada unidade identificada. Assim, os elementos,

denominados como unidades de registro, foram agrupados, bem como a transcrição do contexto em que foi mencionado na entrevista, para então definir e denominar as categorias.

As categorias foram elaboradas pelo agrupamento por semelhança das unidades. Levamos em consideração, para tanto, a compreensão de aspectos das vivências das/os participantes, buscando captar e compreender questões centrais e relevantes.

Serão apresentados, dois eixos temáticos família e instituição, bem como fragmentos representativos nos quadros organizados de acordo com as unidades de contexto elaboradas.

Sobre o eixo “família”, os dados obtidos permitiram a construção de três categorias principais, sendo estas: “amor”, “cuidado e proteção” e “Configurações”. A seguir, o quadro 3 apresenta as categorias e as marcas discursivas pertencentes a este eixo.

Quadro 3 – Eixo Temático: Família

Categorias	Unidades de Registros	Unidades de Contextos
Amor	Dentro da família; não tem sentido; não é questão de gênero; respeito; dá conta de lutar; escolhe; precisa.	Eliane: Se não houver o amor dentro da família, acho que daí não tem sentido, né?; Sem amor nada, nada é construído; Eliane: Não é questão de gênero, né, é uma questão mesmo de respeito e de cumplicidade, né, de amor, de conversa, isso que importa; Isis: Que tem muito amor, porque recursos a gente tem, tendo saúde, a gente corre atrás, dá conta de lutar; Escolhe o nosso marido, escolhe por personalidade, por afeto, por sentimento, por amor, não sei; Precisa ter muito amor.
Cuidado/Proteção	Afeto; atenção; resolver; respeito; laço; sincronia, organiza.	MG: A união de algumas pessoas, né, em torno de cuidado, de afeto, principalmente de proteção; Então toda organização, esses cuidados, essa atenção com ela, tudo que precisa resolver a gente resolve; Frida: [...] e existe uma relação de respeito de afeto, e você acaba construindo esse laço de família; Felicitá: [...] uma sincronia de respeito, respeito mútuo. Ela se organiza em torno de uma proteção e em decorrência do amor, do afeto.
Configurações	Ideal; independente; sanguíneo/sangue; ideais; unida; extensa; Deus.	Frida: Eu não acredito em família ‘margarina’, de mãe, pai e filho, não faz parte do meu ideal de família; Independente de laço sanguíneo, ou de configurações ideais de família; Felicitá: A composição, eu acho que, realmente, ela foge também dessa questão de laços de sangue; Frida: A gente é uma família muito unida, sempre fomos, [...] e nos auxiliando sempre que a gente pede e precisa, somos muito unidos; Rebecca: Minha família é eu e meu marido, né! [...] E aí, mas eu tenho muito contato com minha família extensa; Isis: Existe aquela que Deus nos dá, que a gente nasce nela, né? [...] Depois Deus nos dá outra oportunidade

		de a gente construir a nossa família; Que nossa família principal é aquela que a gente decide escolher, criar. E depois Deus vai dar filhos, né? Netos.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

No eixo temático “O Fazer Profissional”, foram elaboradas três categorias principais: “Descompasso teórico-prático”, “Conflitos de valores” e “Intervenção”. O quadro 4 apresenta as categorias e as marcas discursivas pertencentes a este eixo.

Quadro 4 – Eixo Temático: O Fazer Profissional

Categorias	Unidades de Registros	Unidades de Contextos
Descompasso teórico-prático	Formação; contexto; disciplina específica; no livro; na realidade; sofrem; prática; diferente; impacto; visão; construção; atenção.	Rebecca: Na minha formação, a família sempre apareceu como um contexto, não como um objeto de estudo específico; Na minha formação, não, a gente focava muito na pessoa, no indivíduo, então era um olhar completamente diferente; MG: Eu não lembro de ter tido alguma disciplina específica; Eliane: Nos livros é muito bonito, né, as leis, os direitos acontecem, mas na realidade, ali na prática, as famílias sofrem bastante ainda; Isis: Tudo na prática é muito diferente [...] tem um impacto muito grande; Frida: A partir do momento que a gente começa a estudar mais, a gente acaba ampliando nossa visão para um todo a respeito dos conceitos família; Felicitá: A construção, a implementação da política de assistência social [...] a atenção para a família.
Conflitos de valores	Maneira; agir; trabalhar; equivocada; conservadorismo; trocar / aguentar; preparo; temerosos; religião/religiosos; equivocada; política.	Felicitá: Por que essa família se organiza dessa maneira? Por que essa família age dessa maneira? [...] A gente começa a respeitar e trabalhar a partir desse ponto como a família se formou, com os arranjos dela; Frida: Ainda tinham uma visão equivocada do que era família, nada muito diferente do que é hoje em relação conservadorismo; MG: Conheci algumas pessoas que desistiram, pediram para trocar de setor, justamente por não aguentar, né; Às vezes, a situação que você entra em contato, não é todo mundo que tem esse preparo, que consegue; A gente adocece por conta disso; Às vezes, a gente pensa em alternativas que não estão nem de acordo com a política; Isis: O profissional que tem algum certo tipo de religião é um pouco mais temeroso a atender o outro indivíduo; Quem acredita que foi Deus [...] aquilo que ela acredita que a fez, tem uma diferençazinha; Sim, tudo na prática é muito diferente, tem um impacto muito grande do que na teoria; Frida: Se nós temos profissionais que tenham a visão do viés religioso; Valores pessoais [...] como se a família fosse determinante; Ainda tem aquele ideal de

		família, que a gente sabe que, principalmente na assistência social, não existe; Ainda tinham uma visão equivocada do que era família.
Experiências e práticas	Numerosas; núcleo; solidárias; empáticas; formatos; julgador; culpabilidade; estrutura; queixa; mudança; quisesse.	Isis: A família que busca os serviços são famílias numerosas [...] não é família de núcleo mesmo; Onde come um, come dois [...] a família que busca assistência, elas são mais solidárias, solícitas, mais empáticas; Frida: As famílias que a gente atende em nosso cotidiano são famílias em diversos formatos [...] são mães solo; Olhando com um papel julgador mesmo [...] de culpabilidade; Eliane: Muitos enxergavam o indivíduo como preguiçoso [...] que está fingindo; A família não tem estrutura [...] mas que estrutura é essa, né?; Isis: O que tem menos oferece mais [...] mas vê-se muitas pessoas solidárias; O usuário não quer uma orientação, ele quer saber o que a assistência pode ajudar naquela queixa; Eu não estava ali como agente de mudança de vida, a não ser que o indivíduo quisesse.

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

Feita a apresentação das categorias, marcas discursivas referentes a cada eixo temático, passamos a etapa de aprofundamento ao processo de análise de cada uma delas.

6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1 EIXO TEMÁTICO: FAMÍLIA

No capítulo 4 deste estudo, A família como eixo da política de assistência social: a matricialidade sociofamiliar, foram realizados apontamentos sobre estudos que indicam as estruturas sociais que constituem e emergem representações sociais sobre família junto às equipes de psicólogas/os e assistentes sociais que operacionalizam a assistência social em Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, buscou-se identificar as transformações no conceito de família no Brasil, destacando a influência da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a família como base da sociedade e abriu espaço para novas configurações familiares. Essas mudanças refletem um afastamento de modelos tradicionais, em favor de arranjos mais diversos, influenciados por fatores sociais, culturais e econômicos, o que influenciou significativamente as ações das políticas públicas posteriormente elaboradas.

Com subsídios da TRS de Moscovici (2012), a fluidez das representações sociais, ao abordar os elementos que fundamentam a compreensão da família, demonstra uma dupla função nas representações, que, por um lado, permitem aos sujeitos que se orientem e controlem o mundo material e social; de outro, possibilitam a comunicação, a nomeação e a classificação de diferentes aspectos do mundo individual e em grupo. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico que articula essas dimensões de maneira interdependente.

De acordo com Jodelet (2009), as representações sociais estão profundamente enraizadas nas vivências experimentadas pelos indivíduos, assim, por meio dessas experiências que se desenvolvem e se estruturam as concepções representativas das/os entrevistadas/os em relação à família, revelam a relação dinâmica vivida e construída socialmente. As experiências das/os participantes, portanto, não apenas influenciam, mas também fundamentam o modo como suas representações são formadas e compartilhadas.

Conforme o eixo temático 1: “Família”, em suas três categorias são evidenciadas marcas discursivas com representações de conotação afetivas, que são compostas por elementos como união, respeito, escolhas, cuidado, atenção, organização, composição, religião entre outros. Elementos ancoradores como união, respeito, escolhas, cuidado, atenção, organização, composição e a religião funcionam oferecendo uma base normativa e cultural a partir da qual o significado de família é reconhecido e interpretado. Por exemplo, a religião pode ancorar a

família em tradições específicas, enquanto a união e o cuidado remetem a ideais afetivos amplamente difundidos.

A concretização das ideias e sua transformação em representações visíveis ou práticas podem ser interpretadas a partir da organização e composição, que sugerem elementos tangíveis da família, como a divisão de papéis ou a estrutura de seus membros (pai, mãe, filhos, etc.). Além disso, conceitos como respeito e atenção podem ser objetivados em práticas cotidianas, como diálogo, compartilhar momentos em conjunto ou participar de rituais familiares, como refeições ou celebrações religiosas.

Desse modo, ao conectarmos o pensamento de Moscovici (1978), aos achados de nossa pesquisa, nota-se que as três dimensões ou aspectos que compõem uma representação social — informação, campo de representação e atitude — estão nitidamente presentes nas representações ambivalentes observadas entre as/os profissionais da assistência social e da psicologia dos CRAS. A dimensão da informação está relacionada à forma como um grupo organiza seu conhecimento sobre um determinado objeto social, que, neste caso, corresponde ao que as/os profissionais compreendem sobre as famílias usuárias do CRAS. O campo de representação se expressa no conteúdo concreto que dá forma a essas representações. Já a dimensão da atitude reflete as avaliações ambivalentes, que podem ser tanto positivas quanto negativas.

Nas três categorias analisadas neste primeiro eixo temático, foram identificadas representações sociais hegemônicas e contraditórias, indicando a coexistência de elementos normativos amplamente compartilhados e consensuais com perspectivas que refletem tensões e ambiguidades. As representações hegemônicas destacam-se por reafirmar valores tradicionais e amplamente aceitos, enquanto as contraditórias revelam a presença de discursos em conflito, nos quais convivem a adesão parcial a padrões tradicionais e a incorporação de novas formas de pensar e agir, frequentemente em resposta a mudanças socioculturais contemporâneas. Essa dinâmica demonstra a complexidade das construções simbólicas associadas à percepção sobre família.

Em seguida, analisaremos essas representações de maneira mais detalhada.

6.1.1 Categoria: amor

Esta categoria reúne conteúdos apresentados pelas/os participantes, onde a família é compreendida como um núcleo essencial e o amor é o principal elemento deste núcleo.

Tendo sido apontada como principal evocação na etapa de aplicação da TALP, a palavra amor, quando abordada no contexto de família, refere-se ao processo pelo qual seu conceito é associado e integrado às normas, valores e significados socialmente compartilhados dentro de um grupo familiar.

A TRS sugere que as representações sociais como o amor são constantemente recriadas e reforçadas nas interações cotidianas, ainda podendo influenciar a maneira como os membros entendem suas responsabilidades, afetos e conexões emocionais, estabelecendo um sentido compartilhado que orienta a vida familiar.

Em nossa pesquisa, observamos que as/os participantes possuem a ideia de que o amor supera definições específicas de família, focando em valores como respeito, cumplicidade e diálogo. Atribuem objetivação ao amor a partir de elementos concretos que impulsionam, sustentam e dão significados às relações familiares. Em suas falas, elas/eles traduzem em elementos práticos, como: superação de dificuldades, construção de vínculos afetivos sólidos, o amor deixa de ser um conceito abstrato e é percebido como indispensável para a coesão familiar dos seus integrantes.

A família é percebida pelas/os participantes como grupo de pessoas unidas pelo amor para a superação de dificuldades. Esse aspecto de interesses conjuntos se alinha ao pensamento de Teixeira (2009), quando se refere à matricialidade sociofamiliar, enquanto eixo estruturante do SUAS, o que, segundo Perez et al. (2015), trata-se de uma abordagem que reconhece que as demandas e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos estão intrinsecamente ligadas à dinâmica e às condições de vida de suas famílias.

Nas entrevistas, o amor é descrito como uma força motivadora que impulsiona a família a superar adversidades e buscar soluções, ultrapassando limitações materiais.

Que tem muito amor. Porque recursos a gente tem. Tendo saúde, a gente corre atrás. Dá conta de lutar. Então, precisa ter muito amor. Uma família com muito respeito. Porque se não tem respeito, não tem relacionamento. Seja de amizade, seja familiar ou seja conjugal. Então, precisa ter respeito. Então, o ideal estão naquilo que a gente oferece para o outro. Não de físico, não de financeiro. Mas, aquilo que eu tenho. Então, eu preciso ser boa bem para eu poder dar o bom e o bem. (Participante: Isis, 2024)

Este trecho remete a uma compreensão bastante tradicional de família, embora, as/os participantes, em outros momentos, demonstram a valorização de aspectos emocionais acima de normas rígidas de estrutura familiar, rejeitando um modelo fixo de família, como exemplo quando é destacado que gênero não é relevante, mas sim o amor.

Não, eu falo assim, são pessoas, né, próximas, né, que moram dentro de uma casa que tem que ter essa conversa, que tem que ter esse diálogo, que tem que ter esse respeito, que tem que um cuidar do outro, né, tentar de todas as formas, tentar o possível, né, pra poder estar perto, estar dando um auxílio, né, levantando, na verdade, uns aos outros dentro daquela casa, não importa se é o pai, se é a mãe, se é o filho, se são os amigos, né, eu acho que o que importa mesmo é o amor e eu acredito que essa questão, assim, de família pai, mãe, filhos, irmãos, assim, não é questão de gênero, né, é uma questão mesmo de respeito e de cumplicidade, né, de amor, de conversa, isso que importa. (Participante: Eliane, 2024)

Percebemos que nesse contexto o amor é associado a valores éticos e relacionais, como respeito e cumplicidade. Além disso, a ênfase na comunicação, "conversa", indica que o amor se manifesta por meio de práticas concretas e sustentáveis no cotidiano, como o diálogo. Chama a atenção quando, são inseridos, ainda, aos elementos que apresentam o amor, o sentido de critério de escolha na construção de vínculos conjugais. Essa ideia sugere que o amor é um elemento ativo e deliberado na formação dos relacionamentos que estruturam a família. Podemos identificar no trecho a seguir:

Bom, existe a família, aquela que Deus nos dá, que a gente nasce nela, né? Pai, irmã, irmãos, irmãos, tios. Que é a família de sangue. Depois Deus nos dá uma outra oportunidade de a gente construir a nossa família. Que é escolher, a gente escolhe, essa gente escolhe. Escolhe o nosso marido, escolhe por personalidade, por afeto, por sentimento, por amor, não sei. Cada um escolhe de um jeito. E aí tem, então, dentro da nossa família, que agora a gente escolheu, a gente tem a família que agora viram os nossos parentes, só. Que a nossa família principal é aquela que a gente decidiu escolher, criar. E depois Deus vai dar. Filhos, né? Netos. (Participante: Isis, 2024)

Para além de escolha, o amor aparece nas falas das/os entrevistadas/os como elemento essencial na família, de certa maneira até mesmo com elementos de polarização entre a presença e ausência de amor, onde a presença de amor é retratada como essencial para o sucesso e a funcionalidade familiar.

Porque sem dialogar, sem conversar, eu acredito que a gente não se conhece, a gente não se entende, a gente não tá próximo, né? E o amor porque tem que existir o amor. Se não houver o amor dentro da família, acho que daí não tem sentido, né? Fica uma coisa, uma mentira. Você não consegue superar os obstáculos, as dificuldades, né? Tudo que vier aí pelo caminho, né? Sem amor nada, nada é construído. (Participante: Eliane, 2024)

A ausência de amor é percebida como um fator que compromete profundamente a essência da família. Sem esse elemento central, os laços afetivos que sustentam as relações

familiares se enfraquecem, resultando na perda de sua coesão e propósito. Sua falta, pode ser percebida como desestrutura.

As/Os entrevistadas/os colocam o amor no centro da família, essencial para sua estruturação, proteção e funcionamento. Ele é visto como um recurso simbólico que resolve conflitos, fortalece laços e supera desafios, ancorado em valores como respeito, afeto e diálogo. Objetivado em práticas cotidianas, o amor é compreendido como um ideal coletivo que dá sentido e garante a coesão familiar.

A representação de amor, apurada nos achados de nossa pesquisa, relacionada à família, pode ser considerada uma representação social hegemônica. Essa ideia está fundamentada, também, no trabalho de Scopinho e Rossi (2017), que exploram, em profundidade, os diversos aspectos das representações sociais de família. Segundo as autoras, o amor é frequentemente percebido como um elemento central e estruturante das relações familiares, sendo amplamente disseminado e aceito pela sociedade como um ideal universal.

Essa perspectiva hegemônica reflete valores culturais e históricos que formam as dinâmicas familiares, reforçando a ideia de que o amor é a base das conexões afetivas no núcleo familiar. No entanto, é importante considerar que, embora predominante, essa visão pode não ser universal, variando de acordo com contextos culturais, sociais e econômicos.

Assim, os achados desta pesquisa, no que se refere às representações sociais do amor e da família, oferecem uma perspectiva significativa para compreender como os valores e crenças dos grupos influenciam e legitimam as estruturas familiares contemporâneas.

6.1.2 Categoria: cuidado/proteção

No âmbito da família, a representação social de cuidado e proteção pode ser compreendida como uma construção social. Essa construção não surge de forma isolada, mas está enraizada, também, em valores culturais, históricos e sociais que formam o entendimento dos grupos sobre as responsabilidades e funções desempenhadas pelas famílias.

Essas representações são consideradas hegemônicas, uma vez que apresentam consenso entre os sujeitos sobre o papel central do cuidado e da proteção na dinâmica familiar. Isso é evidenciado pelos resultados da pesquisa, nos quais as/os participantes expressaram percepções semelhantes sobre o tema. Tal unanimidade reforça a ideia de que esses valores são amplamente compartilhados e aceitos como pilares fundamentais do conceito de família. Como forma de conhecimento compartilhado, essa representação surge das interações sociais, das experiências

cotidianas e da cultura que permeia os grupos sociais, estabelecendo uma base comum de compreensão sobre o que significa cuidar e proteger dentro do âmbito familiar.

As falas das/os participantes indicam para uma concepção de família que reflete cuidado e proteção, onde a interdependência se manifesta nas relações, caracterizadas por trocas, conforme apontado pelas/os entrevistadas/os.

As ideias de "cuidado" e "proteção" são objetivadas por meio de expressões concretas como "encontra apoio, encontra troca" e "tudo que precisa resolver a gente resolve". O cuidado e a proteção tornam-se tangíveis na prática cotidiana de "resolver problemas" e na "união das pessoas". Podemos observar na fala de MG (Participante, 2024), quando afirma: "A união de algumas pessoas, né, em torno de cuidado, de afeto, principalmente de proteção"; desse modo, os vínculos são ajustados em torno de elos de confiança.

Na entrevista com a participante Frida, foi possível extrair trechos que reafirmam a percepção de união familiar no contexto da proteção e cuidado:

A gente é uma família muito unida, sempre fomos, onde é, a gente tem, sempre tive este cuidado de estar prestando apoio para cada um, somos muito afetuosos então sempre estamos demonstrando muito afeto entre nós e nos auxiliando no sempre que a gente pode e precisa, somos muito unidos, somos uma família muito unida. (Participante: Frida, 2024)

As relações de cuidado e afeto, quando estabelecidas em reciprocidade, fortalecem os laços familiares, indicando que o cuidado é mais do que zelar, ele envolve relações afetivas que consolidam os papéis na família. A participante Felicitá (2024) relata que: "[...] eu entendo, acho que eu colocaria como uma sincronia de respeito. Respeito mútuo. Então, é cooperação"; o que para a participante Frida (2024): "[...]a vivência com uma pessoa e existe essa relação de respeito de afeto, é você acaba construindo esse laço de família, né, e meu entendimento e o meu pensamento". A relação de afeto e cuidado se tornam para as/os entrevistadas/os elementos organizadores e estruturantes da família, que pode ser observado no destaque a seguir,

[...] Proteção, porque eu acho que é um pelo outro ali, né, é uma estrutura que se organiza em torno disso. E amor porque ela se organiza por isso. Ela se organiza em torno de uma proteção e em decorrência do amor, do afeto. (Participante: MG, 2024)

O cuidado e a proteção enquanto representações são percebidos pelo entrevistado MG (2024) como uma espécie de elo familiar, manifestando-se em práticas de apoio, resolução de

problemas e trocas recíprocas. Essas ações reforçam a família como um núcleo de confiança, afeto e pertencimento.

No entanto, vale destacar que, embora hegemônicas, essas representações não são imutáveis. Elas podem ser reinterpretadas ou ressignificadas à medida que as famílias enfrentam mudanças estruturais e contextuais, como transformações nas relações de gênero, a diversidade de arranjos familiares e o impacto das novas demandas sociais.

6.1.3 Categoria: configurações

Na categoria “configurações”, são abordadas as pluralidades de formas pelas quais os/as participantes concebem e vivenciam o conceito de família. As unidades de registros e de contextos são identificadas tanto a desconstrução de modelos tradicionais quanto a valorização de dinâmicas mais inclusivas, refletindo um cenário em que coexistem representações sociais conservadoras e novos arranjos familiares emergentes.

Essas representações sociais, conforme o entendimento de Moscovici (2009), não são estáticas, mas sim dinâmicas, fruto de um processo contínuo de reconstrução e negociação entre os indivíduos e a sociedade. No contexto analisado, observa-se que as representações sociais relacionadas às configurações familiares apresentam um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que mantêm marcas discursivas ligadas aos modelos tradicionais, como o casamento heteronormativo, também revelam a necessidade de incorporar novas formas de conceber e organizar as relações familiares, como aquelas baseadas em laços de afeto e escolha.

Essa tensão entre tradição e inovação é característica das representações sociais, que, segundo Moscovici (2009), desempenham o papel de “mediar o novo” com “o já conhecido”. Elas permitem que a sociedade assimile mudanças, ressignificando conceitos arraigados e tornando-os mais compatíveis com as demandas contemporâneas. Nesse sentido, o estudo dessas configurações familiares oferece uma abertura para compreender como os valores e as práticas sociais estão em constante transformação, ainda que carreguem elementos do passado.

As configurações de família apontadas nas percepções das/os participantes da pesquisa, aparecem em determinados momentos com o propósito de desidealização da família tradicional, rejeitando a visão de família como “modelo de comercial de margarina”, ampliando o conceito de família: inclusão de laços não consanguíneos e da família escolhida.

A desidealização fica evidente quando a participante cita que:

Eu não acredito na família margarina, de mãe, pai e filho, não faz parte do meu ideal de família, acho que uma família e para que ela existisse teria que ter isso, né, esse cuidado, esse respeito acima de tudo, por que cada ser, cada indivíduo tem sua forma de pensar, sua forma de agir, mas que tenha sempre aquele respaldo de estar contando aquela pessoa, se caso a gente precise e dando apoio, acho que é isso, proteção e apoio. (Participante: Frida, 2024)

A fala de Frida reflete a crítica à representação da família tradicional, muitas vezes idealizada na mídia e pela comunicação de massa como homogênea e harmoniosa. A desconstrução dessa visão indica a aceitação de novos modelos familiares baseados em laços afetivos, escolhas individuais e contextos sociais diversos.

Em suas falas, as/os entrevistadas/os, identificam elementos que denotam a ampliação do conceito de família, trazem em seus diálogos ideais de família não baseados apenas em papéis sociais ou biológicos. As afirmativas das/os participantes demonstram a relevância da construção de vínculos na representação social de família.

Eu acho que família é quem a gente tem um vínculo, é quem consegue ser essa rede de apoio, de escutar, de acolher, de se fazer presente mesmo longe, de ser especial, não sei. Eu compreendo, sim, é uma coisa que é aberta, né, a minha mãe é adotada, então a gente tem muito isso de a gente sabe que é mais do que sangue, e são famílias muito diferentes, minha família, então assim. (Participante: Rebecca, 2024)

Quando eu penso em família, eu penso em proteção. Independente de laço sanguíneo ou não. [...] A união de algumas pessoas, né. Independente de laço sanguíneo, ou de configurações ideais de família. Eu não tenho um padrão, assim, estereotipado ou ideal de família, né. Eu vejo mais o resultado dela, né. (Participante: MG, 2024)

Eu acho que a família independe de laço consanguíneo, é, a partir do momento que você tem uma experiência de dividir né, a vivência com uma pessoa e existe essa relação de respeito de afeto, é você acaba construído esse laço de família, né, e meu entendimento e o meu pensamento. (Participante: Frida, 2024)

O foco desloca-se da biologia para os aspectos relacionais, onde as relações se destacam. Isso reflete uma evolução nas representações sociais, que passam a incorporar valores como diversidade e inclusão. Assim, entendemos que as famílias sem laços consanguíneos não apenas coexistem com as tradicionais, mas também enriquecem a compreensão do que é família, mostrando que o conceito é construído mais pelas práticas sociais e culturais do que por uma essência biológica.

Os grupos de "família" ocupam um espaço estruturado com base na proximidade e na qualidade do convívio, que foram descritos na pesquisa com frequência por meio de "laços de união". Ao definirem sua família ou configurarem suas dinâmicas familiares, as/os entrevistadas/os tendem a incluir a chamada família extensa, atribuindo destaque a aspectos relacionados à estima e às interações relacionais. Nessas configurações, a família é representada como um sistema de suporte mútuo, evidenciando, mais uma vez, valores que para elas/es são percebidos como fundamentais, como a união e a reciprocidade. Como indicam os trechos citados.

A gente é uma família muito unida, sempre fomos, onde é, a gente tem, sempre tive este cuidado de estar prestando apoio para cada um, somos muito afetuosos então sempre estamos demonstrando muito afeto entre nós e nos auxiliando no sempre que a gente pode e precisa, somos muito unidos, somos uma família muito unida. (Participante: Frida, 2024)

Minha família é eu e meu marido, né?! Minha família principal. [...] E aí, mas eu tenho muito contato com a minha família extensa, que são os meus pais, a minha irmã, o meu cunhado, né? A minha sogra, o meu agora então sogro, que na verdade é marido dela, não é pai do meu marido, que faleceu já. Avós, então a gente é muito ligado à família extensa também. (Participante: Isis, 2024)

Entretanto, é relevante destacar os contrastes evidenciados nas representações sobre as configurações sobre família nos achados da pesquisa. Embora grande parte das narrativas das/os participantes revele elementos que apontam para uma perspectiva emancipatória da família, também são identificados indícios de representações sociais de cunho conservador, frequentemente vinculadas a discursos religiosos.

Observamos uma tensão latente entre representações tradicionais e contemporâneas. Por um lado, há indicações de uma possível ruptura com o modelo tradicional, em que a família é concebida para além de sua configuração idealizada de pai, mãe e filhos, sendo reinterpretada como uma estrutura flexível e multifacetada, que privilegia o afeto e a escolha individual. Por outro lado, a família continua sendo representada, em alguns casos, sob uma perspectiva de construção enraizada em valores religiosos.

Existe a família aquela que Deus nos dá, que a gente nasce nela, né? Pai, irmã, irmãos, irmãos, tios. Que é a família de sangue. Depois Deus nos dá uma outra oportunidade de a gente construir a nossa família. Que é escolher, a gente escolhe, essa gente escolhe. [...] Que a nossa família principal é aquela que a gente decidiu escolher, criar. E depois Deus vai dar. Filhos, né? Netos. (Participante: Isis, 2024)

Nos elementos apresentados pelas/os participantes, podem ser analisados que as representações de família são ancoradas em relações afetivas e na aceitação de múltiplos modelos familiares, ao mesmo tempo em que refletem a tensão entre tradições baseadas em valores religiosos e novas formas de compreensão. Esses conceitos se tornam concretos, objetivam-se, quando transformados em escolhas e práticas cotidianas.

A transmissão das crenças, segundo Jodelet (2001), ocorre tanto de forma explícita, por meio de rituais religiosos e ensinamentos diretos, quanto de forma implícita, pelo exemplo e pela vivência cotidiana. As famílias que valorizam essa crença frequentemente as associam à moralidade, ao respeito e ao cuidado mútuo, construindo a identidade dos sujeitos e a dinâmica relacional.

Quando analisamos os discursos das/os entrevistadas/os, a crença em Deus opera como indicativo de uma representação social que não apenas reforça os laços familiares, mas também conecta a família a uma comunidade maior, compartilhando valores e tradições comuns.

Assim, as representações sociais da família evoluem de acordo com as dinâmicas específicas de cada grupo familiar em seus respectivos contextos sociais. Apesar de permanecerem como um espaço de significado central na vida dos indivíduos, as configurações familiares mostram-se mais flexíveis, permitindo a inclusão de diferentes arranjos e valorizando aspectos como o afeto e a escolha pessoal.

Dessa maneira, as representações sociais, por sua natureza dinâmica, refletem as transformações sociais e possibilitam a coexistência de múltiplas perspectivas sobre um mesmo fenômeno. No contexto pesquisado da família, essa dinâmica manifesta-se por meio de uma representação social contraditória, caracterizada pela simultânea legitimação e compreensão de diferentes modelos familiares, como o tradicional e os arranjos contemporâneos. Essa contradição evidencia a interação entre continuidade e mudança, demonstrando a capacidade das representações sociais de se adaptarem às demandas e valores da sociedade contemporânea, enquanto preservam elementos de referência do passado.

6.2 EIXO TEMÁTICO: O FAZER PROFISSIONAL

As representações sociais que emergem no espaço da assistência social apoiam as/os profissionais na interpretação de suas realidades, ocupando dimensões, funções e guiam ações. Assim, podemos afirmar que a política de assistência social é atravessada por Representações Sociais - RS e essas representações tendem a constituir as práticas institucionais.

Entende-se que a dimensão da subjetividade para as/os profissionais assistentes sociais e psicólogas/os na assistência social, não se trata apenas de uma experiência individual, mas é profundamente influenciada pelas RS compartilhadas no grupo profissional, onde essas representações ancoram as subjetividades em valores, convicções e normas.

Neste eixo: “O Fazer Profissional”, apresentamos categorias que destacam como as/os profissionais lidam com as tensões entre teoria, prática, crenças pessoais, políticas institucionais, representações idealizadas e realidades cotidianas no âmbito da política de assistência social.

Quando nos referimos à TRS, no capítulo dois deste estudo - Compreensão da Pesquisa: a teoria das representações sociais e a assistência social - enquanto ferramenta teórica para a compreensão da pesquisa, buscamos explorar como as subjetividades formam representações e práticas sociais, com foco nos processos de compartilhamento de conhecimento, entendendo como as ideias se tornam práticas, conectando-se aos desafios desta pesquisa, indo ao encontro e se atrelando em complementariedade ao capítulo três - Profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): psicólogas/os e assistentes sociais - que introduz abordagens das funções, objetivos, perfis, desafios e formação, também discutindo as tendências e mudanças no contexto profissional, apoiando nas compreensões teóricas que fundamentam os objetivos da pesquisa e são expressas pelas/os entrevistadas/os.

Entendemos que o processo de constituição das representações sociais é influenciado por fatores como a formação profissional, que atua como um filtro interpretativo, organizando os significados de acordo com os valores, saberes e práticas específicas de cada campo profissional, o que fica evidente quando é feita a análise dos conteúdos das entrevistas a partir da apresentação dos elementos em cada uma de suas categorias aqui propostas.

São retratados nos relatos das/os profissionais enfrentamentos de tensões entre valores pessoais, crenças religiosas e demandas profissionais, o que pode gerar dilemas éticos e desgaste emocional. Essa experiência prática, embora desafiadora, contribui para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla e crítica sobre a dinâmica das famílias e seu lugar nas políticas de assistência social, destacando a importância de uma formação teórica mais robusta e conectada à realidade prática.

As/os profissionais que atuam no CRAS, especialmente no trabalho com famílias em vulnerabilidade, conforme relatado pelas/os entrevistada/os, abordam conflitos entre valores pessoais e profissionais, bem como tensões causadas por crenças religiosas. A crítica ao modelo conservador de família, que limita a diversidade de arranjos familiares, surge como um ponto de reflexão, levando as/os profissionais a um processo de transformação e adaptação. Esse

movimento, como ilustrado por relatos das/os entrevistadas/os, destaca a necessidade de compreender a singularidade das famílias e respeitar seus diferentes arranjos, mesmo que isso exija superar posturas críticas ou preconceitos iniciais.

As práticas relatadas refletem interpretações e atitudes marcadas por preconceitos, normas sociais e concepções individuais que podem reproduzir estigmas ou promover abordagens mais inclusivas. Desigualdades marcantes, como a desigualdade de gênero, são evidenciadas, com destaque para a figura da mulher como central no acesso aos serviços sociais, mas também alvo de julgamentos e estigmatização. As/Os profissionais revelam a presença de preconceitos que associam a pobreza e a dependência a falhas individuais, além de narrativas moralizantes que influenciam o atendimento. Contudo, algumas reflexões presentes nos resultados sinalizam uma busca por abordagens mais éticas e colaborativas, reconhecendo as famílias como agentes centrais em suas trajetórias. Essa perspectiva, ao enfatizar a autonomia e o protagonismo dos usuários, aponta para a importância de práticas profissionais que promovam o respeito às diversidades e ao contexto social das famílias atendidas.

Passaremos a analisar cada uma das categorias que compõem este eixo temático.

6.2.1 Categoria: descompasso teórico-prático

Esta categoria destaca os desafios e lacunas apontadas pelas/os entrevistadas/os entre a formação e as práticas apresentadas em cada uma de suas profissões em relação ao campo de atuação na assistência social, fazendo uma reflexão entre a política pública e a atenção à família.

As/Os participantes da pesquisa, ao relatarem suas percepções nas entrevistas, destacam uma insuficiência na abordagem do tema "família" durante sua formação acadêmica. Esse aspecto evidenciou um certo desencontro em relação às demandas e desafios cotidianos do exercício profissional nos serviços prestados. Essas percepções tornam-se ainda mais evidentes na afirmação da participante Eliane (2024): “Sim, mas assim, voltado para a família é muito raso, né, acho que mais assim, é, mais teoria mesmo. Tive sim, vi alguma coisa sim na academia, porém, muito raso”. O que pode ser observado em outros trechos extraídos das entrevistas, os quais ilustram de forma direta as lacunas apontadas.

Na minha formação, a família sempre apareceu como um contexto, não como um objeto de estudo específico como na assistência social, assim, a gente atende a família. Na minha formação, não, a gente focava muito na pessoa, no indivíduo, então era um olhar completamente diferente. (Participante: Rebecca, 2024)

Eu acho que o que muda é que a gente não tem tanto contato com a assistência social na faculdade, né. Em psicologia, pelo menos na minha formação. O contato que eu tive foi muito pouco, assim, no quarto ano, no estágio, né. Eu não lembro de ter tido alguma disciplina específica. Eu tive psicologia social, psicologia social comunitária, mas em específico sobre assistência social eu não tive. E é um ramo que eu vejo que boa parte da minha sala ali, depois que se formou, está atuando. (Participante: MG, 2024)

As/Os participantes da pesquisa indicam que a família é representada como um elemento periférico na formação acadêmica, sendo tratada de forma genérica e secundária. Essa representação reflete uma divisão entre o enfoque acadêmico, neste caso os sujeitos, e as demandas práticas da assistência social, tratando-se da família como unidade de atenção.

A participante Eliane (2024) destaca o contraste entre teoria e prática ao afirmar: “Nos livros é muito bonito, né, as leis, os direitos acontecem, mas na realidade, ali na prática, as famílias sofrem bastante ainda”. Essa declaração evidencia o impacto que ela percebe ao iniciar suas atividades no CRAS após a conclusão de sua formação, indicando que os conteúdos acadêmicos não correspondem integralmente à realidade vivenciada pelas famílias usuárias da assistência social. Complementando sua análise, ela acrescenta: “[...] eu acho que tem muito ainda para ser feito para que as famílias tenham de fato o seu direito garantido, conforme está na teoria, né. Então, assim, tem uma diferença muito grande”. Nesse ponto, a entrevistada esclarece que a teoria à qual se refere engloba a política social enquanto lei, incluindo suas normas e regulamentos, os quais frequentemente não se materializam na prática.

Esse pensamento é corroborado por MG (2024), quando afirma que a representação da família no contexto teórico é idealizada, enquanto na prática, é marcada por sofrimento e desigualdade. A lacuna entre essas duas esferas reflete uma tensão entre o conhecimento normativo e a vivência cotidiana, evidenciando, para as/os participantes, a insuficiência da formação acadêmica e da teoria da política de assistência social para lidar com a complexidade do trabalho com famílias.

Ainda que as/os entrevistadas/os identifiquem a formação com características ineficientes, demonstram que, ao se inserirem no campo profissional, passam a adquirir uma visão ampliada dos conceitos de família. Segundo eles, descobrem como é a construção do trabalho com famílias na política de assistência social.

Engraçado que antes de eu começar minha vida profissional, eu ainda tinha uma visão, não que fosse diferente da que hoje, mas ainda era um pouco limitado, né, mas a partir do momento que a gente começa a estudar mais, a

gente acaba ampliando nossa visão para um todo a respeito dos conceitos família. (Participante: Frida, 2024)

A participante Frida (2024), destaca a importância dos subsídios teóricos como base essencial para a compreensão e aplicação dos conteúdos práticos, enfatizando sua contribuição para o desenvolvimento de uma visão ampliada e integradora que articule família, profissão e política pública.

Para as/os participantes, a representação da política se limita a um ponto de partida teórico sem aplicação prática robusta, tratando-se de um direcionamento da atuação profissional. Exemplo disso é quando a ideia de "viés" sugere que o trabalho com famílias depende de perspectivas subjetivas, o que reforça a natureza dinâmica e contextual das representações sociais.

Quando a participante Felicitá (2024) afirma: "Ainda na descoberta do que seria esse trabalho com a família. Qual viés que você olha para essa família". Evidencia-se a ausência de conteúdos teóricos que orientem claramente essa linha de atuação. Em outras palavras, verifica-se que, para a entrevistada, não existe um arcabouço teórico consistente que ofereça diretrizes específicas para a condução do trabalho com as famílias.

Os conceitos abordados no item 3.1.3: Formação das/os profissionais do SUAS, desta pesquisa, são, em parte, evidenciados nas entrevistas, a partir das considerações das/os participantes. No item citado da pesquisa, procuramos dialogar com os autores no sentido de que possam se evidenciar, a partir de suas publicações e pesquisas, as fragilidades na formação das/os profissionais do serviço social e da psicologia, especialmente no que diz respeito à atuação na assistência social. Sob a perspectiva da TRS, essa formação limitada contribui para a construção de representações sociais superficiais e restritas sobre a assistência social e sobre as famílias atendidas. A ausência de uma abordagem mais aprofundada e contextualizada nos conteúdos formativos influencia diretamente as práticas profissionais e as interpretações acerca das condições de vida dessas famílias, reforçando visões estereotipadas e um pouco críticas sobre a inserção delas nas políticas públicas externas ao setor.

Assim, as representações sociais resultantes refletem não apenas as lacunas na formação, mas também o impacto dessas limitações na construção de significados compartilhados no campo da assistência social. Ao afirmarem a discrepância entre a teórica e a prática, as/os participantes demonstram existir uma representação social vinda da experiência compartilhada que forma a percepção da profissão.

6.2.2 Categoria: conflitos de valores

As/Os participantes revelam enfrentar desafios significativos no trabalho com as famílias no contexto do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Suas declarações evidenciam tensões constantes entre os valores pessoais e os valores profissionais, as expectativas sociais impostas à profissão e as realidades complexas vivenciadas pelas famílias atendidas. Essas tensões demonstram a dificuldade de equilibrar a perspectiva técnica e imparcial exigida pelo trabalho com as representações individuais, muitas vezes influenciadas por crenças, experiências pessoais e valores subjetivos.

Nesta categoria, são analisados os conflitos e os valores das/os profissionais que atuam no CRAS, nos mostra, revela, as representações sociais. Esse cenário envolve não apenas a necessidade de compreender as dinâmicas familiares de forma empática, mas também o gerenciamento das próprias emoções e interpretações do profissional. A prática cotidiana exige que se transite entre a valorização de uma abordagem técnica e reflexiva e o impacto inevitável das representações individuais, que influenciam a forma como cada profissional percebe e age diante das situações familiares.

Essa é, portanto, uma categoria contraditória, pois, ao mesmo tempo em que reforça a importância de olhar para as famílias com uma perspectiva profissional, revela as dificuldades de dissociar essa visão das representações subjetivas de cada profissional. Muitos deles, mesmo reconhecendo a necessidade de adotar uma postura compatível aos preceitos profissionais, trazem para a prática valores pessoais que podem interferir tanto na construção de vínculos com as famílias quanto na efetividade das intervenções propostas.

Essa contradição é reflexo de um campo em transição, no qual as representações sociais hegemônicas – baseadas em idealizações sobre a família e sobre o papel do profissional – são confrontadas por novas demandas que exigem uma abordagem mais pluralista, crítica e sensível às diversidades familiares. Além disso, esse cenário evidencia a necessidade de uma formação continuada que promova o desenvolvimento de competências para lidar com esses desafios, ajudando as/os profissionais a construir um olhar mais técnico, mas também acolhedor, que integre suas subjetividades de forma construtiva e alinhada aos objetivos do CRAS.

Elementos vinculados ao respeito à diversidade de arranjos familiares são destacados nas falas de parte das/os entrevistadas/os. O ideal conservador de família (pai, mãe e filhos) é criticado como uma representação limitada e desatualizada. Em alguns aspectos, as/os participantes apontam para a desconstrução dessa visão, substituindo-a por uma compreensão mais plural dos arranjos familiares.

Quando a participante Felicitá (2024) declara: “a gente chega com o que a gente trouxe dessa vida, e aí você entende, no primeiro momento, até com crítica, né?”, ela sugere, de forma implícita, que seu posicionamento inicial entrava em conflito com os valores das famílias que passou a conhecer. Além disso, reconhece que adotava uma postura crítica e, que ela julgava, em certa medida, divergente daquela praticada pelas famílias usuárias dos serviços da assistência social. No decorrer do diálogo, Felicitá (2024) evidencia que, após uma postura inicial de crítica, passa por um processo de compreensão e reflexão, culminando em uma mudança na forma de interpretar a dinâmica dessas famílias. Essa transformação fica evidente em sua fala: “Por que essa família se organiza dessa maneira? Por que essa família age dessa maneira? [...] A gente começa a respeitar e trabalhar a partir desse ponto como a família se formou, com os arranjos dela”. A participante demonstra, deste modo, a importância de reconhecer e valorizar a singularidade dos arranjos familiares como ponto de partida para a atuação profissional.

Os conflitos apurados nos relatos, estão também ligados ao contato com realidades desafiadoras, que geram desgastes emocionais significativos, que são apontados pelos participantes, até mesmo como causadores de adoecimento e, em alguns casos, podem ser motivadores de abandono da função, conforme relatado pelo participante MG (2024): "Conheci algumas pessoas que desistiram, pediram para trocar de setor, justamente por não aguentar" e “às vezes, a gente se sente mal, a gente adoece por conta disso”, essas compreensões sugerem que existe o enfrentamento de situações complexas e emocionalmente desgastantes, que ultrapassam questões institucionais e de formação teórica.

As/Os participantes, embora apresentem elementos de representações sociais que evidenciam respeito à diversidade das configurações familiares e valorização da ausência de padrões normativos, também expressam discursos contraditórios e, por vezes, polarizados. Esses discursos revelam um conflito latente entre valores pessoais e as exigências impostas pela prática profissional.

Entre os fatores que contribuem para essas tensões, destaca-se a influência da religiosidade no atendimento, que pode gerar impactos. A orientação profissional frequentemente desafia crenças religiosas ou ideológicas dos trabalhadores, gerando dilemas éticos e conflitos emocionais que exigem constante reflexão e ajustamento no exercício da profissão.

O CRAS é um equipamento público, que deve atuar como um espaço laico e inclusivo, onde as intervenções considerem a complexidade das realidades vividas pelas famílias e usuários, sem reproduzir julgamentos baseados em crenças religiosas. Entretanto, em alguns

momentos, podem tratar-se também de espaços onde apresentam dilemas éticos, demonstrados por alguns profissionais, o que percebemos quando MG descreve:

Mas, a gente percebe, às vezes, uma carga muito mais do pessoal do que... Na atuação ali, né. Você tem que deixar o pessoal um pouco de lado, né. E levar em conta a política, os referenciais que a gente tem. Eu percebo que, às vezes, é... É meio tênue isso, assim, sabe. Eles até, meio automático. Não sai muito. Simplesmente, valores religiosos. Eu vejo uma diferença grande nesse sentido. E, também, vejo, por exemplo, até na nossa inclinação, às vezes, no nosso envolvimento com as famílias, com os atendimentos, às vezes. (Participante: MG, 2024)

No trecho a seguir, é reforçado esse entendimento, que provoca uma diferenciação dos trabalhadores que relacionam a orientação religiosa com a conduta profissional:

O profissional que tem algum certo tipo de religião um pouco mais temerosos a atender o outro indivíduo. Seja porque acredita, ou que relembre, né, que foi Deus, o Pai Celestial, aquele que ele acredita que teve essa oportunidade. A gente tem essa diferença, daquelas pessoas que compreendem o outro como uma criatura, não que explodiu, mas que alguém que me fez, fez ele também. Essas pessoas têm um trato diferente. Do que aquelas, não que sejam ateus, mas aquelas que não ligam muito. E elas têm um pouco de diferença, é diferente falar, mas é como uma pessoa que tem um tipo de religião, e que, né, a sua religião emprega amor e cuidado com o outro, ela atende, ela é diferente com o usuário. Porque ela entende que aquilo que eu faço, é serviço, também é resposta daquilo, é em agradecimento. É em agradecimento ao ser divino, aquilo que ela acredita que a fez, tem uma diferençazinha, é muito legal. (Participante: Isis, 2024)

Evidenciamos nos relatos que a prática profissional, neste caso, é influenciada por valores religiosos, que define a postura da profissional. A crença em um ser divino é representada como uma motivação para tratar as famílias usuárias com cuidado e amor, mas também pode ser uma barreira, dependendo do julgamento moral embutido. Essa diferença de abordagem se ancora nas doutrinas religiosas que as/os profissionais internalizam e levam para o atendimento, afetando o modo como veem e interagem com os usuários dos serviços.

Nos elementos de determinação religiosa, o partilhar das representações é um dado pré-existente, a adesão às formas de pensamento relativas a um grupo de pertencimento, mantém uma ligação social que exerce influência. Os significados compartilhados sobre as crenças são construídos, transmitidos e reforçados dentro dos grupos. Essa crença desempenha um papel significativo na organização dos valores, normas e práticas cotidianas. Segundo Moscovici (2003), as representações sociais são ferramentas que auxiliam os indivíduos a interpretar o

mundo, e a religião funciona como um sistema simbólico poderoso que orienta a convivência familiar.

Ao potencializarem os valores pessoais, as/os profissionais refletem uma visão individualista que desconsidera fatores estruturais e que podem dificultar abordagens mais abrangentes e sistêmicas, mesmo que demonstrem alteração no modo de relação com a família, com o decorrer de sua vivência na assistência social, observamos que o impacto emocional e preparo para o trabalho são descritos como fatores emblemáticos, evidenciando representações contraditórias, as concepções tradicionais versus realidades contemporâneas.

No decorrer das entrevistas, é revelado um processo de transformação nas representações sociais sobre família e trabalho na assistência social. As/Os entrevistadas/os destacam como as/os profissionais reinterpretam conceitos pré-estabelecidos, ajustando-os às realidades práticas. Esse movimento reflete uma transição das representações tradicionais para uma visão mais inclusiva e plural da família, levando em conta a influência das experiências práticas na formação de novas representações sociais.

Os apontamentos que são produzidos a partir dos elementos apresentados nesta categoria de análise reforçam a importância das representações sociais na mediação entre teoria e prática, bem como no enfrentamento de desafios éticos e emocionais no trabalho com famílias em vulnerabilidade.

6.2.3 Categoria: experiências e práticas

A categoria "experiências e práticas" aborda questões relatadas pelas/os profissionais, que refletem suas interpretações e atitudes em relação às famílias atendidas. Essas práticas são influenciadas por conceitos, preconceitos e normas que, por sua vez, evidenciam elementos que podem indicar representações sociais estabelecidas por este grupo.

Sob a perspectiva da abordagem processual, conforme discutida por Jodelet (2001), as representações sociais não são representações estáticas, mas construídas e compartilhadas a partir das práticas cotidianas e das interações sociais. As/os participantes revelam, em seus discursos, como elaboram e transmitem suas representações sobre as dinâmicas de interação entre seus pares, grupos sociais e as famílias usuárias.

A organização dos discursos destaca os sentidos e significados atribuídos às relações entre profissionais, conceito de família - com ênfase nas percepções singulares das famílias assistidas pelos serviços de assistência social - e meio social onde emergem as representações. Considerando o caráter dinâmico e contextual das representações sociais, é possível observar,

por meio dos discursos, como as/os participantes não apenas constroem essas representações, mas também são influenciadas/os por elas, estabelecendo sua prática profissional. Dessa forma, as representações sociais surgem como mediadoras fundamentais na compreensão das relações entre as/os profissionais, as famílias e a sociedade.

Embora nos discursos as/os entrevistadas/os reconheçam a pluralidade das configurações familiares, a percepção de que as famílias atendidas não correspondem integralmente a um modelo tradicional revela uma representação de "desvio" em relação à norma social idealizada. Tal perspectiva pode reproduzir estigmas associados às diferentes formas de organização familiar e, além disso, a categorização dessas famílias como "não normativas" pode introduzir vieses no atendimento, enquadrando essas famílias como distintas ou deficitárias.

Em sua fala, a participante Isis (2024) faz uma distinção bastante objetiva sobre a distinção das representações entre famílias: "Na assistência, a família que busca os serviços são famílias numerosas [...] não é família de núcleo mesmo". Ao dar continuidade em suas colocações, a participante declara que: "Onde come um, come dois [...] a família que busca assistência, elas são mais solidárias, solícitas, mais empáticas", reforçando uma característica de solidariedade, que deixa a entender que pode ser encontrada comumente nas condições de vulnerabilidade ou incapacidade das famílias usuárias dos serviços dos CRAS. A entrevistada busca valorizar aspectos de resiliência e cooperação, mas também remete a romantização da precariedade.

Ao citar que: as famílias que a gente atende em nosso cotidiano são famílias em diversos formatos, principalmente em sua grande maioria esmagadora são mães solo, então, assim, muito diferente daquilo que o tradicionalismo coloca como o ideal, [...], por trabalhadores, uma visão equivocada", a participante Frida (2024) dá ênfase à pluralidade de arranjos familiares, ainda reconhece a visão equivocada existente por parte das/os profissionais. Entretanto, o destaque dado às mães solo pode reforçar estereótipos de vulnerabilidade da mulher. Profissionais, em sua prática, podem dar enfoque específico nas dificuldades das mães solo, negligenciando outras dinâmicas familiares.

A mulher usuária da assistência social é geralmente compreendida como uma figura central devido à posição que ocupa como principal responsável pelo cuidado da família, especialmente em situações de pobreza e desigualdade social. De acordo com Yazbek (2018), a mulher é, na maioria dos casos, a responsável por acessar programas como o Bolsa Família e outros serviços de proteção básica e especial, refletindo as desigualdades de gênero e a sobrecarga de trabalho não remunerado.

Outro aspecto importante é como essa mulher é impactada pelas construções sociais de gênero que perpetuam desigualdades. Esses significados são compartilhados em práticas culturais que constituem a percepção e o papel das mulheres na assistência social. A representação social da figura feminina não apenas reflete, mas também estrutura as relações sociais, incluindo os papéis de gênero. No caso das mulheres atendidas pelos serviços de assistência social, essas representações frequentemente vinculam sua condição a estereótipos como vulnerabilidade, dependência e inadequação, reforçando imagens de fragilidade e incapacidade de superação sem suporte.

A participante Felicitá descreve uma fala que ela guarda como forte e marcante, que ouviu de colegas de trabalho no CRAS: “uma mulher, ela quer ter o cuidado com as unhas, com o cabelo, mas ela não quer ter a responsabilidade com os filhos que ela tem”.

Este modo de representação demonstra que, muitas vezes, essas mulheres são vistas como “merecedoras” ou “não merecedoras” de “ajuda”, com base em critérios morais ou comportamentais sustentados pelas representações sociais. Essa categorização pode limitar sua autonomia, reforçando a ideia de que você precisa respeitar certos padrões para serem reconhecidos como legítimas destinatárias de direitos. Além disso, essas representações podem influenciar negativamente a forma como essas mulheres percebem a si mesmas, contribuindo para sentimentos de estigmatização e preconceito.

Tal qual a visão da mulher é por vezes rotulada, a família atendida nos CRAS também passa pela mesma situação. As/os entrevistadas/os afirmam que nas equipes é comum que as famílias sejam entendidas como acomodadas e omissas ao processo de transformação de sua condição social.

A participante Isis revela que os discursos de parte dos profissionais das equipes técnicas dos CRAS são voltados em comparar a realidade das famílias usuárias ao contexto social do profissional, ela descreve:

Eu nasci assim, vou viver assim, sabe? Ai, não, é porque eu fui pobre também, eu sou fruto de um financiamento estudantil. [...]Aí, Fulano, quer viver para sempre, assim, dependente do governo. [...]eu saio da minha casa para trabalhar; por que que a dona Mariazinha não vai sair para trabalhar também?
(Participante: Isis, 2024)

Sob essa perspectiva, ainda marcada por concepções individualistas e meritocráticas, os/as participantes expressam que existem nos CRAS, entre as/os profissionais que formam as equipes técnicas, julgamentos de valor em relação à condição das/os usuárias/os. Tal postura é exemplificada pela fala da entrevistada Felicitá (2024), que aponta que colegas de equipe

frequentemente adotam uma posição de julgamento e culpabilização em relação às famílias atendidas: "Olhando com um papel julgador mesmo [...] de culpabilidade". Essa tendência à culpabilização dos usuários da assistência social reflete uma representação social negativa, que associa a pobreza ou a situação de vulnerabilidade a falhas individuais. Essa percepção pode, ainda, gerar práticas discriminatórias ou familistas, dificultando a construção de uma relação de confiança e ações que assegurem direitos e respeito.

Esse sentido discriminatório está intimamente ligado à ideia que apresentam de usuários "preguiçosos" ou "mentirosos", onde as estruturas sociais que geram vulnerabilidade são desconsideradas, sugerindo a deslegitimação das demandas dos usuários e a negação de direitos.

Percebemos a expressão dessa questão quando a participante Eliane afirma,

[...]nem toda equipe enxergava, né, esse ser humano assim, dentro daquela necessidade, naquele momento, né, enxergava ele muitas vezes como preguiçoso mesmo, como que não quer, como tá fingindo. Então, assim, infelizmente, eu visualizei, assim, que tem outros olhares, né, diante da família. (Participante: Eliane, 2024)

As/Os profissionais, ao mesmo tempo em que identificam práticas que perpetuam a marginalização das famílias atendidas no âmbito da assistência social, também apontam para a necessidade de ampliar o escopo das reflexões sobre o atendimento e, sobretudo, sobre a constituição das famílias. Nesse contexto, são problematizadas as concepções tradicionais de "estrutura familiar", frequentemente baseadas em representações rígidas e normativas. Essas reflexões propõem um deslocamento crítico das noções de família, favorecendo abordagens que reconheçam sua pluralidade e dinamismo.

A participante Frida relata ter ouvido de seus colegas de equipe no CRAS falas que culpabilizam as famílias usuárias por suas condições de vulnerabilidade. A entrevistada ainda acrescenta que esta condição discriminatória é evidente nas/os próprias/os usuárias/os dos serviços, pois elas/es também possuem um ideal de família perfeita e, por estarem em uma condição vulnerável, julgam-se culpadas/os por um contexto social. Ela expressa que: "porque os próprios usuários da política durante atendimentos, a gente vê e percebe que eles têm essa visão também, né, de família perfeita, de colocar, de se colocar sempre como culpados pelas coisas é que às vezes não é, é uma coisa de conjuntura mesmo".

No caso de uma representação social preconceituosa de si mesmo, essa autoimagem negativa pode surgir de processos de internalização de estigmas sociais. Os grupos de famílias atendidas pelos CRAS são historicamente marginalizados ou discriminados e tendem a

assimilar as opiniões negativas disseminadas pela sociedade, transformando-se em autopercepções depreciativas.

Isso conduz a uma reflexão crucial para as/os profissionais no desenvolvimento de suas práticas, a saber, a necessidade de reconhecer as famílias como agentes centrais na tomada de decisões que afetam suas próprias vidas. As/Os participantes destacam a inadequação de uma perspectiva pragmática, voltada exclusivamente para soluções imediatas, em relação às famílias. Tal abordagem contrasta com perspectivas estruturais mais amplas, evidenciando possíveis tensões entre as expectativas das famílias usuárias e os objetivos institucionais percebidos pelas/os profissionais.

Na fala de Isis (2024), isso fica evidente, elementos dessa reflexão:

E às vezes o usuário da assistência, ele não tem uma queixa, ele tem uma necessidade. E não uma queixa. E eu senti isso, eu mesmo. Às vezes eu queria fazer uma orientação que o usuário não quer, ele não quer uma orientação, ele não quer um caminho. Ele só quer, ele quer uma queixa, ele quer saber o que a assistência pode ajudar ele naquela queixa. Seja por alimento, seja por documento, ou orientação. (Participante: Isis, 2024)

Ao elaborar uma abordagem centrada no protagonismo do usuário, observa-se o destaque para a importância de respeitar a autonomia das famílias na tomada de decisões sobre suas próprias vidas. Essa perspectiva, contudo, pode também ser interpretada como uma postura de distanciamento por parte das/os profissionais, na medida em que enfatiza o papel das famílias como agentes principais em suas trajetórias. Essa abordagem instala-se como um equilíbrio cuidadoso entre a valorização da autonomia dos usuários e a atuação das/os profissionais como facilitadores, em vez de condutores, dos processos de mudança.

Essa dinâmica é ilustrada na experiência compartilhada pela participante Rebecca (2024), que aponta em sua postura profissional: "Eu não estava ali como agente de mudança de vida, a não ser que o indivíduo quisesse". Essa declaração evidencia um compromisso com a autodeterminação das/os famílias usuárias da assistência social, reconhecendo que qualquer transformação significativa depende, fundamentalmente, da iniciativa e do desejo daqueles diretamente envolvidos. Tal perspectiva sugere uma prática que privilegia a colaboração e o respeito às escolhas dos usuários, enquanto reflete sobre os limites éticos e metodológicos da atuação profissional.

Os relatos das/os participantes nos permitem identificar representações sociais que as/os profissionais constroem em relação às famílias atendidas e suas próprias práticas. Essas

representações influenciam a forma como as intervenções são realizadas, podendo reforçar estigmas ou promover abordagens mais inclusivas e reflexivas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou um desafio adicional, ao partir de um espaço de envolvimento profissional, que caracteriza o que denomino como uma abordagem fundamentada em perspectivas ética, política e afetiva. Essa escolha metodológica se justifica pelo fato de, na condição de trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ser possível identificar e analisar elementos vivenciados e observados no contexto prático abordado pelo estudo.

Como questão central desta pesquisa, busca-se responder: Quais são as representações sociais de família construídas por psicólogas, psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? Consideramos que os objetivos propostos foram alcançados, conforme evidenciado nos eixos temáticos e nas categorias de análise desenvolvidas ao longo do estudo.

Ressaltamos que a pesquisa teve como objetivo geral analisar as Representações Sociais (RS) de assistentes sociais e psicólogas/os dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, em Mato Grosso do Sul. Neste propósito, sobre família, foi possível perceber uma tensão entre a manutenção de representações hegemônicas e a tentativa de ressignificar essas concepções de forma inclusiva e crítica. Para o estudo, delimitamos os objetivos específicos em três, sendo o primeiro deles, identificar qual é a concepção de família para estes/as profissionais, o segundo levantar elementos e sentidos atribuídos sobre famílias e o terceiro compreender como se constituem os aspectos históricos, sociais e culturais de família para esses profissionais.

Com os resultados, foi possível apurar que a identificação de concepção de família para os assistentes sociais e psicólogas/os, que atuam no CRAS são marcadas por um processo dinâmico e contraditório. De um lado, há o reconhecimento da pluralidade dos arranjos familiares e da necessidade de desconstruir modelos tradicionais e normativos. Por outro lado, persistem representações sociais que categorizam famílias atendidas como fora de um padrão em relação a uma idealização, reforçando estigmas e preconceitos. Em alguns discursos, são revelados avanços no reconhecimento da diversidade familiar, entretanto, também emergem percepções que romantizam a precariedade ou reforçam estereótipos de dependência, especialmente em relação às mães solo. Assim, a concepção de família para esses profissionais é multifacetada, influenciada tanto por valores individuais quanto pelas demandas e realidades práticas do trabalho na assistência social.

Quanto ao segundo objetivo específico, de levantar elementos e sentidos atribuídos sobre famílias, podemos definir que refletem uma mistura de reconhecimentos, preconceitos e representações sociais dinâmicas. Identificamos que há um esforço por parte das/os profissionais em reconhecer e valorizar a pluralidade das configurações familiares, como famílias numerosas, mães solo e outros formatos não tradicionais. Algumas falas destacam aspectos positivos, como a cooperação e a solidariedade, que emergem em contextos de vulnerabilidade.

Ao nos referirmos à persistência de estereótipos e preconceitos, apesar do reconhecimento da diversidade, existem discursos que representam as famílias atendidas como desviantes em relação ao modelo idealizado (representações hegemônicas), o que pode reforçar estigmas. Algumas representações exaltam a solidariedade entre famílias vulneráveis, mas de forma que acabam romantizando a precariedade e ignorando os desafios estruturais enfrentados. As mães solo, em particular, são frequentemente associadas a situações de dependência e fragilidade, o que pode limitar a percepção de sua agência e autonomia.

Outros sentidos muito fortes presentes nas representações sociais de família são a influência de valores pessoais e religiosos. Os relatos indicam que valores pessoais e crenças religiosas influenciam a prática profissional, construindo representações sobre as famílias como merecedoras ou não de ajuda, com base em critérios morais.

Contrariando esse pensamento conservador, identificam-se representações nas quais a família é percebida como sujeito de direitos e autonomia, e é destacada a importância de respeitar a capacidade de decisão das famílias, reconhecendo-as como protagonistas em seus processos de transformação social. Existe uma preocupação crescente em abandonar visões familistas e construir práticas baseadas em abordagens mais inclusivas e colaborativas.

Esses elementos revelam que as famílias atendidas nos serviços de assistência social – CRAS, são representadas tanto como agentes resilientes, estigmatizados quanto como sujeitos de direitos, preponderando uma tipologia de representação social controversa.

Ao nos atermos ao terceiro e último objetivo específico de compreender como se constituem os aspectos históricos, sociais e culturais de família para esses profissionais, constatamos a persistência de representações hegemônicas vinculadas ao modelo tradicional de família, que reflete um legado histórico que associa a família a papéis rígidos e normativos. Quanto ao aspecto social, a assistência social é influenciada pelas condições estruturais de vulnerabilidade enfrentadas pelas famílias, como desigualdades de classe, gênero e raça. Os/as profissionais estão inseridos/as em um contexto de trabalho que enfatiza a matricialidade sociofamiliar, buscando equilibrar as demandas das famílias com os limites impostos pelas

políticas públicas. E ao mencionarmos a convivência com as transformações culturais contemporâneas, desafia os/as profissionais a desconstruir preconceitos e estereótipos. Elementos como religiosidade, diversidade de configurações familiares e a necessidade de uma abordagem inclusiva refletem as influências culturais que permeiam suas práticas. Esses fatores, combinados, constroem tanto as práticas profissionais quanto as representações sociais sobre família, evidenciando um campo de tensão entre o tradicional e o emancipatório.

Consideramos que é possível observar o surgimento e fortalecimento de representações sociais emancipatórias, que desafiam e ressignificam essas normas hegemônicas. Essas representações buscam valorizar as diversidades familiares, promovendo o reconhecimento das múltiplas configurações existentes. Tal abordagem emancipatória enxerga a família não como uma entidade fixa, mas como um espaço dinâmico de relações que deve ser apoiado em sua pluralidade e potencial transformador.

Esses significados, construídos pelas práticas profissionais e pela convivência com as famílias atendidas, revelam uma tensão entre modelos tradicionais e as transformações culturais contemporâneas. Enquanto as representações sociais hegemônicas frequentemente reforçam estigmas e preconceitos, outras representações, mais inclusivas e críticas, abrem espaço para a promoção de direitos e o fortalecimento da autonomia das famílias.

É evidente que as representações sociais não são fixas, mas dinâmicas, refletindo tanto preconceitos e estigmas quanto as possibilidades de ressignificação e adaptação às diversas configurações familiares. Os relatos indicam que fatores como gênero, religião e dinâmicas de comunicação desempenham papéis importantes na construção dessas percepções, influenciando tanto as/os profissionais quanto as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.

Na pesquisa, fica evidenciada a centralidade da mulher, muitas vezes sobrecarregada e estigmatizada no seu papel de cuidadora familiar, e a culpabilização das famílias pelas suas condições de vulnerabilidade apontam para a necessidade de uma prática crítica, que vai além dos estereótipos e acolha a complexidade das realidades vividas. Aqui, as representações hegemônicas vinculam a mulher a um papel de sacrifício e dedicação exclusiva, enquanto as representações alternativas questionam essa naturalização, propondo uma visão mais igualitária e participativa das responsabilidades familiares.

Outro ponto relevante apontado na pesquisa é a religiosidade envolta na subjetividade das/os profissionais e como isso afeta a representação sobre a família. Embora possa oferecer suporte emocional, também apresenta desafios éticos, especialmente no que diz respeito à promoção da autonomia dos usuários. No âmbito das representações sociais, a religião pode

tanto reforçar as normas tradicionais quanto tornar-se um espaço de resistência e fortalecimento para famílias em vulnerabilidade, dependendo de como é mobilizada nas práticas profissionais.

As falas das/os participantes refletem o esforço para conciliar a idealização da política com os desafios estruturais e operacionais enfrentados na prática cotidiana. Esse processo contribui para construir as representações sociais que influenciam a percepção do trabalho. Quando incentivadas, as representações emancipatórias podem transformar essas dinâmicas, promovendo práticas mais integradas e justas.

Os resultados da pesquisa evidenciam a complexidade das representações sociais de família entre assistentes sociais e psicólogos/as atuantes nos CRAS. A coexistência de perspectivas hegemônicas e emancipatórias reflete o desafio contínuo de equilibrar a manutenção de modelos tradicionais com a valorização da diversidade e das transformações culturais contemporâneas. Apesar dos avanços na inclusão e no reconhecimento da pluralidade familiar, persistem preconceitos e estereótipos que limitam a percepção da autonomia das famílias. Essa tensão reforça a necessidade de práticas profissionais que ultrapassem abordagens familistas e promovam direitos, autonomia e justiça social.

Buscamos destacar na pesquisa a relevância de um olhar crítico e reflexivo sobre as influências históricas, sociais e culturais que constituem as práticas profissionais e as percepções sobre as famílias atendidas. Ao reconhecer as limitações estruturais e os impactos de valores pessoais e religiosos, os/as profissionais têm a oportunidade de ressignificar suas práticas e contribuir para a construção de um serviço socioassistencial mais inclusivo e transformador. As representações emancipatórias, ao desafiar normas tradicionais, oferecem um caminho para fortalecer a autonomia das famílias e valorizam sua pluralidade, apontando para práticas que respeitem a complexidade das relações familiares e ampliem o horizonte de possibilidades no campo da assistência social.

Por fim, a assistência social, enquanto política pública, ainda carece de aprofundamentos teóricos e empíricos que contribuam para seu fortalecimento, especialmente diante de sua fragilidade estrutural e operacional. A Teoria das Representações Sociais – TRS revelou-se uma ferramenta analítica relevante, permitindo articular os princípios da política socioassistencial com uma base teórica que oferece respostas alinhadas às suas demandas e desafios. Reconhecemos, contudo, que este estudo não esgota as possibilidades de investigação sobre o tema, ressaltando a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem o diálogo entre a TRS e as especificidades da assistência social, consolidando-a como um campo de práticas mais inclusivas e fundamentadas teoricamente.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In A. S. Moreira & D. C. Oliveira (Eds.), Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: Ed. AB., 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/ana.deespindola/Downloads/31913-Texto%20do%20artigo-85728-1-10-20170223.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.
- ALEXANDRE, M. **O saber popular e sua influência na construção das representações sociais**. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 161-171, ago./dez., 2000. Disponível em: https://www.sinpro-rio.org.br/site/admin/assets/uploads/files/c3ce7-gomes_marcos-alexandre-de-souza-o-saber-popular-e-sua-influencia-na-construcao-das-representacoes-sociais.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.
- ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. **Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas**. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 257-267, dez. 2000. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2023.
- ALMEIDA, A. M. O. **Abordagem Societal das Representações Sociais**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, dez., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVkfRWfRrCyyfqVfrzLX9x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. A. **A abordagem estrutural das representações sociais**. *Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 14, n. 15, p. 17-37, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/31913>. Acesso em: 16 set. 2022.
- ALVES, N. C. T., SILVA, A. N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. *Formação* (Online), [S. l.], v. 1, n. 20, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2335>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- ARRUDA, A. **As representações sociais: desafios de pesquisa**. *Revista de Ciências Humanas*, v. 10, n. esp., p. 9-23, abr., 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25810>. Acesso em: 10 de jan. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª Reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H.; Conselho Federal de Serviço Social –CFESS, (organizador). **Código de ética do/a Assistente Social Comentada**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985. Disponível em: <https://cristianorodriguesdotcom.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/bergerluckman.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- BERTONI, L. M., and GALINKIN, A. L. **Teoria e métodos em representações sociais**. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S., and ASSIS, R. A. M., orgs. *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp.

101-122. ISBN: 978-85- 7455-493-8. Available from: doi: 10.7476/9788574554938.005. Also available in ePUB. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BEZERRA, Leila M. P. S. et al. **Assistência Social: significados em (des)construção no Brasil contemporâneo**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009. Disponível em: https://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppIV/mesas/assistencia-social-significados-em-des_construcao-no-brasil-ok.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BOCK, A. M. B.; TEIXEIRA, M. de L. T.; FURTADO, O. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BONFIM, Jéssica C. M. S.; PARRÃO, Juliene A. O. **A vigilância socioassistencial como função para a gestão do Sistema Único de Assistência Social**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1884/1841>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF - volume 1**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF - volume 2**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o cadastro único para programas sociais do Governo Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.016-de-29-de-marco-de-2022-389579729>. Acesso em 02 de dez. 2022.

BRUSCHI, Michel E.; GUARESCHI, Neuza M. F. **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2003.

CAMARGO, Brígido. Um paradigma de teorias sobre as Representações sociais? Livro: NASCIMENTO, Adriano; R.A.; NASCIMENTO-GIANORDOLI, Ingrid F.; ANTUNES ROCHA, Maria Isabel. **Representações sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. **Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira**. SER Social, [S. l.], n. 12, p. 165-190, 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932. Acesso em: 13 mar. 2023.

CAMPOS, M. S. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R.C.T.; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C. M. (Org). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARDOSO JR, J. C. Fundamentos Sociais das Economias Pós Industriais: uma resenha crítica de Esping-Andersen. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 56, p 71-92, 2. sem. 2003. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, mai./ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XtHh3ZnYkc4qx69TkVZC9CL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CARMONA, D. R. S. **A abordagem da violência e sua superação na política pública de assistência social: concepções e práticas dos profissionais do serviço de proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI**. 2019. 162 f. Dissertação

(Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31378/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CARMONA%202019.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CHAVES, Juliana de C. Representações sociais da violência de gênero no contexto das políticas públicas: contribuições para a psicologia social. In.: CHAVES, Juliana de Castro (org.). **Psicologia Social e Políticas Públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica com Parâmetros para Atuação das(os) Profissionais de Psicologia no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília: CFP, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistente Social no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFSS, 2022.

CORDEIRO, Maria P.; CURADO, Jacy C. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 29, e169210, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RVPdxYsDWFcWrZK8skKVfjc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

CORONE, Iray. **A Psicologia tem paradigmas?** São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2003.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; DO BÚ, Emerson. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software TRI-DEUX-MOTS (versão 5.2). **Revista Campo do Saber**, – ISSN 2447 - 5 017 Página Volume 3 - Número 1 - jan/jun de 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/72-Texto%20do%20artigo-257-1-10-20171031%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/72-Texto%20do%20artigo-257-1-10-20171031%20(1).pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

COUTO, Berenice R.; MARTINELLI, Tiago. **O serviço social e O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desafios éticos ao trabalho profissional**. ARGUMENTUM, Vitória, v. 1, n. 1, p. 92-105, jul./dez., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15/17>. Acesso em: 10 set. 2023.

COUTO, Berenice R. et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice R. Assistência social: direito social ou benesse? **Revista: Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez., 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

CRONEMBERGER, I. H. M.; TEIXEIRA, S. M. Política de Assistência Social: as direções da matricialidade sociofamiliar e do trabalho social com famílias. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 97-118, 2014.

Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17577>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N.; BASTTISTELLI, B. M. (organizadoras). **Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2019. (Coleção Psicologia Social)

CRUZ, Lílían R.; GUARESCHI, Neuza. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2017.

DA GAMA LIMA, Lana Lage. História Social da criança e da família. **Revista de História**, n. 117, p. 181-186, 1984. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ARI%C3%88S%2C+Philippe.+Hist%C3%B3ria+social+da+crian%C3%A7a+e+da+fam%C3%ADlia.+2.+ed.+Rio+de+Janeiro%3A+LTC%2C+1981.&btnG=. Acesso em: 15 out. 2024.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **Política de assistência social e os tempos sociais femininos: um caso brasileiro**. Nómadas, Colombia, s.v., n. 24, p. 80-90, abr., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105116598008>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85-116, set., 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H#>. Acesso em 10 jan. 2023.

FARIA CAMPOS, P. H. O estudo da ancoragem das Representações Sociais e o campo da Educação. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 26, n. 63, p. 775–797, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4187>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FARR, Roberto M. Representações sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**, 11a ed., p. 31-59). Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FAUSTINO, Taiane Q. S. **Intersetorialidade no cenário do Sistema Único de Assistência Social: um diálogo com a literatura atua**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 153-192, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/883>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FLOR, Tatyane C.; GOTO, Tommy A. Atuação do Psicólogo no CRAS: uma Análise Fenomenológico-empírica. **Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies**, v. 21, n. 1, p. 22-34, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v21n1/v21n1a04.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Campinas. Editora AutoresAssociados,

2018.

GALEANO, Giovana B. et al. **Psicologia, Políticas Públicas e processos de subjetivação: enfrentamentos em tempos urgentes**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 87-103, abr., 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v73n1/07.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/235430/28419>. Acesso em: 01 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://sites.usp.br/psicologianaassistenciasocial/psicologia-subjetividade-e-politicas-publicas-2010/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUARESCHI, Neuza. **Psicologia, formação, políticas e produção em saúde**. Rio Grande do Sul: EdUPUCRS, 2014.

GUARESCHI, Neuza; CRUZ, Lilian R.; BATTISTELLI, Bruna M. **Psicologia e assistência social: encontros possíveis no contemporâneo (Psicologia social)**. São Paulo: Vozes, 2019.

GROSSI, M. P. Famílias homoafetivas e homoparentalidade: um novo conceito de família? **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 385-400, 2003.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

JESUÍNO, Jorge C.; MENDES, Felismina R. P.; LOPES, Manuel J. (Orgs.) **As representações sociais nas sociedades em mudanças**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015. (Coleção Psicologia Social)

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_domini_em_expansao. Acesso em: 20 set. 2022.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais.** Soc. estado. [online], v. 24, n. 3, p. 679-712, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/bqm4vwYnbPvPy9dDGMWHqZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2022.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: Sawaia B, organizador. **As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: <https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/as-artimanhas-da-exclusao.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

JORGE, Juliana David. **A construção da associação livre na obra de Freud / Juliana David Jorge.** Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia_JorgeJ_1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Cadernos do CEOM, Chapecó, ano 22, n. 30, 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/456> Acesso em: 20 jun. 2023.

LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas.** 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156430. Acesso em: 07 set. 2022.

LOPES, Z. A. (2012). Representações sociais da violência de gênero no contexto das políticas públicas: contribuições para a psicologia social. In.: CHAVES, Juliana de Castro (org.). **Psicologia Social e Políticas Públicas: contribuições e controvérsias.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

MARKOVÁ, Ivana. **A fabricação da teoria de representações sociais.** Cad. Pesqui., São Paulo, v. 47, n. 163, p. 358-375, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143760>. Acesso em: 02 de abr. 2023.

MARKOVÁ, Ivana. **Mentes dialógica: senso comum e ética.** Curitiba: PUCPRESS, 2017. Disponível em: <https://www.pucpress.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Mente-dialogica.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

MARQUES, L. A Matricialidade Sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014, GT2 – **Familismo nas Políticas Públicas.** Disponível em: https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, A.; ANDRADE, M; BISINOTO, S. **Docência na socioeducação.** Brasília: Universidade de Brasília, Campus Planaltina, 2014.

MENICUCCI, T.; GOMES, S. **Políticas Sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Ciência Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes e Maria de Souza Minayo(org.). Petrópoles, Vozes, Rio de Janeiro, 2016.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDE, Suely F.; GOMES, Romeu. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria e criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos)

MIOTO, R. C. T. Família e Assistência Social: Subsídios para o Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (Orgs.). **Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política**. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, R. C. T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, v. 12, n. 124, p. 699-720, out., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hZRJktHwkCWGdSN7TF9NVhR/#>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MIRON, Alessandra X.; GUARESCHI, Neuza M. F. Compromisso social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: possíveis articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 37, n. 2, p. 349-362, abr./jun., 2017. Disponível em: [scielo.br/j/pcp/a/wmXShMqZjWBqbM7dJkqWqXyQ/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmXShMqZjWBqbM7dJkqWqXyQ/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 20 set. 2023.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua produção**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, P. R. et. al. **A teoria das representações sociais**. São Paulo: UNISEPE, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/teoria_representacoes.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

MORAES, Carlos A. S. Determinantes e significados do trabalho do/a assistente social na área da saúde. **O Social em Questão**, [S.l.], v. 10, n. 47, p. 151-172, mai., 2020. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_7.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

MORGAN, Marisa I. O. Atuação ético-política do Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social. **Revista Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 6-24, 2021. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/98>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Trad. de Pedrinho A. Guareche, 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **A Invenção da Sociedade: sociologia e psicologia**. Tradução de Maria Ferreira. Coleção Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das minorias ativas**. Tradução do grupo de leitura “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”; responsável Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social)

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

MOTA, A. E. (org.). **O mito da assistência social: ensaio sobre Estado, políticas e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 49-55, jan./abr., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkPBDpL4Xn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2023.

NASCIMENTO, R. A.; NASCIMENTO, I. F. G.; ROCHA, M. I. A. (Orgs.) **Representações sociais, identidade e preconceito: estudos de psicologia social**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO, R. C. T. Desafios Atuais do sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. IN: **SERVIÇO Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, F.; WERBA, G. Representações sociais. In: Strey, NEVES, et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.104-117. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3245313/mod_resource/content/1/OLIVEIRA%2C%20F.%20O.%3B%20WERBA%2C%20G.%20C.%20Representa%C3%A7%C3%B5es%20sociais.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

OLIVEIRA, Patrícia A.; KAHALLE, Edna M. S. P. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Psicologia Política**, [S.l.], v. 20, n. 47, p. 119-131, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n47/v20n47a10.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

PALLU, N. M.; LAROCCHI, P. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 02, n. 02, p. 182-185, dez. 2007. Disponível em

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092007000200011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 21out. 2023.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, V. T. ; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários(as) em movimento. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 102–110, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/w5YLLsxm5tkLwHxj5m6NwZh/?lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2022.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. a psicologia no CRAS: um estudo de representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. e119584, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZWX4CjJb8nTTbQNF9XT8YMm/?format=html&stop=previo us&lang=pt#>. Acesso em: 06 set. 2022.

PEREZ, A. M.; PAIVA, A. R. de; CAMPOS, D. S.; PASSOS, R. G. Matricialidade sociofamiliar: tensões e contradições na assistência social brasileira. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-51, set./dez., 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844085/html/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista: Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RAICHELIS, R; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, R.; SILVA, M. O. S.; COUTO, B. R.; YAZBEK, C. M. (Orgs.) **O sistema único de assistência social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez: Retrato do Brasil Negro**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Maisa E.; GUZZO, Raquel S. L. **Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 9, n. 1, p. 83-96, jan./jun., 2014. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/837/651. Acesso em: 16 set. 2023.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, C. P. de. **Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central**. Temas psicol.,Ribeirão Preto, v. 4,n. 3,p. 19-33,dez. 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2022.

SALGADO, Rayoni R. S. P. **A educação permanente no Sistema Único de Assistência Social: um relato de experiência do município de Limeira - SP**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1581/1544>. Acesso em: 16 set. 2023.

SARTI, C. **Famílias enredadas. Família, rede, laços e políticas públicas**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC SP, 2008.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SEMZEZEM, Priscila.; SILVA, Thaís G. M. O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 27 a 29 de outubro de 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180812/Eixo_3_164.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 nov. 2023.

SERRA, R. M. **Crise da materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHOTT, Daniela F. Trabalho e saúde das/os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): um estudo da proteção social básica na região da Amosc. 2017. 236 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ): Chapecó, SC, 2017. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Daniela-Fernanda-Schott.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, Jeane A. F. **Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional**. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun., 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12826/11199. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, R. N. L. M.; TEIXEIRA, S. M. **Política de assistência social: entre o familismo e a desfamíliação**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 20, n. 2013115, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13115/209209213437>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUSA, C. P.; NOVAES, A. “A compreensão de subjetividade na obra de Moscovici”. In: Ens, Romilda Teodora; Villas Bôas, Lúcia Pintor Santiso; Behrens, Marilda Aparecida (orgs.). **Representações sociais: fronteiras, interfaces e conceitos**. Curitiba/São Paulo: Champagnat/Fundação Carlos Chagas, 2013.

SOUSA, Y. S. O., & CHAVES, A. M. (2023). Representações Sociais. Em A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino, **Psicologia Social: Temas e Teorias** (3º ed, p. 277–306). Editora Blucher. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Yuri-Sousa/publication/369518735_Representacoes_Sociais/links/641ef39b66f8522c38d29f80/Representacoes-Sociais.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

SPOSATI, A. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, S. M. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dic., 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127276011.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

YAZBEK, Maria C.; RAICHELLIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma construção permeada de tensões, avanços e retrocessos**. ENPESS – XVI Encontro Nacional de Pesquisa/ES em Serviço Social, 2 a 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22059>. Acesso em: 10 set. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 183–194, 2018. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p183. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 2 nov. 2024.

YAZBEK, M. C. **A Política Social Brasileira no Século XXI: entre a continuidade e a mudança**. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4dDnQBzZVDqDk5T6NZNgKyS/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 01 out. 2024.

APÊNDICE A - Roteiro semiestruturado para entrevista

I - Identificação:

- a) Nome fictício
- b) Idade (data de nascimento)
- c) Gênero
- d) Raça ou etnia
- e) Religião
- f) Graduação
- g) Pós Graduação
- h) Tempo de trabalho na profissão
- i) Tempo de trabalho na assistência social

I - Livre Associação de Palavras:

Palavra disparadora: Família

- Cite cinco (5) palavras que vem à mente quando ouve a expressão “Família”
- Eleja, duas (2) palavras entre as cinco, que você considera mais próxima da sua ideia de “Família”

II – Identificação e Representações da Realidade do/a Entrevistado/a

- a) Qual seu estado civil ou condição de relacionamento amoroso?
- b) Qual o tempo de relacionamento
- c) Tem filhos? Quantos?
- d) Com quem ficam seus filhos quando você não está em casa?
- e) Seus filhos estudam, qual série/ano?
- f) Quem estuda na sua casa?
- g) Com quem você mora?
- h) Como é a organização da rotina de sua família?
- i) Como você descreveria sua família

IV - Representações Sociais – Família

- a) Fale o que você compreende por família
- b) Para você como uma família deve ser
- c) Considerando sua resposta, essa seria uma família ideal

- d) Você tem grupo de WhatsApp de família?
- h) Quem participa deste grupo?
- i) Me conta como funciona o grupo e o que você pensa sobre esse funcionamento e sobre os tipos de conteúdo compartilhados.

V - Representações Sociais – Processo de Formação Profissional

- a) O tema família, fez parte dos conteúdos estudados na sua formação profissional
- b) Você identifica alguma diferença ou relação entre o que você estudou e o que encontrou na prática profissional?
- c) Depois que você começou a trabalhar na assistência social, você aprendeu algo novo ou diferente sobre a temática família?
- d) No cotidiano do seu trabalho, você percebe diferenças entre as equipes na compreensão sobre o que é a família?
- e) O que você já escutou das outras pessoas das equipes técnicas do CRAS sobre família?
- f) Na sua opinião como acha que a sociedade compreende família

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (TECLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a), você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Representações Sociais de Famílias para Profissionais do Suas”, desenvolvida pela pesquisadora Ana Maria de Oliveira Espíndola. Tal estudo tem por objetivo central analisar as Representações Sociais (RS) de assistentes sociais e psicólogos/os dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Mato Grosso do Sul – MS, sobre o conceito de família.

O convite para participação se deve por você compor uma das equipes técnicas formadas por assistentes sociais e psicólogos (os) do quadro de trabalhadores ativos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem que lhe ocorram quaisquer prejuízos. Caso alguma solicitação ou pergunta lhe pareça inadequada, poderá deixar de responder, e até mesmo desistir de participar da pesquisa.

Ressalta-se que sua colaboração será respaldada pela confidencialidade das informações; e se faz importante para a execução da pesquisa, pois esta pode promover futuros projetos de pesquisa, propiciar o reconhecimento a partir de procedimentos empíricos que resultem em possibilitar a reflexão sobre conceitos hegemônicos que oportunizem a compreensão de uma realidade social diferente da norma posta, viralizando assim diferentes conceitos e oportunidades de novas propostas de intervenções; ampliação de estudos e pesquisas no campo de conhecimento da temática e que resulte em aportes para as/os profissionais da AS; reconhecer procedimentos empíricos que resultem em construção científica sob a concepção da TRS; evidenciar, em âmbito local, a Assistência Social por um viés teórico-científico e gerar informações sobre o serviço socioassistencial Mato Grosso do Sul – MS.

A participação será possibilitada por meio de sua aprovação, mediante assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

(rubrica) Pesquisadora

(rubrica) Participante

Sua participação consistirá em responder a uma série de perguntas e dialogar com a pesquisadora a partir de uma entrevista semiestruturada que abordará temas relacionados às famílias usuárias da assistência social no CRAS de sua atuação.

Este local compreende um espaço reservado e seguro, atendendo ao critério da confidencialidade, sigilo e aos critérios de biossegurança necessários. Estima-se que a entrevista seja de aproximadamente 50 minutos ou mais e, se você autorizar, será gravada. A gravação se faz condição indispensável, para que se possa realizar a análise adequada do conteúdo exposto. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e lhes são garantidos o anonimato, a preservação de sua imagem e o sigilo das informações. Não será divulgada a sua voz, tampouco dados que permitam sua identificação. Todas as informações obtidas nesta entrevista serão utilizadas para fins exclusivamente acadêmicos, voltados aos objetivos da pesquisa citada. Ninguém, além da pesquisadora, saberá de suas respostas, sendo que apenas pesquisador e participante terão acesso a este documento. Todos os dados oriundos da coleta de dados (entrevista, transcrições e gravações) ficarão apropriadamente armazenados em local seguro, sob responsabilidade da pesquisadora, pelo período de cinco anos, conforme a resolução CNS nº 466/2012. A qualquer momento, dentro deste período, as/os participantes poderão solicitar as informações. Após este período os dados serão devidamente descartados. Esta pesquisa oferece riscos mínimos à sua participação, os quais se relacionam com a possibilidade de no decorrer da entrevista serem suscitadas emoções ligadas a alguma experiência nos atendimentos técnicos junto às famílias. Caso seja necessário, a pesquisadora se compromete a prestar suporte psicológico a você, participante da pesquisa, facilitando os encaminhamentos que se façam necessários, auxiliando na busca de profissionais qualificados da psicologia ou psiquiatria, na rede pública, privada ou convênios, que possam lhe prestar atendimento (de acordo com as possibilidades e vontade da participante). As/Os participantes terão direito a tal assistência, seja no decorrer, ou mesmo posterior ao encerramento da pesquisa.

Salientamos que caso concorde em participar, sua participação tem caráter voluntário e não resultará em qualquer tipo de remuneração ou custos com esta entrevista.

(rubrica) Pesquisadora

(rubrica) Participante

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será ressarcido(a), bem como, em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado(a).

A pesquisadora se compromete em apresentar a você os resultados da pesquisa, caso seja solicitado, por meio de relatórios dirigidos aos participantes. Os resultados também poderão ser publicados em revistas científicas, artigos científicos, e no formato de dissertação, bem como apresentados em eventos científicos, sendo preservadas a identidade e privacidade (sua e das demais pessoas envolvidas).

Este termo é redigido em duas vias, todas as vias rubricadas e a última assinada, sendo uma da participante e outra da pesquisadora.

Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável das seguintes formas: Email: ana.espindola.as@gmail.com , através de contato telefônico, pelo número (67) 98179-8053 ou pelo endereço (profissional): Av. Fernando Correa da Costa, 1500 –Vila Carvalho, CEP: 79005-500 em Campo Grande – MS.

Caso de dúvidas ou eventual necessidade de esclarecimentos sobre os direitos como participante e a condução ética do estudo, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (67)3345-7187 ou no endereço: Cidade Universitária, Avenida Costa e Silva, s/n, CEP: 79.070-900, Bairro Universitário, Prédio das Pró- Reitorias – Hércules Maymone, 1º andar, E-mail: cepconep.propp@ufms.br, com atendimento ao público das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância que tem por objetivo defender os interesses das/os participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Dessa forma, o CEP tem o papel de avaliar e monitorar o andamento da pesquisa de modo que o estudo atenda aos princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Assim, você: declara estar ciente de todos os esclarecimentos dispostos no presente termo, compreendendo os objetivos, implicações, benefícios e riscos em participar da pesquisa;

(rubrica) Pesquisadora

(rubrica) Participante

entende que sua participação é totalmente voluntária e que, durante a realização da entrevista, poderá interrompê-la quando desejar, sem sofrer quaisquer prejuízos.

Você autoriza que seja gravada, em áudio, a sua entrevista? () Sim () Não

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Ana Maria de Oliveira Espíndola
Pesquisadora responsável

ANEXO I – Parecer do comitê de ética em pesquisa (CEP)

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS (AS) SOBRE AS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CRAS

Pesquisador: ANA MARIA DE OLIVEIRA ESPINDOLA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69644823.5.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.128.784

Apresentação do Projeto:

O projeto "REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS (AS) SOBRE AS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CRAS" tem por finalidade analisar as Representações Sociais (RS) de assistentes sociais e psicólogos (as) sobre as famílias usuárias do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Mediante os resultados espera-se para além da apresentação das Representações Sociais dos técnicos dos CRAS sobre as famílias usuárias possam ser ampliadas as pesquisas e discussões sobre a assistência social.

A pesquisa, de acordo com o pesquisador, será desenvolvida da seguinte forma: pesquisa qualitativa do tipo explicativa, que utilizará como instrumento de coleta de dados e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas serão gravadas em áudio.

Os participantes envolvidos na pesquisa são profissionais que compõem as equipes técnicas formadas por assistentes sociais e psicólogos (as) do quadro de trabalhadores ativos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS.

São critérios de inclusão: profissionais que compõem as equipes técnicas formadas por assistentes sociais e psicólogos (as) do quadro de trabalhadores ativos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS. Ainda, como critério de inclusão, os participantes devem possuir vínculo empregatício

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymone, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br